

# "OUTRA HISTÓRIA" Setembro de 1974

1974 – Setembro.3

Em Brazzaville, sob auspícios de representantes da OUA e de outros dirigentes africanos, os três chefes das facções do MPLA reúnem de novo para tentar a unidade.

- «Em Setembro de 1974, na reunião "inter-regional" de militantes, o que mais tempo de discussão ocupou foi a questão da nacionalidade dos brancos nascidos em Angola.»<sup>1</sup>
  - «Alguns chefes africanos compreendem o perigo desta crónica divisão e fazem nova tentativa para se conseguir a unidade do MPLA. Reúnem em Brazzaville com Daniel Chipenda, Joaquim Pinto de Andrade e Agostinho Neto, conseguindo a assinatura de um acordo segundo o qual o MPLA passa a ser dirigido por um presidente e dois vice-presidentes. Daniel Chipenda renuncia ao lugar para o qual havia sido eleito em Lusaca e aceita a vice-presidência com Joaquim Pinto de Andrade, deixando a presidência para Agostinho Neto. Ficou decidido que todas as deliberações passariam a ser tomadas pelos três, em conjunto. Agostinho Neto sai de Brazzaville e Joaquim Pinto de Andrade pensou em fazer uma alocução ao povo de Angola, a dar a boa nova e pedir coesão no seio do MPLA. Foi informado por um tal José Eduardo [dos Santos] que não lhe era permitido pronunciar a alocução. Aquele insiste e, na sua qualidade de dirigente máximo dada a ausência do presidente, dirige-se à estação emissora. Ali tem nova surpresa, pois é informado que alguém do MPLA havia telefonado, "que nesse dia o programa não iria para o ar". Entretanto, o programa "Angola Combatente" transmitido de Brazzaville em vários dialectos nativos, faz incitamentos ao ódio, espalha calúnias, aconselha a destruição dos bens dos colonos. Jonas Savimbi é apelidado de Judas, traidor, agente da PIDE e do imperialismo. Comparam a UNITA à FLEC, afirmando não haver possibilidades de acordo. Alguns simpatizantes começam a ficar receosos e revoltados. Aí o grupo Neto monta uma nova farsa. Prende uns militantes, amarra-os, fala em fuzilamento, exhibe-os e quer aparecer como polícia defensor da moral e dos bons costumes, procurando fazer esquecer os nomes de Daniel Etunda, Kapapelo, Lázaro Salomão, José Matias Miguéis, Paganini, Wandundu, Roquete, Joaquim Carlos e outros. Quem elegeu Agostinho Neto para presidente do MPLA? Quantos votos obteve na eleição? Onde se realizou ela?»<sup>2</sup>
  - «O MPLA está finalmente reunificado, já que as suas três facções – que não se tinham conseguido pôr de acordo no decorrer do seu congresso especial em Lusaca –, acabam de reunir em Brazzaville. As três facções concordaram na constituição duma direcção provisória, esperando a convocação de um próximo congresso a efectuar provavelmente depois da independência de Angola. Segundo a "Voz da Revolução Congoleza" Rádio-Brazzaville, que leu um comunicado a este respeito, a presidência do MPLA acaba, contrariamente a todos os boatos, de ser confiada ao dr. Agostinho Neto, enquanto Daniel Chipenda (Revolta de Leste) e Pinto de Andrade (Revolta Activa) partilham a vice-presidência. O comité central do MPLA reunificado é composto por 39 elementos: 16 da direcção actual, pró-Neto; 13 da Revolta de Leste e 10 da Revolta Activa. O departamento político constituído na sequência destes trabalhos, é composto por 9 membros (3 de cada tendência). O comunicado sublinha a vontade do MPLA se unir com outras forças angolanas, para negociar "a transferência de poderes" entre o Governo português e as forças patrióticas de Angola.»<sup>3</sup>
- Entretanto no aeroporto de Luanda desembarca o bacongo Simão Gonçalves Toco, «chefe religioso pacifista com cerca de 25 mil adeptos» – que na eclosão terrorista de Março de 1961 apoiaram activamente a UPA –, e agora regressa dos Açores após «um longo exílio imposto pelo regime salazarista». Entrevistado por um jornalista do vespertino "Diário de Luanda", diz que «tenciona avistar-se brevemente com o presidente da FNLA e com o general Mobutu, para conseguir que a paz volte a todos os irmãos angolanos».

- «Depois do "25 de Abril", a imprensa lhe fez referências considerando-o quase como um herói nacional!»<sup>4</sup>

<sup>1</sup> (Iko Carreira, in "O pensamento estratégico de Agostinho Neto", pp.168); <sup>2</sup> (Chipenda, "Um Só Povo"); <sup>3</sup> (AFP, ANI e Reuter, Lusaca 05Set74); <sup>4</sup> (Silva Cunha, op.cit pp.58)

1974 – Setembro.5

No aeroporto de Lusaca, às primeiras horas do dia desembarca a delegação enviada pelo IIº GP português, composta pelos seguintes mandatários: ministro-sem-pasta (adjunto do MNE) e chefe da delegação, major de artilharia Ernesto Augusto de Melo Antunes; secretário-geral do PS e MNE, advogado Mário Alberto Nobre Lopes Soares; MCI, advogado António de Almeida Santos; recém-promovido capitão-de-fragata Victor Manuel Trigueiros Crespo, (conselheiro de Estado) já indigitado para alto-comissário do território; dr. Antero Sobral (advogado ex-activista do MUD e membro do MUDM laurentino), secretário do Trabalho e Segurança Social do governo provisório moçambicano; tenente-coronel de infantaria Nuno Alexandre Lousada, representante do MFA-Moçambique; capitão-tenente Vasco Fernando Leote de Almeida e Costa, representante do CC/MFA; e major de infantaria Luís António de Moura Casanova Ferreira (membro da troika planeadora do *putsch* do 25A), actual comandante da PSP em Lisboa e enviado por «nomeação pessoal» do PR provisório general Spínola.

- «Samora Machel avistou-se ontem com o presidente Kaunda para uma troca de impressões sobre o futuro de Moçambique, antes de iniciar as negociações com a delegação portuguesa. Samora Machel, à frente de uma delegação composta por 22 elementos, chegou aqui vindo de Dar-es-Salaam e foi recebido no aeroporto pelo presidente Kaunda. Os dois homens abraçaram-se calorosamente antes de seguirem de helicóptero para a residência presidencial. [...] A delegação portuguesa chegou esta manhã à capital zambiana. O ministro português dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, afirmou à sua passagem em Londres esperar que Moçambique se torne independente em Junho ou Julho do próximo ano. O dr. Mário Soares agradeceu ao

primeiro-ministro britânico Harold Wilson e ao governo britânico, "todos os esforços que fizeram e o apoio que manifestaram durante este difícil processo".»<sup>1</sup>

Logo a seguir têm início – novamente sob auspícios do presidente Kaunda –, as sessões destinadas à assinatura formal do acordo<sup>2</sup> já combinado para a entrega de Moçambique à FRELIMO, encontrando-se esta representada pelo seu presidente Samora Moisés Machel.

- «Enquanto em Quelimane, em João Belo e em outros pontos de Moçambique [nomeadamente Milanje, Changara, Sena, Porto Amélia, Dondo, Montepuez, Nampula e Tete] se estão a realizar neste momento comícios de apoio à delegação presidida por Samora Machel, Lourenço Marques apresentava esta manhã um aspecto quase semelhante ao dos domingos. O Governo Provisório de Moçambique sancionou a greve geral, concedendo tolerância de ponto aos servidores do Estado que quisessem estar presentes no comício que, desde as 9 horas desta manhã, tem lugar no Estádio da Machava.»<sup>3</sup>
- «O dia na capital moçambicana havia principado com as estações de rádio locais, dirigidas por portugueses [afectos à FRELIMO], a transmitirem o hino da FRELIMO assinalando a abertura das conversações de Lusaca. Apesar da chuva que varria a cidade, os manifestantes correram em massa ao Estádio da Machava, transportados em comboios e autocarros especiais postos à sua disposição. Bandeiras da FRELIMO flutuavam nos mastros, enquanto diversos oradores, apesar das deficiências da instalação sonora, eram vibrantemente aplaudidos pelos manifestantes. Polícias que estavam de serviço no estádio, situado a menos de dois quilómetros da prisão onde outrora estiveram detidos centenas de partidários da FRELIMO, acederam ao desejo expresso dos organizadores e abandonaram o recinto, passando para o interior do mesmo. Uma maciça manifestação de apoio à FRELIMO levou para cima de 60 mil pessoas ao Estádio da Machava, para assinalar o recomeço [?] das conversações entre os nacionalistas moçambicanos e o Governo português. A vida na cidade, quase completamente paralizada, é dominada por um sentimento misto de expectativa e euforia, pois é dado como certo que as negociações na vizinha Zâmbia conduzirão ao fim de 400 anos de dominação colonial portuguesa do território. A paralização geral do trabalho mantém-se por determinação da FRELIMO, até que terminem as conversações ou até a delegação moçambicana obter a garantia formal de que serão aceites as suas condições.»<sup>4</sup>
- «Dias antes do 7 de Setembro, já o trabalho paralizara porque os trabalhadores eram solicitados para o Estádio da Machava, onde lhes eram ministradas lições de mentalização e que serviram para certos "democratas" se fazerem notados.»<sup>5</sup>

Simultaneamente em Vila Pery, realiza-se uma banja organizada pela FRELIMO e à qual preside o comandante regional Leonardo Jacob, «responsável por aquele movimento de libertação na zona, a qual reuniu cerca de 4 mil operários [?] e muitas centenas de populares, entre homens mulheres e jovens»:

- «O comandante Jacob, que se encontrava acompanhado de 4 guerrilheiros armados, dirigiu-se às massas durante três horas consecutivas, numa mensagem de "esclarecimento sobre a ideologia política da FRELIMO e a linha de acção deste movimento emancipalista". Historiou o "esforço desenvolvido pela FRELIMO desde a sua fundação na luta pela libertação de Moçambique do jugo colonialista". Responsabilizou "os desertores da FRELIMO que depois de 25 de Abril tentam formar partidos não representativos", pelos "assaltos a cantinas", pelo "fomento de greves" e pelos "roubos que têm vindo a registar-se", pedindo a todos os moçambicanos que "estejam vigilantes contra a acção dos inimigos da FRELIMO que são", referiu ele, "Jorge Jardim, Murupa, Simango e Joana Simeão, entre outros". Avisou os operários daquela cidade que deveriam "acautelar-se contra a presença de provocadores enviados por esses inimigos do povo, provocadores que incitam à greve para prejudicar a economia de Moçambique e desta forma surgir a fome e depois novamente a guerra".»<sup>6</sup>

Entretanto em Luanda o presidente da JGA almirante Rosa Coutinho anuncia que vai ser formado um Governo Provisório, com a seguinte composição: secretários-adjuntos, advogado António Augusto de Almeida (vindo do anterior governo-geral), eng. Fernando Falcão (dirigente da FUA) e eng. Armando Artur Teixeira da Silva (ambos angolanos) e todos afectos ao MPLA; secretário da Administração Territorial tenente-coronel de cavalaria António Gonçalves Ribeiro, pela JGA; da Comunicação Social capitão-de-fragata Jorge Correia Jesuíno, e do Trabalho e Segurança Social capitão SAM Armando Fonseca de Almeida, ambos pelo CCPA; do Planeamento e Finanças, economista Ludovico Lázaro Morgado Cândido (afecto à ala esquerdista do PS); da Economia, dr. José Campello de Sousa; da Justiça, advogado Farinha Ribeiro; dos Transportes e Comunicações, eng. Albino Antunes da Cunha; da Educação e Cultura, eng. Marques Pinto; do Bem-Estar Social, dr. Urbano Fresta; das Obras Públicas e Urbanismo, eng. Manuel Resende de Oliveira (afecto ao MPLA); da Agricultura, eng. Peres do Amaral, e subsecretário do Orçamento, dr. Alberto José dos Santos Ramalheira (afecto à ala esquerdista do PS).

- «Engloba várias entidades muito próximas do MPLA o novo Governo Provisório de Angola, cujo elenco acaba de ser anunciado. [...] A influência do MPLA faz-se sentir, segundo os observadores locais, sobretudo ao nível dos três secretários de Estado adjuntos, verdadeiros ministros sem pasta a quem serão confiadas as tarefas eminentemente políticas. [...] Com efeito, [...] António Augusto de Almeida [...] é irmão dum alto dirigente do MPLA, [...] Teixeira da Silva [...] é irmão do comandante militar de Angola do mesmo movimento nacionalista, sendo [...] Fernando Falcão o principal elemento da Frente de Unidade Angolana recentemente [?] constituída e [...] foi um dos fundadores do MPLA. [...] Entrevistado pelo Rádio Clube do Lobito, o eng. Fernando Falcão revelou que "este Governo Provisório deverá ter uma vida muito escassa, devendo ser substituído ainda este mês por um verdadeiro Governo Autónomo de Angola, com uma competência de decisão praticamente total". Segundo o eng. Falcão, esse "alargamento de competência incidirá com a publicação, pelo Governo de Lisboa, do novo estatuto político de Angola, já orientado para a completa autonomia, devendo os membros agora nomeados transitar automaticamente para esse novo Governo, já constituído na base de verdadeiros Ministérios". [...] Num comunicado distribuído hoje [de manhã] em Luanda, o MPLA apela veementemente para que todos os quadros técnicos e homens de boa vontade não abandonem Angola. Salientando que fazê-lo

neste momento seria uma forma de traição, o MPLA afirma ainda ser dever de todos os seus militantes e simpatizantes. estar atentos às calúnias que visam dividir o povo e às manobras dos oportunistas e reaccionários tendentes a desenvolver em Angola as condições básicas para criar as maiores dificuldades no futuro, de modo a instalar o neocolonialismo no país. O melhor meio de identificação com o futuro de Angola será ajudá-la a dar os primeiros passos, salienta o MPLA, que acrescenta não ser este o momento de sair de Angola, quando esta mais necessita de homens válidos e honestos.»<sup>7</sup>

- «No dia 12 de Setembro o Governo Provisório tomava posse, tendo o Rosa Coutinho feito um discurso de circunstância mas adiantando algo que deixou muita gente surpreendida. Dirigindo-se aos secretários de Estado, afirmou: "Face aos estudos que se conhecem visando o novo Estatuto de Angola, os senhores secretários de Estado passarão em breve à categoria de ministros". [...] Tudo parecia ser cozinhado nos bastidores e nós [oficiais-generais membros da JGA] aparentemente responsáveis, apenas servíamos para iludir as aparências. O eng. Fernando Falcão acabou por aceder a participar no governo como secretário-adjunto, tendo tomado posse cerca de uma semana mais tarde. Assim se dava mais um passo na estratégia concertada ou apenas executada por Rosa Coutinho, no sentido de apaziguar os ânimos e prosseguir com mais liberdade de acção para o objectivo final: o poder para o MPLA. [...] Paralelamente, iam surgindo em Luanda figuras do MPLA com alguma projecção dentro do movimento e que eram de imediato recebidas no palácio pela Junta Governativa. Recordo, não só a grande satisfação do Rosa Coutinho ao receber essas entidades, como o seu comentário: "A pouco e pouco eles vão aparecendo". Entre eles, o Herminio Escórcio e o Aires Machado foram recebidos no palácio pela Junta Governativa, com alguma excitação por parte do seu presidente e do [controlador da CCPA major] José Emílio. Era o ressurgimento do movimento eleito pelo MFA para tomar conta de Angola. [...] Para além das frequentes acusações da cooperação das FAP [Forças Armadas portuguesas] com as FAPLA [do MPLA], o que não deixa de ser verdade em casos isolados por vezes difíceis de discernir, a realidade era que as acusações da FNLA não cessavam: a ligação da CCPA e estruturas do MFA em Angola com os dirigentes do MPLA, era claramente evidente. Pessoalmente, não tinha quaisquer dúvidas.»<sup>8</sup>

- «Quando ele [PR provisório general Spínola] se encontrava no Buçaco, houve lá um contacto com o tio do Mobutu, em que se preparou o encontro [para o fim-de-semana seguinte na ilha caboverdeana] do Sal.»<sup>9</sup>

Enquanto isso no Buçaco, cerca das 14:00 aterra junto ao Grande Hotel um helicóptero da FAP vindo de Lisboa com o PM coronel Vasco Gonçalves e o CEMGFA general Costa Gomes, que ao longo de toda a tarde conferenciam com o PR provisório general Spínola e este pela 2ª vez fala ao presidente da JSN e CEMGFA na questão da renúncia, ficando também o PM formalmente concededor daquela intenção.

- «Fomos ao Buçaco, como disse a seu pedido, e um problema que ele nos punha era precisamente o da descolonização de Moçambique. Até aí fôra sempre renitente em aceitar o cessar-fogo como nós o entendíamos. Ora uma das cláusulas que a FRELIMO punha, como disse, era que a reconhecessemos como único interlocutor e Spínola não aceitava isso, dizia que era contra o Programa [do MFA], etc. No fundo, para aceitar o cessar-fogo queria que Costa Gomes assinasse um documento, confidencial claro, dizendo que as Forças Armadas portuguesas não estavam em condições de continuar a combater em Moçambique. Não posso precisar os termos concretos, mas no fundo era isso que ele queria e Costa Gomes, como era muito mais lúcido e inteligente do que ele, e como conhecia muito bem a situação militar, não teve qualquer hesitação em afirmar que de facto as tropas portuguesas não estavam em condições de continuar a combater. [...] A questão mais importante que Spínola colocou a Costa Gomes foi esta exactamente: "Se queres que aceite as negociações, se queres que aceite o cessar-fogo, se queres que chegue a acordo com eles, tens de me assinar um papel que a tropa portuguesa não está em condições de continuar a combater". E foi isso que Costa Gomes declarou não ter qualquer dúvida em fazer e com a minha aprovação, com a minha concordância porque de facto essa era a realidade: os nossos soldados não estavam em condições, depois do que se passou aqui em Portugal, de continuar aquela guerra que não era a sua; assim se evitavam mais perdas, mais sofrimentos, etc. Daí veio a decisão de se fazer o acordo com a FRELIMO para o cessar-fogo e o processo de descolonização.»<sup>10</sup>

No final da reunião, os jornalistas são informados pelo próprio PR provisório de que apenas «tratámos de muitos assuntos na generalidade e nenhum na especialidade, mas os problemas da descolonização também foram ventilados».

Por essa ocasião no aeroporto da Portela desembarca o austríaco presidente da IS Bruno Piterman, vindo a convite do PS «para ter conversações com elementos daquele agrupamento político e com diversas personalidades da vida política nacional»:

- «Estou muito feliz com o processo de democratização e de descolonização em curso em Portugal.»<sup>11</sup>

Ao princípio da noite no forte da Trafaria os marcelistas ex-MI dr. Moreira Baptista e ex-MDN prof. Silva Cunha, desde 21 de Maio ali encarcerados sem culpa formada, são libertados «depois das auditorias jurídicas terem concluído que não existia fundamento legal para que continuassem a aguardar julgamento»:

- «Foram concluídos e estão prontos para enviar a tribunal militar os processos dos ex-ministros Moreira Baptista e Silva Cunha. [...] Nestas condições as autoridades militares, em obediência à lei, colocaram estes dois elementos em liberdade com os seguintes condicionamentos: proibição total de qualquer actividade política, residência fixa em Lisboa e saídas das residências sob controle do Governo Militar de Lisboa.»<sup>12</sup>

<sup>1</sup> (cf AFP e Reuter, Lusaca 05Set74); <sup>2</sup> (fac-simile, in "Moçambique..." pp.458-463); <sup>3</sup> (Joel Assan, Lourenço Marques 05Set74);

<sup>4</sup> (cf AFP, ANI, Lusitânia e Reuter, idem 06Set74); <sup>5</sup> (António Gonçalves, in "Notícia"; Luanda 21Set74); <sup>6</sup> (correspondente de "A Capital"; Beira 06Set74);

<sup>7</sup> (AFP, ANI e Reuter, Lusaca 05Set74); <sup>8</sup> (Silva Cardoso, op.cit pp.415,403,623); <sup>9</sup> (Rosa Coutinho, em 14Dez97 a Bernardo); <sup>10</sup> (Vasco Gonçalves, op.cit pp.96,97);

<sup>11</sup> (cit vespertino "A Capital" 06Jun74); <sup>12</sup> (comunicado do Ministério da Justiça, idem 07Set74)

1974 – Setembro.6 (6ªfeira)

Em Brazzaville, o presidente Marien Ngouabi convoca uma conferência de imprensa e revela que «as autoridades portuguesas haviam informado o seu país, de que as conversações com vista à independência de Angola teriam lugar durante o próximo ano».

Pouco depois na ilha de São Tomé, eclodem diversos tumultos instigados por provocadores, desde a passada semana mandatados pelo MFA, contra adeptos da "Frente Popular Livre" e do "Centro Democrático" (facções rivais do MLSTP e respectiva ACA), e que têm vindo a apelar à manutenção dos laços com Portugal.

- «Uma vaga de greves [orquestradas pela "Associação Cívica de Apoio" ao MLSTP] e um motim [fomentado por controladores do MFA], em Setembro de 1974, precipitam [?] a independência das duas ilhas [São Tomé e Príncipe].»<sup>1</sup>
  - «A campanha desencadeada junto do presidente da República, levou este a enviar [em 10Set74] a São Tomé e Príncipe um emissário, um oficial superior [2Ccmdt da EPC-Santarém tenente-coronel de cavalaria Ricardo Fernando Ferreira Durão, desde 72 até 27Abr74 comandante militar de STP] que o governador não aceitou e "devolveu" ao sr. presidente da República general Spínola, no mesmo dia e apenas duas horas depois no mesmo avião. Porque se criou a convicção generalizada que este emissário do sr. presidente da República levava ordens de Lisboa para que medidas repressivas fossem tomadas, contra os trabalhadores das roças nomeadamente e contra a população em geral, a atitude do governador em não o ter aceite representou aos olhos dos negros de São Tomé o evitar de uma carnificina pior que os "massacres" de Batepá em 1953. [...] Mas por outro lado intensificou-se uma campanha de ódio contra o branco, promovida pela Associação Cívica. [...] Estava atingida a primeira fase da descolonização [de São Tomé e Príncipe], que trouxe algum prestígio [?] à autoridade portuguesa, durante a qual o governador [e comandante-chefe tenente-coronel Pires Veloso] conseguiu respeito, credibilidade, aceitação por parte da população e da própria Associação Cívica [pró-MLSTP]. Tinha-se conseguido o controle da situação. [...] As diligências no sentido de serem estabelecidas relações entre as autoridades portuguesas e o MLSTP sediado no Gabão, conduzidas por Lisboa com vista ao estabelecimento de acordos que levassem à independência do território, iniciaram-se por contactos no Gabão entre o enviado do governador, dr. Vítor Pereira de Castro (advogado querido pelos santomenses e que na altura investigava os acontecimentos de Batepá em 1953), contactos de que era dado conhecimento ao Governo central, e em Lisboa por elementos do MLSTP com o Governo central. Todos estes contactos levaram a que as delegações do Governo português e do MLSTP se sentassem [em Libreville pela 1ª vez em 27Set74 secretamente] à mesma mesa.»<sup>2</sup>
  - «Em matéria de descolonização a minha posição foi sempre de fidelidade ao Programa do MFA, mas isto não impediui que tivesse sido atacado com distorções de uma entrevista que concedi a um jornal sobre o futuro de São Tomé. Distorções que chegaram a ponto de se afirmar que, em meu entender, São Tomé deveria ser entregue à Nigéria! Ora o que eu disse nessa entrevista foi, que era preciso estar atento ao perigo que representavam as ambições desse país sobre São Tomé e Príncipe. Sucedera que, no Curso Superior Naval de Guerra, tive de defender uma tese sobre a defesa de São Tomé de um eventual ataque da Nigéria, tese que foi estudada porque havia informações de que esse país africano acalentava a ambição de se assenhorear um dia do nosso arquipélago no Golfo da Guiné. A Nigéria tinha nessa altura doze mil fuzileiros e era tropa de primeira qualidade. Por isso, nessa entrevista, aponte o perigo que corria São Tomé. Sabia, inclusivamente, que a Nigéria estava a construir aeroportos para aviões de longa distância: o objectivo só podia ser a ocupação das ilhas do Golfo da Guiné. Eu estava senhor dos elementos reais do problema, por isso aludi a São Tomé nessa entrevista.»<sup>3</sup>
  - «Em sucessivas afirmações, Mário Soares disse praticamente a mesma coisa, não se esquecendo de referir as obrigações no respeitante ao Capítulo XI da Carta das Nações Unidas e sua Resolução 1514, à Declaração Universal dos Direitos do Homem, etc. Mas não se esqueceu, também, de mandar estabelecer ligações com o MLSTP, visando a obtenção da independência, ainda em Setembro de 1974, em Libreville.»<sup>4</sup>
  - «E informava o dr. Mário Soares: "o dr. Almeida Santos enviou recentemente [no início de Set74] um seu delegado pessoal [ex-colega de curso e antigo juiz em São Tomé, Vítor Manuel Pereira de Castro] ao Gabão, para se encontrar com os dirigentes do movimento [MLSTP]; verifica-se assim que, ainda em Outubro [i.e., Setembro] de 1974, era preciso ir ao estrangeiro para se encontrarem os dirigentes do auto-proclamado "único intérprete do povo" de São Tomé e Príncipe.»<sup>5</sup>
  - «Prontamente se organizaram em Lisboa manifestações de apoio ao novo movimento e afobadamente as autoridades se aprestaram a atender à reivindicação. Não se consultou ninguém: nem em Portugal, nem nas ilhas de São Tomé e Príncipe. Tratou-se imediatamente de entrar em negociações com o MLSTP e de marcar a data para a transferência de poderes. Se a população concorda ou não concorda, não é da sua conta: é aguentar e calar.»<sup>6</sup>
- Enquanto isso na baixa de Lourenço Marques, cerca das 16:00 circula pela Avenida da República uma viatura com a bandeira da FRELIMO hasteada e arrastando pelo asfalto uma já estarrapada Bandeira de Portugal: a população reage e detém o veículo, levanta-o e vira-o de pneus para cima. Um pouco adiante, surge um grupo de jovens maoístas europeus instruídos pelo CC/MUDM, que ostentam cartazes com fotografias de Samora Machel.
- «Confirmei [dois meses depois], por exemplo, ser voz corrente que a provocação do "7 de Setembro", vaiando Portugal e a sua bandeira, teria sido programada por ministros de Lisboa da facção comunista, para antecipar e fazer abortar a revolta que, em três frentes, deveria eclodir por voltas de 20 de Setembro. Que, antes do "7 de Setembro", anticomunistas portugueses tinham contactado diversos países da África Austral, da Europa e da América Latina, obtendo apoio para libertar Portugal do jugo crescente do Movimento das Forças Armadas, impondo a orientação inicial da Junta de Salvação Nacional escolhida [?] a 25 de Abril. O "7 de Setembro" foi, assim, uma precipitação dos acontecimentos que apenas aproveitou aos partidários de Pequim e Moscovo. O general Orlando Barbosa, o brigadeiro [Manuel] Ribeiro de Faria e o coronel Morgado tinham já, nessa data, ao que me asseguraram, bilhetes de partida para Lisboa. Moçambique estava portanto subordinado a chefes com cartões de trânsito.»<sup>7</sup>
  - «No Estádio [Salazar na Machava, rebaptizado] da Matola, excitada por palavras-de-ordem incendiárias, reuniu-se [pelo 2º dia consecutivo uma] multidão enquadrada pelos "Democratas" e dirigida por universitários

extremistas. Aguardavam as declarações de Samora Machel, que o 'Rádio Clube' transmitiria de Lusaca. Em atitude mais provocativa do que jubilosa, organizavam-se cortejos na cidade desfraldando bandeiras da Frelimo, perante a passividade das autoridades portuguesas. No semáforo da esquina junto ao café 'Continental', de súbito parou uma carrinha. Nela flutuava a bandeira frelimista mas, em ofensa inaceitável, arrastava no pavimento uma Bandeira Portuguesa já meio destroçada. Foi o rastilho da explosão. O acto provocador do arrastar da Bandeira Nacional fôra premeditado e pago, para se obter a reacção que convinha desencadear. Isso foi confessado, a oficiais portugueses, pelo maltratado condutor da viatura. Tinham-lhe pago 20 mil escudos! Recebera o dinheiro de um intermediário que nunca foi possível identificar com absoluta certeza. Por detrás dele, forças ocultas actuavam.»<sup>8</sup>

Em seguida, os provocadores fogem em direcção ao nº13 da Rua Joaquim Lapa e abrigam-se nas instalações dos frelimistas matutino *Notícias* e vespertino *A Tribuna*: a multidão insulta os jornalistas e por volta das 17:00 arromba a porta principal, parte janelas e estantes, destrói parcialmente materiais da tipografia frelimista.

- «Uma viatura com a bandeira da Frelimo içada sobre o espelho retrovisor [exterior], descendo a Avenida da República, passou ao fim da tarde em frente do Scala e do Continental, arrastando pelo chão a Bandeira Nacional. Numa reacção imediata, os numerosos frequentadores dos dois cafés cercaram os atrevidos, zurriram-nos a soco e pontapé, viraram o carro e, levantando do chão a Bandeira de Portugal, foram apedrejar as montras do *Notícias*, que ultimamente se tornou frelimista ferrenho. O incidente transformou-se rapidamente num generalizado protesto contra a entrega de Moçambique à Frelimo.»<sup>9</sup>

Depois dos desacetos, um grande grupo anti-FRELIMO forma cortejo automóvel e dirige-se à sede dos "Democratas de Moçambique" que assalta e incendeia, destrói o restaurante-bar da Associação Académica e em seguida dirige-se para as instalações do RCM onde um grupo, encabeçado pelo comandante das milícias Francisco Daniel Roxo, exige que a administração da empresa arreie a bandeira da FRELIMO para que se hasteie a Bandeira de Portugal. Mas os activistas dos *Democratas de Moçambique* rasgam a Bandeira Nacional, levando a que a multidão em fúria comece a ameaçar invadir os estúdios radiofónicos da emissora frelimista.

- «Na tarde do dia 6 de Setembro, véspera do acordo definitivo às conversações em Lusaca, iniciaram-se as 96 horas de angústia roubadas à liberdade de um povo. A partir das 16 horas daquele dia, o desenrolar dos acontecimentos precipitou-se a uma cadência espantosa. Uma viatura particular, em que se encontrava um negro desfraldando uma bandeira da FRELIMO, arrastando uma portuguesa, precipitou o movimento já de consequências irreversíveis. Pelas 17 horas, o mesmo grupo que atacara a viatura e o ocupante em questão, orientado por um membro da OPVDC, acercou-se das instalações dos jornais "Notícias" e "A Tribuna", o qual, depois de ter proferido insultos e ameaças, principiou o apedrejamento das mesmas, destruindo parcialmente os vidros do edifício e inutilizando as viaturas de serviços dos mesmos órgãos de informação. Afastados após intervenção da Polícia Militar e elementos das Forças Armadas, reapareceram quando junto do edifício o policiamento era já feito em número de insegurança, tendo procedido à total destruição dos vidros que ainda restavam. A agressão manteve-se das 21 às 01:30 horas, impedindo a saída dos trabalhadores que ali se encontravam em serviço.»<sup>10</sup>
- «O Movimento de 7 de Setembro não foi mais do que uma manifestação espontânea. [...] Surgiu, pois que, desde o 25 de Abril que através da rádio, através dos jornais, através de panfletos e através de muita coisa, as nobres tradições portuguesas e moçambicanas andavam a ser totalmente massacradas e negadas. Com os comícios do dia 5 e 6 de Setembro, essa reacção natural das populações moçambicanas atingiu o auge, pois que aqueles comícios não foram naturais. Eu não compreendo como é que [...] havendo tantas formas de autoridade, foi possível que o comércio, os bancos, os serviços públicos, as indústrias, tantas actividades, tenham sido fechadas à força. Para o segundo comício apareceu [na manhã do dia 6] no jornal "Notícias" uma local referindo que se tratava de uma greve geral que continuaria até à independência total de Moçambique, e a partir desse segundo comício chegou-se a um ponto em que a Bandeira Nacional andou a ser arrastada pelas ruas de Lourenço Marques. Ora não é preciso que acreditem em mim. Há fotografias, há depoimentos de correspondentes estrangeiros, muitos deles até com simpatias pelas esquerdas, que disseram, que escreveram, que filmaram, que televisionaram tais atitudes, reacções, um espectáculo humano como eles nunca tinham visto em parte alguma. Aquilo que diversas populações de Moçambique fizeram foi absolutamente natural e foi a prova mais espontânea e mais verdadeira que aquilo que os estranhos "camaradas" do Portugal de hoje disseram é mentira. É lamentável [...] que alguns jovens menos esclarecidos andem agora a dar entrevistas em jornais a dizer que havia golpes preparados. [...] Se existissem golpes preparados, as populações de Lourenço Marques e da Beira tinham sido devidamente alertadas para que não fossem presas fáceis dos tais Areosas Penas e dos meninos universitários, pois foram eles que as excitaram contra os oficiais do MFA e contra pseudo-democratas. [...] Ir-se-á ver quanto foi vã, quanto foi traiçoeira a atitude dos "Democratas", dos estudantes universitários, dos estranhos oficiais do MFA e muito principalmente a acção vergonhosa para todos os portugueses dos tais "camaradas" que, se na verdade querem ser lacaios de um partido internacional [...], estão a tomar uma atitude que eu considero absolutamente de total traição. Não foram os homens, nem as mulheres nem as crianças, ao reagirem naturalmente cheios de dignidade em Moçambique, que foram reaccionários e traidores. Para mim, os traidores de Portugal, de todos os tempos, são os tais "camaradas" que hoje estão escravizando a totalidade da Nação Portuguesa.»<sup>11</sup>
- «As parangonas com que essa capitulação era anunciada nos jornais tornavam o ambiente escaldante. Pelos ecos que chegavam a Joanesburgo, avaleiei o que se passaria em Moçambique. Nessa altura [06Set74] chegava a Joanesburgo instalando-se no mesmo hotel [Tollman's junto ao aeroporto], o industrial e financeiro António Champalimaud. Vinha da Europa e deslocava-se a Moçambique, onde se iria ocupar dos vultuosos empreendimentos que aí tinha. Estou em posição de garantir que os avultados lucros angariados em Moçambique pelo "Grupo Champalimaud", foram ali reinvestidos. Era essa a posição do "grupo" quando ocorreu o "25 de Abril". Nunca estivemos associados em propósitos políticos. Havíamos tido estreitas relações

de trabalho, dado que eu administrara o seu grupo de empresas em Moçambique, vindo a afastar-me voluntariamente por divergência de critérios.»<sup>12</sup>

- «O Jardim traíu-me porque sempre se me apresentou como um defensor da continuação de Portugal em África, quando já estava feito com as forças pró-soviéticas. Sonhava ser primeiro-ministro, sob Machel.»<sup>13</sup>

Enquanto isso, nos arredores de Lisboa um grupo de oficiais da FAP afectos ao MFA organiza no comando da 1ª RA em Monsanto um plenário de apoio ao CC/MFA.

- «Entretanto em Lourenço Marques os militares ["progressistas"] eram passivos naquela situação, dadas as afinidades sociais e de convívio, existentes do antecedente. [...] Era comum ouvirem-se oficiais portugueses e comandantes da FRELIMO trocarem impressões, sobre acções em que ambos tinham estado empenhados, e sem qualquer rancor. [...] Eu [no MFA da Beira] tinha indícios de que estaria um golpe em preparação, ligado à "entourage" do general Spínola, não sabendo no entanto como iria ser desencadeado. [...] Eu assumi o controle da situação na Beira, durante aqueles acontecimentos. Houve necessidade de contactar a FRELIMO para os tranquilizar dentro do possível, tal como controlar a população africana, o que fiz indo aos arredores e nomeadamente ao Dondo. Além disso tomei outras medidas. Mandeí fechar a fronteira de Vila Pery e bloqueei as pistas do aeroporto. Fiz também regressar para Nampula um avião com "comandos", que vieram nessa altura. Mandeí avançar para a Beira uma companhia do recrutamento da Metrópole e, no sábado, utilizei os GEPs para controlar a situação.»<sup>14</sup>

Durante a madrugada seguinte, em Lourenço Marques e no caniço prossegue a agitação pública, como resultado dos termos anunciados para o Acordo Machel-Antunes, pelo qual a delegação portuguesa – repetindo o sucedido com o PAIGC em relação à Guiné portuguesa –, vai unilateralmente entregar à FRELIMO o destino de Moçambique.

- «Em princípios de Setembro, o dr. Mário Soares, o dr. Almeida Santos, o major Melo Antunes, o comandante Víctor Crespo, o comandante Almeida e Costa, o major Casanova Ferreira, o tenente-coronel Alexandre Lousada e o dr. Antero Sobral – nenhum deles democraticamente mandatado – em nome do Estado Português, e Samora Machel em nome da FRELIMO, assinam um acordo. Neste, há: nítida violação do Programa do MFA, pela lei 3/74 considerado parte da Constituição vigente; nítida infracção ao programa do Governo Provisório; e manifesto desrespeito pelo direito da população de Moçambique à autodeterminação, reconhecida pela lei 7/74. Mas não [?] se reconhece a FRELIMO como único representante de Moçambique: no nº1 e alínea d) do nº4 do acordo, estabelece-se que a transferência de poderes se fará com respeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem. Fica assim estabelecido que será para instituições, cujo fundamento fosse a vontade do povo validamente expressa através do sufrágio universal, que se iria fazer a transição de poderes.»<sup>15</sup>

E ao mesmo tempo que na Baixa laurentina começa a formar-se um cortejo automóvel de protesto, a cerca de 10km explode o paiol de munições de Benfica, provocando um forte abalo por toda a cidade.

- «Na noite de 6 para 7 de Setembro fizeram-se duas acções, o rebentamento do paiol e o assalto ao jornal "Notícias", [...] tendo havido actuações a nível pessoal de militares da minha companhia [9ºCCmds-MOC] e de outra que fôra comandada pelo Gonçalo [Nuno Duarte de Sampaio] Fevereiro<sup>16</sup>, a 6ºCCmds de Moçambique [parte da qual havia participado nos assaltos aos fumos do Williamo, João e Chavola, e] que já tinha passado à disponibilidade.»<sup>17</sup>
- «No intervalo das referidas agressões [à sede dos diários frelimistas], dirigiram-se ao RCM onde danificaram também o exterior do edifício. Simultaneamente com a segunda agressão às instalações dos dois jornais citados, parte do grupo agressor incendiou a sede dos Democratas de Moçambique e destruiu selvaticamente o centro de convívio da Associação Académica. Paralelamente, às 1:30 do dia 7, em bárbara manifestação de violência, foi feito explodir parte do paiol de Benfica, o que podia ter tido as mais graves consequência, numa área de cerca de 50 [?] km densamente povoada.»<sup>18</sup>

Pouco depois no bairro Alto-Mahé são distribuídas centenas de pequenas bandeiras portuguesas e o cortejo automóvel engrossa, aberto por motorizadas que ocupam de um lado ao outro as avenidas principais. Cerca das 02:30, frente ao palácio do Governador concentra-se o cortejo automóvel de protesto com mais de oitenta viaturas, sendo o caminho barrado por jipes da polícia militar e da polícia-de-choque: o comandante-geral da PSP coronel Cunha Tavares recomenda calma e a multidão buzina, entoa o Hino Nacional e segue com as viaturas por cima dos passeios; uma hora depois um grupo está em casa do cônsul-geral da África do Sul, a quem solicita ajuda, e este promete informar o seu governo sobre o que se está a passar.

- «O Acordo de Lusaca, concluído a 7 de Setembro, foi portanto um acordo deficiente que necessariamente deixava muita coisa para ser resolvida durante o período de transição. [...] A data da independência finalmente acordada, 25 de Junho de 1975, era mais tarde do que a FRELIMO desejava. [...] Outro ponto de desacordo entre a FRELIMO e os negociadores portugueses foi a composição do governo transitório. [...] Nesta questão prevaleceram os argumentos da FRELIMO, bem como praticamente todos os outros, e o governo transitório foi constituído por seis ministros [Administração Interna, Informação, Justiça, Economia, Trabalho, Educação] nomeados pela FRELIMO e três [Saúde, Obras Públicas, Comunicações] designados por Lisboa. Haveria também um primeiro-ministro indicado pela FRELIMO, que escolheu um dos seus mais capazes quadros: Joaquim Chissano, Por sua vez, os portugueses designariam o alto-comissário [que] podia publicar decretos mas não tinha autoridade sobre o governo transitório. Com a aprovação [i.e, escolha] da FRELIMO, foi nomeado um elemento do MFA: Víctor Crespo. Sobre a questão da guerra que em teoria, se não na realidade, ainda continuava, o acordo previa um cessar-fogo imediato a partir da meia-noite de 7 de Setembro, e para garanti-lo foi constituída uma comissão militar conjunta com igual número de membros da FRELIMO e portugueses. Todos os prisioneiros de guerra deviam ser libertados [mas os de Omar só o foram meses depois] e as forças portuguesas deviam ser [i.e, já estavam desde início de Agosto] progressivamente concentradas nas zonas urbanas.»<sup>19</sup>

Às 09:00 junto ao posto policial da rotunda Craveiro Lopes, pára um *machimbombo* e os passageiros negros insultam os manifestantes: o motorista europeu abandona a viatura e junta-se à manifestação; uma hora depois, no hospital militar entoa-se o Hino Nacional e guarda-se um minuto de silêncio pelos mortos caídos em combate. Às 14:20 uma pirâmide humana hasteia uma enorme Bandeira de Portugal no topo do monumento a Mousinho de Albuquerque e pouco depois, em edifícios públicos e privados, vão surgindo outras bandeiras portuguesas. Pelas 17:25 um grupo de populares chega à penitenciária da Machava onde é hasteada também uma Bandeira Nacional, que pouco antes tinham ido buscar ao consulado-geral americano e, além de 80 ex-agentes da DGS (entre eles 1 mulher), «*libertaram toda a gente, incluindo o Zeca Ruço um grande cadastrado*».

- «*Durante as negociações, Mário Soares viria a declarar que entregara o poder à FRELIMO, porque esta sustentara muitos anos de luta. E em 7 de Setembro o dr. Almeida Santos, perante Samora Machel, questiona se será "razoável que se ponha em dúvida a legitimidade da FRELIMO para representar Moçambique e conduzir os seus destinos?"*; e como resposta à pergunta que formulou, afirma que "ao contrário do que, na seqüência das distorções mentais do passado propendem a pensar alguns, a legitimidade que se conquista pelo sangue não é menos límpida do que a que se justificou pelo voto".<sup>20,21</sup>
- «*Do lado português, o papel foi assinado por oito plenipotenciários. Pelo lado da Frelimo, entendeu-se ser bastante a assinatura de Samora Machel. A delegação portuguesa foi encabeçada pelo ministro Melo Antunes. Segundo os hábitos correntes, o documento deve ser denominado "Acordo Samora Machel – Melo Antunes", sendo a ordem dos nomes resultante de Samora Machel haver assinado no lado esquerdo, por deferência que lhe foi atribuída. À assinatura do major Melo Antunes, seguem-se logo as de dois outros ministros e de um conselheiro de Estado. A cuidadosa vacuidade dos compromissos não obrigava a Frelimo a coisa alguma. O Estado Português é que ficava amarrado a obrigações claramente definidas. Passavam-se os umbrais da "descolonização original" conduzida por declarados democratas, dois deles juristas indiferentes ao sacrifício da expressão da vontade popular. Compulsando os anais da descolonização em toda a África, não encontrei caso semelhante de abandono.*»<sup>22</sup>
- «*Que disse a mim próprio – ou que pensei – em 7 de Setembro, quando Portugal e a FRELIMO assinaram o acordo de Lusaca? Que, dadas as contingências da situação e do tempo, se tinha chegado à solução possível, tentando salvaguardar [?] os interesses portugueses tão ameaçados [?] pelos anos da guerra.*»<sup>23</sup>
- «*O povo de Moçambique é um povo são. O povo de Moçambique é um povo livre. Mas que quer ser livre pelas normas da democracia, não pelas normas de Mário Soares que nunca aqui veio, ou de Almeida Santos que só teve habilidade de ganhar fortuna e ir-se embora.*»<sup>24</sup>
- «*Entretanto rebentaram com os paióis da Machava, em 6 de Setembro salvo erro [i.e, às 01:30 de 07Set74]. No dia [i.e, manhã] seguinte fizeram então uma manifestação, promovida pela referida FICO e pela Associação dos Naturais de Moçambique que, no final, acabou por resultar na ocupação do RCM, aparecendo a falar na emissão o referido Gomes dos Santos. Isto deve ter ocorrido por volta das 19:00.*»<sup>25</sup>
- «*À frente do grupo assaltante apareceu o Daniel Roxo que, pela força do prestígio adquirido – branco, combatente do Niassa, condecorado três vezes [2 Cruzes de Guerra e 1 Medalha de Serviços Distintos] pelo Exército português –, seria uma garantia de êxito.*»<sup>26</sup>

O edifício-sede do RCM é invadido pela multidão às 18:20, os estúdios radiofónicos são ocupados e o mecânico-ferroviário Fernando Augusto Resende Saraiva 20 minutos depois anuncia aos microfones: «*Aqui fala Rádio Moçambique Livre!*»; e informa que a emissora está «*na posse do povo*».

- «*Os que tinham assim desagradado a Bandeira Portuguesa estão agora de posse do Rádio Clube de Moçambique, donde irradiam constantes apelos à união de todos os moçambicanos contra o vergonhoso Acordo de Lusaca e transmitem palavras de esperança no futuro do grande Estado português do Índico.*»<sup>27</sup>
- «*Durante o dia de sábado os mesmos indivíduos, em grupo já aumentado, procederam a ostensivas provocações, iniciando deste modo um atentado repressivo. Pelas 17:30, o citado grupo assaltou a Penitenciária Industrial [?] de Lourenço Marques, dando liberdade a todos os presos, mesmo os de delito comum, bem assim como todos os ex-elementos da PIDE/DGS, destruindo ainda mobiliário e diverso material. Após esta inequívoca confirmação das suas intenções de violência, forçaram a entrada do RCM que ocuparam às 18:20, tendo igualmente destruído todos os valores dos serviços redactoriais.*»<sup>28</sup>

Cerca das 19:30 nas instalações ocupadas do RCM, é constituído o comité director do MML (Movimento de Moçambique Livre) que integra diversas personalidades da província, entre outros: o comerciante ex-tenente miliciano Manuel Gomes dos Santos, os drs. Pereira Sigalho, Pires Moreira e Velez Grilo, os eng. Gonçalo Nuno de Mesquitela<sup>29</sup>, Pires de Carvalho e Vasco Ferreira Pinto, e outros como Arlindo Malosso e Quinzaz Pires (todos da FICO); padres Uria Simango e Mateus Gwenjere, Paulo José Gumane, Joana Simeão Fonseca, Arcanjo Cambeu e Basílio Banda (todos chefes negros do PCNM), e ainda Lázaro Cavandame.

- «*Entre os colonos extremistas [?] e as chefias já sem qualquer influência ou poder dos movimentos africanos anti-FRELIMO, constituiu-se uma incipiente coligação. Gomes dos Santos da FICO, juntamente com outras figuras conhecidas da direita [?] europeia, como Velez Grilo [antigo secretário-geral do PCP] e Gonçalo Mesquitela (este último fôra [i.e, o pai é que tinha sido] membro importante da UN/ANP, o "partido" do antigo regime), juntaram-se um tanto a contragosto [?] a pessoas como Joana Simeão, Uria Simango, Cavandame e Gumane para formarem a coligação Moçambique Livre, um movimento em cujas franjas se integrou uma organização fascista [?] de antigos militares já empenhados em acções terroristas [?] contra a FRELIMO, designada fantasiosamente Dragões da Morte.*»<sup>30</sup>
- «*As detenções [ordenadas "ad hoc" pelo comité regional do MFA] eram feitas na área do Comando Territorial do Sul por equipas da FRELIMO, orientadas por Sebastião Panguene e com a colaboração de elementos do MFA local, como o capitão de infantaria [Carlos Manuel Costa] Lopes Camilo e o capitão miliciano de*

infantaria [i.e, cavalaria] Baiã. Assim sucedeu a 7 de Setembro, quando era chefe da Polícia Judiciária o dr. Raposo Pereira.»<sup>31</sup>

- «Durante as primeiras 24 horas, as manifestações populares contra a FRELIMO e os acordos de Lusaca foram apenas uma resposta às “democráticas” manifestações do Estádio Salazar na Machava. Movimento de homens sem armas que “não queria sangue nem luto nem dor, antes mostrar ao mundo que a FRELIMO não é o partido mais representativo” – como largamente difundiram –, a revolta viu-se coarctada pela indecisão de generais e coronéis que alguns dias depois seriam afastados ou teriam de se considerar ineptos para continuar no poder. Aliás, não foi com duas dezenas de caçadeiras, cinquenta e tal pistolas de defesa, armamento dado por incapaz e roubado ao Museu, além de meia dúzia de metralhadoras mal municionadas, que alguém pensou ganhar fosse o que fosse. Movimento do povo, espontâneo sem directriz nem director, falhou porque extemporâneo e depois de iniciada oportunidade não houve para o organizar. Faltaram os apregoados apoios em homens e armas. Traíram a palavra dada militares, políticos e financeiros. E a partir daí confirmou-se o “verdadeiro clima de inversão de uma moral cívica, à margem da qual se torna impossível a prática da democracia e da liberdade”, como Spínola salientaria na manhã de 30 de Setembro ao resignar.»<sup>32</sup>
- «A partir daí, e durante 70 horas consecutivas, utilizaram aquele emissor para propaganda de hipotético movimento para “libertação” de Moçambique, em que usaram sistemática linguagem divisionista e racista camuflada por pretensa demagogia democrática. Mais grave ainda, o incitamento da população a acções provocatórias, insultando membros do Governo português e o presidente Samora Machel. Incitaram as Forças Armadas à rebelião e à desobediência aos seus chefes. Entretanto, e através de apelo feito aos microfones do RCM, centro da reacção, vários elementos ligados à informação, nomeadamente dos jornais locais e da própria emissora, integram-se na divulgação das actividades do “movimento”, emitindo edições fantoches e noticiando a “política” do grupo. O desespero e a inquietação avançam gradualmente, descontrolando a emotividade refreada até aquele momento.»<sup>33</sup>

Por essa ocasião em Lusaca, concluído o acto formal da assinatura dos famigerados «acordos», o chefe da FRELIMO sintoniza o RCM para escutar as aclamações. Mas naquela emissora laurentina, supostamente ainda controlada pelos frelimistas do CC/MUDM, as notícias são outras:

- «Samora Machel, o novo presidente – “auxiliar de enfermeiro que não frequentou a Universidade mas leu os livros necessários”, como o definiu o [frelimista recém-promovido director-adjunto do matutino “Notícias”] jornalista Fernando Couto de Lourenço Marques –, sintoniza o Rádio Clube de Moçambique para escutar as aclamações previsíveis. E é uma testemunha presencial quem relata o sucedido: “Samora irrompeu na sala das sessões, onde se encontravam ainda os portugueses, como um furacão. Aos berros de ‘traidores traidores’, declarou publicamente que mandava prender todos os delegados do Governo de Lisboa e que possuía soldados, milhares de soldados, nos cinturões das principais cidades de Moçambique, prontos a atacar. Perante o espanto dos portugueses, foi explicada a situação. O major Melo Antunes, ali presente, não hesitou em pedir protecção pessoal ao sr. presidente da FRELIMO, garantindo que também eles haviam sido traídos”. Mais tarde num discurso virulento, Samora Machel acusaria os rebeldes de facínoras, criminosos e covardes (linguagem aliás logo adoptada por Lisboa), concluindo por afirmar não ter receio de iniciar nova guerra para extermínio dessa minoria de reaccionários.»<sup>34</sup>
- «Samora Machel explodira em acusações de traição. Chegou a insultar os oficiais portugueses presentes, como o referiu na Beira o tenente-coronel Lousada [recém-chegado de Lusaca em trânsito para Lourenço Marques]. Houve atitudes de quase pânico ou pelo menos pouco dignas, por parte de ministros portugueses.»<sup>35</sup>
- «Que o diga Turza Ferreira, presidente da Associação dos Agricultores de Angola, assistente anónimo em Lusaca de um encontro em que Mário Soares implorou “por amor de Deus” a Samora Machel, que aceitasse a independência de Moçambique. Samora Machel sabia as linhas com que se cosia, não queria aceitar. Talvez o dorido queixume de Soares o comovesse. Cedeu.»<sup>36</sup>
- «O general Spínola pediu-me que fosse eu [PM Vasco Gonçalves, através de telefonema para Lusaca, a] tratar com eles [FRELIMO], porque eles não tinham confiança nele [chefe do Estado português]. E fui eu que tratei do assunto com Samora Machel, telefonicamente. Procurei dar-lhe segurança de que nós estávamos empenhados em fazer a descolonização honestamente, que reconhecíamos a FRELIMO como legítimo representante do povo moçambicano.»<sup>37</sup>
- «Justificando a não consulta às populações, permite-se agora o ridículo argumento de que “a FRELIMO disse que quem votasse esse referendo é traidor à causa da FRELIMO”: logo, “quem votaria?”. É claro que o dr. Almeida Santos reconhece que a ameaça não passa de uma manifestação de fraqueza, bem patente aliás na insignificante representatividade da FRELIMO. [...] No próprio dia de negociações em Lusaca, 6 de Setembro, ocorre em Lourenço Marques o grande levantamento da população branca apoiada por muitos negros e que de um momento para o outro faz fugir os propagandistas da FRELIMO. O aparecimento de uma carrinha a circular na cidade com a bandeira da FRELIMO içada e a Bandeira Portuguesa já meia desfeita a arrastar pelas ruas, no meio provavelmente da indiferença das tropas portuguesas, levou num instante ao levantamento popular que desfez a carrinha, atacou os provocadores frelimistas que apareceram e tomou conta do Rádio-Clube, donde no dia 7 começaram as emissões para toda a Província. Com a assinatura do Acordo de Lusaca nesse dia, Costa Gomes dá ordens para que as Forças Armadas portuguesas submetam a revolta, mesmo a canhão. O MFA manda distribuir armas pelos bairros negros [do “caniço”] e dá ordens por todo o Moçambique para apoiar a FRELIMO e a contra-revolta, o que conduziu a todas as manifestações de anarquia: incêndios, saques, roubos, violações, chacina, principalmente em Lourenço Marques; mas também na beira onde militares mandam fazer fogo sobre a população branca e deixam os frelimistas actuarem como anarquistas. E praticamente em todas as cidades há motins.»<sup>38</sup>

Enquanto isso na capital moçambicana, através da antena do RCM o comité director do MML emite um comunicado e declara não concordar com os termos do acordo com a FRELIMO, lançando sucessivos apelos para que Angola apoie a realização de um referendo.



- «Completamente abandonados pelos novos governantes da sua Pátria, vilmente caluniados pela imprensa, rádio e televisão de Lisboa e Porto, repentinamente privados do clarão de esperança que para eles representou o governo do general Silvino Silvério Marques, obrigados ao silêncio pela ditadura antiportuguesa de Rosa Coutinho –, esses bons portugueses que continuavam a querer uma Angola portuguesa, viveram numa angústia permanente, esperando um líder que lhes marcasse o rumo, orientasse os passos e aglutinasse as dispersas energias. Assim o exprimem algumas das suas atitudes, desde as sensatas às desvairadas, como a reacção ao estrangulamento dum motorista de táxi no muceque Rangel, a greve dos camionistas, a invasão do palácio para interpelar o Almirante Vermelho, ou essa vaga de incontível entusiasmo que deles se apoderou em 7 de Setembro, perante as [brevíssimas] notícias que vinham de Lourenço Marques através da Rádio Clube de Moçambique. [...] Durante a tarde já havia quem sugerisse o envio de telegramas de apoio aos ocupantes do Rádio Clube de Moçambique. Mas os mais prudentes reclamavam calma. Enquanto a situação se não clarificasse, a ninguém interessava criar pretextos para uma repressão brutal da Junta Governativa. Também não faltava quem classificasse tudo aquilo de manobra de fascistas, apoiados pela África do Sul. Mas, pelo menos em Luanda, o sentimento mais generalizado era de grande euforia e de uma enorme esperança.»<sup>39</sup>
- «Cerca das 21:00, encontrando-me no Hotel Polana comecei a ouvir chamar pelo pessoal das companhias de comandos. [...] Acabei por resolver ir ter ao RCM, levando o pessoal que se encontrava comigo. [...] Disseram [no RCM] que eu ia tomar conta do sector operacional, contando com o pessoal que estavam a chamar pela rádio. Quando ocorria esta conversa, chegaram os políticos do movimento, nomeadamente o dr. Coelho [i.e. Velez] Grilo (um médico ex-comunista) e o dr. Gonçalo Mesquitela (homem anteriormente ligado ao eng. Jorge Jardim). [...] Insistiram comigo para ficar e entretanto começaram a aparecer antigos militares da minha [6.ª] companhia de comandos já na disponibilidade. [...] Tinha decorrido cerca de meia dúzia de horas neste diálogo e [...], aparecendo cada vez mais gente, anuí em entrar naquele esquema. Entretanto o RCM ficava pegado ao edifício da central telefónica [de Lourenço Marques] e ninguém se lembrara disso. Lá fui com três elementos, que ocuparam esse serviço e [...] ficando assim cortada a ligação de Lourenço Marques com o Governo de Lisboa. [...] Passei a convocar pessoal meu conhecido.»<sup>40</sup>
- «Era um indivíduo [o presidente da FICO Manuel Gomes dos Santos] que falava na Rádio e fazia apelos, a partir dessa estação, a ex-comandos, ex-pára-quedistas e ex-fuzileiros. [...] Na altura o Gonçalo Fevereiro (um ex-comando), também [já] se encontrava dentro do Rádio Clube e pelo emissor daquela estação chamava-me constantemente. [...] A população de Lourenço Marques foi ouvindo o apelo: "Mocho chama o Bravo".»<sup>41</sup>
- «Também a uma chamada dos locutores, ex-comandos e outros ex-combatentes se reúnem no Parque José Cabral. Dirige-os um capitão miliciano, o célebre "Mocho", agraciado com altas condecorações; e o conhecido chefe de milícias especiais Daniel Roxo, detentor de duas Cruzes de Guerra. É elaborado um esquema de segurança em pontos vitais, sem que contudo disponham ainda de armas. Às 21:30 é tomada sem dificuldade a central telefónica. Entretanto, centenas de carros afluem à Praça do Município situada nas imediações do palácio da rádio e do edifício "Diário". Populares invadem o Governo-Geral e jardins circunvizinhos, enquanto centenas de elementos da OPVDC acorrem à sua sede. Uma conferência, iniciada no Governo-Geral ao princípio da noite, termina já de madrugada. Preside-a o encarregado do governo, [advogado José Augusto da Cunha] Ferro Ribeiro, e nela participam alguns membros do recém-formado comité directivo do MML. Mais tarde no palácio da rádio, concretiza-se a primeira reunião magna, com a participação de muitos ex-combatentes alojados naquele improvisado quartel-general. Toma-se a decisão de continuar a revolução e alguém afirma que, segundo o general Spínola havia assegurado alguns dias antes em Lisboa, o Movimento, a realizar-se e a manter-se, poderia significar o volte-face da política nacional. É neste começo de noite que vários dirigentes propõem a detenção imediata dos membros do Governo, dos mais conhecidos "democratas" e de certos oficiais do MFA. Paralelamente, nomear-se-ia um governo revolucionário constituído por maioria com elementos negros do PCN. Muitos dos revoltosos confiam no general Spínola. À meia-noite: ocupam a torre do aeroporto Gago Coutinho; reforçam a segurança, já com pessoal armado, do posto emissor da Matola; e controlam grande parte dos pontos vitais da cidade. Fala então ao povo, de improviso através da emissora livre, o [antigo secretário-geral do PCP] dr. Velez Grilo, que é apresentado como "grande patriota, humanista, médico e grande político". Afirma: "Se acusamos a FRELIMO de não querer moçambicanos à mesa das conversações, não vamos cometer o mesmo crime, o mesmo delito, negando o direito à FRELIMO de conversar connosco. A liberdade é para todos. Moçambique é para todos os moçambicanos sem exclusão seja de quem fôr, a não ser dos passíveis de delito comum. Tenham calma, nós procuramos realizar a paz, a democracia, a harmonia, a liberdade para todos qualquer que seja a raça, qualquer que seja o credo religioso, qualquer que seja o ideal político".»<sup>42</sup>
- «A força inicial no avanço da reacção começa, a partir de dado momento, a fraquejar. Alertados pela acção que se iria iniciar por parte das forças da ordem e da libertação, apercebem-se da gravidade da situação e da instabilidade dos seus propósitos. Desesperadamente, tentam reunir as já poucas bases. Para tal utilizam cobardemente a população, à qual pedem a presença contínua junto das instalações do seu "quartel-general". É também feito um apelo à ex-combatentes e a efectivos dos diferentes ramos das forças armadas, para salvaguarda da sua posição.»<sup>43</sup>
- «As manifestações tiveram origem [?] em Lourenço Marques quando ontem [sábado dia 7], cerca das 14 e 20, um numeroso grupo de indivíduos, transportando bandeiras portuguesas, se dirigiu à praça Mouzinho de Albuquerque em cujo monumento içaram uma das bandeiras. Depois dirigiram-se ao Rádio Clube de Moçambique, que ocuparam e onde içaram outra bandeira. Depois [i.e. antes] de se manifestarem junto ao Governo-Geral, seguiram para a sede da Associação Académica de Moçambique, cujas instalações destruíram completamente. O próximo objectivo foi a cadeia penitenciária, da qual libertaram os agentes da ex-PIDE/DGS e outros presos. Em todas estas acções, as forças militares não intervieram. Após a ocupação, o RCM passou a intitular-se Rádio Moçambique Livre e a lançar apelos sucessivos à população e às forças armadas para se unirem com o propósito de se constituir um Moçambique livre e democrático. Ao princípio da noite, o dr. Velez Grilo dirigiu uma mensagem ao povo através dos microfones daquela estação emissora. Disse que o dia era de

alegria e que ela era para todos. O Movimento defende a paz, a harmonia e a democracia. Nada de partidos únicos, como seria o caso da FRELIMO. A canção "Grândola Vila Morena" era difundida permanentemente e centenas de manifestantes gritavam "o povo unido jamais será vendido". Locutores de côm explicavam ao povo moçambicano, nos vários dialectos, o significado do Movimento e os seus objectivos. Entretanto as forças de segurança mantinham-se nos seus locais habituais e as entradas da cidade eram guardadas por forças da ordem e por elementos da OPVDC. O movimento popular ocupou igualmente o aeroporto de Lourenço Marques. A dada altura, as ruas de acesso ao RCM foram barricadas por camiões civis e carros ligeiros, a fim de aquela estação emissora poder continuar a estar no ar livremente. A medida foi tomada depois do Comando-Chefe em Nampula ter ordenado que as forças militares desalojassem o RCM, o que ainda não aconteceu. Por seu lado, as populações de Tete, Nampula, Beira, Porto Amélia e Nacala saíram para a rua e emitiram mensagens de adesão ao Movimento Moçambique Livre. Em Tete, a polícia e os fuzileiros aderiram. Ressano Garcia e Vila Fronteira também aderiram, chegando igualmente mensagens de apoio ao RCM provenientes de Quelimane, da Matola e da Catembe, o mesmo acontecendo posteriormente em relação à Ilha de Moçambique, Nova Freixo e Inhambane. Apesar da noite bastante fria, o povo sem armas permaneceu junto das instalações do RCM. Na Beira, o governo do distrito e o comando do sector militar apelaram para que a população não comparecesse hoje [domingo dia 8] a um comício pró-FRELIMO que se verificaria no estádio do Ferrovário da Manga. Até ao momento não há a registar entradas em hospitais devido a qualquer incidente pessoal.»<sup>44</sup>

- «O correspondente em Lisboa do insuspeito "O Estado de São Paulo", iniciou deste modo uma crónica sobre os acontecimentos de Moçambique: "É extremamente difícil perceber de Lisboa o que ocorre em Lourenço Marques. Os principais órgãos de informação portugueses, tomados praticamente de assalto por comunistas e socialistas, fornecem dos acontecimentos da capital moçambicana informações e comentários ultimamente eivados de parcialidade. As próprias pessoas entrevistadas a tal respeito pela televisão e Emissora Nacional, órgãos que estão praticamente ao serviço de socialistas e comunistas, pertencem todas elas a uma das facções, sendo sistematicamente negado acesso aos microfones e às câmaras a toda e qualquer pessoa cuja opinião seja susceptível de pôr em dúvida a versão oficial". Nestas condições, o "Jornal Português de Economia & Finanças" aguardou, para se pronunciar, que o seu correspondente em Lourenço Marques e dez pessoas que se prestaram a ser ouvidas (duas estrangeiras e três africanas) lhe mandassem o relato dos acontecimentos. É na base desses depoimentos que este artigo foi escrito. Poderá não ser objectivo – como o poderia ser? – mas acima de tudo procura ser verdadeiro. [...] No sábado 7 de Setembro último, Lourenço Marques era uma cidade calma [?]. À tarde a população veio para a Baixa falar e tomar café, inteirar-se das últimas notícias, do que se tinha passado no Norte e das decisões democraticamente tomadas em Lisboa. Muitos comentavam que não era possível que a Metrópole abandonasse assim duzentos mil brancos à desonra e ao massacre. A meio da tarde uma carrinha com um branco e um negro desceu a Avenida da República com uma bandeira da FRELIMO hasteada e uma bandeira nacional a arrastar pelo chão. Brancos e africanos que estavam no Café Continental levantaram-se e viraram a carrinha e, enquanto os seus ocupantes se punham em fuga, rasgaram a bandeira da FRELIMO e hastearam a bandeira portuguesa. Dirigiram-se depois aos jornais "Notícias" e "Tribuna", ambos ao serviço da FRELIMO, e partiram-lhes todos os vidros, sem [?] no entanto terem tentado entrar ou terem molestado quem quer que fosse. Já era então uma centena de brancos e uns trinta africanos. Dos jornais passaram ao Centro Universitário e à sede dos "democratas de Moçambique", que em grande excitação destruíram completamente. Nesse sábado à tarde havia [?] um comício da FRELIMO no Estádio Salazar (Machava). Os manifestantes dirigiram-se para lá, a fim de protestar contra a entrega da terra a um grupo de terroristas analfabetos que só tinha o apoio de uma pequena minoria africana. A polícia, para evitar incidentes, não deixou que os manifestantes de aproximassem do estádio, obrigando-os [?] a voltar para o centro da cidade, o que fizeram, ocupando então o Rádio Clube de Moçambique. A Baixa de Lourenço Marques estava coalhada de gente. Nunca na cidade se vira multidão maior, que no domingo percorreu a cidade. Milhares de homens e mulheres dormiram em volta do Rádio Clube, para defenderem desarmados os ocupantes que faziam questão de estarem, também, desarmados. Logo que algo era pedido pela Rádio, apareciam centenas de pessoas a oferecer os seus préstimos. Mouzinho de Albuquerque empunhava uma bandeira verde-rubra e todos os edifícios da cidade ostentavam as cores nacionais, por vezes com bandeiras feitas em casa.»<sup>45</sup>
- «Correspondendo ao apelo que começou a ser feito através do Rádio Clube de Moçambique às 18:40 do dia 7 de Setembro, a população da Beira, sector branco e alguns negros, começou a percorrer as ruas da cidade cerca das 19 horas e às 20 já compactas filas de automóveis formavam cortejo nas principais artérias. Cerca das 20:30 fez-se a primeira tentativa para que a emissora local do Aero Clube da Beira, passasse ao menos a fazer a retransmissão do que se estava a passar em Lourenço Marques. Gorou-se tal tentativa quando um [controlador-mor do MFA-Beira] sr. major [de engenharia António José Águas Rodrigues] Varela proibiu terminantemente tal retransmissão, sob a ameaça de que faria explodir as antenas da emissora caso fosse feita qualquer ligação directa ao Rádio Clube de Moçambique. A população, informada, mais ruidosamente passou a manifestar-se nas ruas da cidade até que mais tarde, cerca das 23 horas, nova tentativa se fez para entrar na emissora. Então um soldado branco e dois negros apontam-nos as armas e, no último lanço, intimam-nos a parar. Fomos obrigados a retroceder. A nossa manifestação era pacífica, não queria sangue, nem luto, nem dor. Voltámos à rua. A população continua então a manifestar-se em longos cortejos automóveis através da cidade, até às 2 da manhã. Pacificamente, ordeiramente, patrioticamente, cantava-se a "Portuguesa" e gritava-se por "Moçambique Livre", com a FRELIMO e com a válida representação de outros grupos ou partidos políticos. Às 2 da manhã de domingo a população recolhia a suas casas, ficando apenas pequenos grupos na Praça do Município.»<sup>46</sup>
- «Os pontos nevrálgicos eram os das portas de entrada para as instalações da emissora do Aeroclub da Beira, guardada por cerca de três dezenas de militares. Às 17 horas o pessoal da emissora quis fechar e abandonar as instalações, as Forças Armadas tomaram o controle da emissora e o pessoal foi forçado a mantê-la aberta.

Na "Rádio Pax" situação idêntica se passava: a estação estava "no ar" por imposição das Forças Armadas, sem o controle do pessoal da mesma estação. O povo da Beira esteve na Praça do Município à escuta do que a estação Rádio Moçambique Livre ia transmitindo de Lourenço Marques. Um carro sonoro, instalado frente às instalações da emissora do ACB, fazia ouvir as vozes dos oradores que enalteciam o movimento iniciado em Lourenço Marques. Na Praça do Município o povo preparava-se para passar a noite, vários populares serviam comida às tropas ali estacionadas. O dr. Pereira Sigalho aconselhava a manifestarem-se ordeiramente pela igualdade dos direitos de brancos, negros, chineses, mistos, indianos, gentes de todas as etnias e credos.»<sup>47</sup>

<sup>1</sup> (Enders, op.cit pp.115); <sup>2</sup> (Pires Veloso, dep.cit); <sup>3</sup> (Azevedo, op.cit pp.74); <sup>4</sup> (Távora, op.cit pp.589); <sup>5</sup> (Aguilar, op.cit pp.84); <sup>6</sup> (Santana Mota, cit "Estado de São Paulo" 19Dez74); <sup>7</sup> (Saavedra, op.cit pp.84/5); <sup>8</sup> (Jardim, op.cit pp.347/8); <sup>9</sup> (telex Reuter 07Set74); <sup>10</sup> (cf Guilherme de Melo, chefe-de-redacção do "Notícias"; LM 15Set74); <sup>11</sup> (Manuel Gomes dos Santos, ao semanário "O Século de Joanesburgo" nº10, 29Out74); <sup>12</sup> (Jardim, op.cit pp.340-342); <sup>13</sup> (Champalimaud, em 1996 a Antunes); <sup>14</sup> (Águas Varela, em 14Jul92 a Bernardo); <sup>15</sup> (Aguilar, op.cit pp.93/4); <sup>16</sup> (nascido em Moçambique; ex-capitão milº graduado de cavalaria 06442565, comandante da 6ºCCmds-MOC 11Ago72-Mar74; nesta data empregado bancário em LM); <sup>17</sup> (José Manuel da Silva, em 10Out97 a Bernardo); <sup>18</sup> (cf Guilherme de Melo, dep.cit); <sup>19</sup> (MacQueen, op.cit pp.181/2); <sup>20</sup> (se a "legitimidade conquistada", por via revolucionária subsequente a golpe de Estado ou por via de voto nem sequer ainda expresso, não é mais "limpida" do que a conquistada pela via do sangue, o ministro Almeida Santos confirma que qualquer defesa armada dos interesses da Nação, por maioria de razão, é mandato legítimo e irrevogável, como tal sobrepondo-se a quaisquer interesses estranhos à própria integridade da Pátria e da população no seu conjunto); <sup>21</sup> (Aguilar, op.cit pp.62/3); <sup>22</sup> (Jardim, op.cit pp.357/8); <sup>23</sup> (Soares, op.cit pp.313); <sup>24</sup> (Clotilde Mesquitela, in "Moçambique, 7 de Setembro", pp.214); <sup>25</sup> (Gonçalo Fevereiro, em 15Out96 a Bernardo); <sup>26</sup> (Sousa Menezes em 17Jun97, idem); <sup>27</sup> (Reuter 07Set74); <sup>28</sup> (cf Guilherme de Melo, dep.cit); <sup>29</sup> (filho do ex-deputado da ANP pelo círculo de Moçambique advogado Gonçalo Castel-Branco Mesquitela; o eng. Gonçalo tem menos de 30 anos, é assistente da Faculdade de Engenharia de Lourenço Marques e «havia chegado àquela cidade vindo do Brasil, após algumas horas de descanso saiu para a rua a indagar o que se passava, isto na madrugada do dia sete»); <sup>30</sup> (capitão de infantaria Carlos Manuel Costa Lopes Camilo, cit MacQueen, op.cit pp.183); <sup>31</sup> (Bernardo, in "Combater em Moçambique" pp.262); <sup>32</sup> (Saavedra, ex-tenente miliciano; Joanesburgo 25Nov74); <sup>33</sup> (cf Guilherme de Melo, dep.cit); <sup>34</sup> (Saavedra, op.cit pp.33); <sup>35</sup> (Jardim, op.cit pp.354); <sup>36</sup> (Pompilio, op.cit pp.149); <sup>37</sup> (Vasco Gonçalves, em 19Mar93 a Guerra); <sup>38</sup> (Távora, op.cit pp.575,587/8); <sup>39</sup> (Ventura, op.cit pp.14/15,65/6); <sup>40</sup> (Gonçalo Fevereiro, dep.cit); <sup>41</sup> (José Manuel Belchior, cmdt BCmds-Montepuez, em 19Dez96 a Bernardo); <sup>42</sup> (Saavedra, op.cit pp.43-44); <sup>43</sup> (cf Guilherme de Melo, dep.cit); <sup>44</sup> (cf resumo da «primeira reportagem distribuída pela agência Lusitânia» em 08Set74 em Lisboa, "cozinhado" pelo controlador do MFA e director da agência "Lusitânia" ex-alferes miliciano Fernando Lupi, com base nos primeiros telegramas oriundos da delegação laurentina chefiada por Rogério Varela Afonso, que no dia seguinte é exonerado do cargo por meio de telex expedido de Lisboa); <sup>45</sup> (extractos do artigo "Os acontecimentos de Lourenço Marques", in quinzenário "Economia & Finanças" nº324 pp.7-8; Lisboa 01-15Out74); <sup>46</sup> (cf depoimento de Pereira Sigalho, dirigente do MML na Beira; cit Saavedra op.cit pp.33 anexo); <sup>47</sup> (Saavedra, op.cit pp.41 anexo)

1974 – Setembro.8 (domingo)

Ao mesmo tempo que em Moçambique o cessar-fogo entra de jure às 00:00 em vigor, alguns elementos das forças policiais e militares manifestam simpatia com os revoltosos, a revolta antifrelimista alastra e algumas emissoras regionais tentam aderir aos apelos da Rádio Moçambique Livre.

- «Ela [FRELIMO] estava preocupada também, com a falta de quadros intermédios. [...] Era visível nos quadros superiores da FRELIMO que desejavam manter estreitos contactos com Portugal, considerando que a língua portuguesa seria o único factor de aglutinação de Moçambique. [...] Criou-se uma grande desconfiança e tensão na direcção política desse movimento, que foi necessário atenuar. [...] Na 2ªfeira [i.e, no sábado às 20:30 e no domingo às 07:00] ainda houve uma tentativa de colocar a emissora da Beira em cadeia com o Rádio Clube de Moçambique, o que eu impedi.»<sup>1</sup>
- «Às 6 horas [de domingo dia 8], uma delegação composta por cinco elementos decide avistar-se com o [controlador-mor do MFA-Beira] major Varela, que acedeu a receber apenas um membro dessa delegação. Após uma hora de conversação, acabou por ser negado o acesso à rádio local. Foi negada também autorização para qualquer comício ou ajuntamento na Praça [do Município] e feito aviso de que, dentro de meia-hora, a praça teria de ser evacuada a bem ou a mal. Informada a população, que às 7 horas da manhã já enchia por completo a praça, a multidão dispersa para de novo passar a percorrer as artérias da cidade em longo cortejo automóvel. E meia-hora depois a Praça estava ainda mais cheia. Foi então dada ordem para sentar, a fim de que se a policia viesse não passasse a agredir as pessoas. À tarde, quando um pequeno cortejo passou por um dos quartéis, o de Matacuane, foi alvejado por uma rajada de metralhadora disparada por um capitão da PM, que felizmente só atingiu num pé um rapaz branco que teve de ser operado de urgência no hospital. Ninguém provocou, com armas ou por qualquer outra forma, os soldados aquartelados ou o seu capitão. Após o incidente a população continuou a manifestar-se ordeiramente durante todo o dia e noite, com mulheres, homens e crianças a dormirem na Praça enrolados em cobertores.»<sup>2</sup>
- Entretanto em Lourenço Marques circulam boatos de que, em apoio às posições inimigas, o MFA vai enviar a Força Aérea e a Armada; e que aviões "fretados" à DETA começaram a fazer uma ponte à Tanzânia para trazer centenas de soldados de Nyerere<sup>3</sup>, enquadrados por um ou outro guerrilheiro da FRELIMO. Segue-se a repressão, sob o olhar condescendente de tropas do contingente geral comandadas por oficiais do MFA (as tropas especiais foram afastadas da capital), avançando a FRELIMO com blindados tanzanianos que cercam a multidão desarmada onde se incluem mulheres e crianças.
- «A seguir aos Acordos de Lusaca, as tropas desembarcadas em Lourenço Marques eram tanzanianas, pois a FRELIMO estava "de rastos" e não tinha tropas "apresentáveis".»<sup>4</sup>
- «Seria por cerca das 02:00 quando regresssei ao RCM e perguntei pelo dr. Grilo, tendo como resposta: "Foram para casa". Fiquei abismado: então a revolução era feita a horário!?! [...] Entretanto mandei seis tipos ocupar o aeroporto [Gago Coutinho e o AB8-Mavalane] que ficou encerrado. Com o controle da central telefónica, ouvi as conversas do general Costa Gomes com o governo local e apercebi-me do pânico em que eles se encontram, por pensarem que haveria um potencial enorme por detrás daquela acção, julgando haver o apoio de gente de Angola e da África do Sul. Assim, nesse segundo dia [...] passaram a chegar os líderes daqueles pequenos partidos moçambicanos e inclusivamente os dissidentes da FRELIMO, tais como o Uria Simango, o padre Gwenguere, a Joana Simeão e outro que agora não me recordo. [...] A ideia seria forçar uma independência unilateral com aquela gente no governo. Entretanto também se soube que o Samora Machel estava muito danado com tal situação. [...] Aliás, no próprio RCM entrava quem queria e assim até os adversários poderiam meter gente lá dentro...»<sup>5</sup>
- «Quando os locutores pediram a Trajano da Mata e Carlos Ferreira para assegurar a defesa da Matola, já o povo lá estava e só depois apareceram algumas [armas] automáticas da PSP e da administração do concelho. E só mais tarde os "Dragões da Morte" surgiram com as pistolas-metralhadoras indispensáveis. Fundamental foi o papel desempenhado pelos elementos da OPVDC: tal como lhes competia, tomaram a seu cargo a defesa civil

da área, não permitindo desde início qualquer interferência das Forças Armadas. De realçar que nessa organização cerca de 70% dos filiados eram negros. A área foi dividida em três sectores: um deles sob comando do tenente-miliciano Mendonça; outro entregue ao tenente-miliciano Génio; e o terceiro, exactamente o das antenas [do RCM9, ficou sob controle do oficial de operações Maurício Gomes. No interior do edifício da emissora mantiveram-se técnicos de serviço acompanhados por alguns homens do Movimento [MML]. O primeiro incidente registou-se cerca das 04:30 de domingo: uma coluna militar composta por cerca de 200 negros aproximou-se, vinda de Lourenço Marques, do restaurante Casa Branca à entrada da Matola; comandava-a um capitão de artilharia; à distância num "Volkswagen" preto via-se um tenente-coronel fardado. Os manifestantes presumem que essa força se destina a ocupar as antenas: envolvem o carro do oficial superior, aproximam-se depois do capitão e interpelam-no; o capitão afirma ter ordens para alcançar o quartel de Boane e não para actuar junto das antenas; todavia, elementos da segurança recusam-lhe a passagem. Quando o capitão hesita, informam-no de que com faróis de viaturas poderão iluminar a zona em escassos segundos, estando atiradores especiais em locais estratégicos prontos a disparar: embora contra protestos de alferes e furriéis, o capitão cede perante o melindre da situação e decide retirar; o tenente-coronel do "Volkswagen" dá meia-volta e desaparece também.»<sup>6</sup>

- «Em Nampula o comandante [regional da FRELIMO Alberto] Chipande (ministro da Defesa depois da independência), chefiava o conjunto militar da Frelimo, instalada no sector da messe de oficiais que lhes estava entregue.»<sup>7</sup>
- «A paróquia da Sé em Nampula era paroquiada por padres da congregação das Missões Católicas Ultramarinas, os quais tinham uma boa residência bem apetrechada, bem fornecida; e antes de me vir embora [de regresso à Metrópole pós-27Mar75], portanto na altura em que as coisas começaram a escassear, vi descarregar camionetas de comida e de bebidas para a Missão [de Santa Filomena], mas tiveram pouca sorte: a FRELIMO parece que apanhou tudo, roubou-lhes as casas, instalou-se lá e lá ficaram com tudo bem fornecido e bem recheado. [...] Em Mueda ainda se mantinham duas companhias de comandos [2043/72 e 2045/73] quando foi do dia 7 de Setembro, da revolta de Lourenço Marques. Quando foram chamados para actuar em perguntei-lhes o que é que eles iam fazer, e eles disseram-me que iam apenas fazer respeitar a ordem, que não se punham ao lado de ninguém. Aprovei essa atitude e disse-lhes que outra qualquer não seria honesta.»<sup>8</sup>
- «Apareceram [na manhã do dia 8] quatro Nordatlas em Montepuez com uma ordem, do comandante da Região Militar general Orlando Barbosa, para avançar com duas companhias de comandos para Lourenço Marques. A ordem foi cumprida mas, em vez de fazer escala na Beira para reabastecer, falei com o comandante dos aviões [actual brigadeiro Manuel José Taveira Martins] e pedi-lhe para fazer escala em Nampula, a fim de poder expôr no quartel-general o que pensava dever ser feito. [...] Falei com o CEM [do QG/CCFAM] (hoje) general Sousa Menezes e com o general Orlando Barbosa. [...] Expus-lhes o meu plano que consistia em eu ir sozinho para Lourenço Marques, deixando as companhias [2043 e 2045] na Beira: ali chegado introduzir-me-ia no meio da população e procuraria, a todo o custo, entrar dentro da estação emissora; uma vez lá dentro, avaliaria a situação e veria o que seria mais conveniente fazer. O general e o seu CEM concordaram, tendo eu seguido com os aviões para a Beira onde deixei as companhias, e de seguida, de táxi-aéreo fretado para Lourenço Marques. O general [Orlando Barbosa] iria também nesse dia para lá. [...] Chegando no fim do dia 8 de Setembro a Lourenço Marques, confirmaram-se as minhas previsões: uma multidão de civis brancos estava pronta no aeroporto [AB8-Mavalane], para desmobilizar e desmotivar os soldados para qualquer missão a cumprir, uma vez que já se sabia do deslocamento das companhias. Saí do aeroporto, desfardei-me na messe de oficiais e fui à paisana para junto do Rádio Clube. [...] Andei no meio da população a avaliar a situação e, a determinada altura, encontrei o ex-alferes Almeida da 5<sup>o</sup>CCmds de Moçambique, que estava dentro da emissora e que viera ao exterior tratar de um assunto qualquer. Perguntei-lhe se ele conseguia fazer-me entrar no edifício, ao que ele me respondeu: "Com certeza, pois até estão a chamar por si". Entrei e passei a noite inteira em conversações com o Gomes dos Santos, o Gonçalo Ferevereiro, o Daniel Roxo<sup>9</sup> e aquela gente toda. Procurei fazer-lhes ver que a acção não iria ter qualquer êxito e seria necessário encontrar uma maneira de acabar com a ocupação. Lá os consegui convencer. [...] Dar-se-ia tempo para os ocupantes esvaziarem progressivamente a emissora, mantendo a aparência da manutenção da situação, de modo a permitir que pudessem aproximar-se da fronteira e posteriormente saírem de Moçambique. [...] O general Orlando Barbosa chegou nesse mesmo dia, à noite, a Lourenço Marques.»<sup>10</sup>

Por esta altura, no palácio de Belém o PR provisório general Spínola havia já homologado o acordo com a FRELIMO que teria sido, alegadamente pelo Conselho de Estado, «aprovado por unanimidade» e igualmente confirmada a marcação da independência para o dia 25 de Junho de 1975.

- «Revelando notável dinamismo, os ministros Melo Antunes, Mário Soares e Almeida Santos, mal chegados de Lusaca apressadamente se dirigiram ao palácio de Belém onde, não obstante ser domingo, o presidente da República general António de Spínola rapidamente homologou os acordos firmados na capital zambiana entre o Governo português e a FRELIMO. Estavam presentes o primeiro-ministro coronel Vasco Gonçalves, o [CEMGFA] general Costa Gomes e o ministro [da Defesa tenente-coronel] Firmino Miguel. A informação não se deixou colher de surpresa pela inesperada urgência com que os documentos foram apresentados ao presidente da República e assim, à saída do palácio de Belém, jornalistas e homens da Rádio e da TV estavam a postos para ouvir as declarações do primeiro-ministro coronel Vasco Gonçalves.»<sup>11</sup>
- «Penso que este domingo é sobretudo e fundamentalmente um domingo histórico porque hoje o senhor presidente da República homologou os acordos celebrados em Lusaca que abrem novas perspectivas ao futuro de Moçambique, ao futuro dos portugueses que vivem em Moçambique e que estão de acordo com a política de descolonização enunciada no Programa do MFA. É pois sobretudo um grande domingo para os portugueses. Gostaria mesmo que os portugueses tivessem bem a noção do que representa para a nossa Pátria o passo que acabamos de dar. É por isso que considero a atitude daquela minoria reaccionária ou desesperada ou que não compreende o futuro, que se encontra em Moçambique ocupando o Rádio Clube de

Moçambique e os Emissores de Rádio de Moçambique e utilizando assim um meio de informação que lhe dá uma audiência que não corresponde à importância que tem de facto – porque se trata na verdade de uma minoria, de uma minoria que não compreende o processo de descolonização –, é por isso que eu considero que essa minoria deve ter obrigação de compreender – e já é tempo de o fazer –, que a sua luta é profundamente errada. A luta dessa minoria é profundamente errada, ela tem utilizado métodos demagógicos, tem lançado constantemente mentiras pela Rádio, tem chegado a ofender altas individualidades da vida pública portuguesa: já se deu inclusive um incidente em que morreram dois brancos, em Moçambique, porque o prolongamento de uma situação como esta só pode ter consequências desagradáveis e nós, da parte das Forças Armadas, temos tido o maior cuidado em resolver este problema sem utilizar meios coercivos, porque eles têm lá mulheres, têm crianças que, praticamente, são reféns. É preciso ter bem presente que, neste caso, a atitude das Forças Armadas tem sido da maior serenidade para que não se derrame ingloriamente o sangue dos portugueses. Eu próprio gosto daquela terra como se fosse também a minha terra e estive lá pouco tempo, apenas dois anos. Os legítimos interesses dos portugueses que lá estão radicados foram defendidos nos acordos. Esteve sempre presente o futuro desses portugueses: o Governo agiu sempre com a maior atenção à vida, à segurança, aos bens desses portugueses, que legitimamente os tenham ganho. Portanto, não se justifica, de maneira nenhuma, uma atitude desse género, atitude que foi tomada e que condeno, de modo firme. Não posso encontrar, na verdade, justificação: a falta de visão, de perspectiva histórica e o egoísmo são os únicos motivos que podem levar essa minoria a não compreender a hora que estamos vivendo. Porque nós, ao celebrarmos os acordos, procuramos defender também o futuro dessa minoria, procurámos defender o futuro de todos os portugueses que estão em Moçambique. Os acordos permitem que todos os portugueses que lá se encontram continuem em Moçambique e constituam uma pátria multirracional [sic], uma pátria de expressão portuguesa que não pode deixar de nos orgulhar e que, mesmo nos aspectos culturais, científicos, económicos e financeiros ficará intimamente ligada aos portugueses. Samora Machel é um homem que fala português como nós, portanto eu estou convencido de que nós defendemos, de facto, os verdadeiros interesses dos moçambicanos, ao celebrarmos os acordos que celebrámos.»

Simultaneamente, é distribuído pela presidência da República o seguinte comunicado:

- «Depois de ouvidos, nos termos do art.3º da Lei 7/74 de 27 de Julho, a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, comunica-se ao País que Sua Excelência o Presidente da República aprovou o protocolo de acordo entre o Governo Português e a Frente de Libertação de Moçambique, assinado em Lusaca pela delegação portuguesa no dia 7 do corrente. Como é do conhecimento público, da assinatura desse protocolo resultou o cessar-fogo “de jure” em todo o território de Moçambique. Regista-se com satisfação o bom termo das negociações e formula-se votos para que o processo de descolonização em curso decorra em ordem e com dignidade, por forma a possibilitar um futuro de paz e de solidariedade entre Portugal e o Estado de Moçambique e os demais povos africanos.»
- «Na véspera acontecerá em Lourenço Marques o “7 de Setembro”, deflagrado pelo arrastamento da Bandeira Nacional pelo chão da principal avenida da cidade, “sem que se verificasse qualquer reacção de desagravo por parte dos comandos militares. [...] Iniciava-se assim uma das páginas mais vergonhosas da descolonização de África e da História de um Povo, pois em tempo algum uma Pátria fôra destruída e aviltada pela traição germinada no seio das suas próprias Forças Armadas!”: palavras de Spínola na sua obra citada (“País sem rumo” p.309); faltou-lhe acrescentar que, afinal, Salazar e Marcelo tinham razão. E não se pode esquecer que a sua assinatura remata os acordos de Argel e de Lusaca, ratificando-os. [...] Spínola declarou que somente homologaria o acordo – grande parte das suas prescrições não tinha sido atendida –, se Costa Gomes declarasse que estava iminente o colapso militar em Moçambique. Aprovado por unanimidade pelo Conselho de Estado e pelo governo, Spínola homologou-o “sob o peso das condicionantes de uma manobra global” (sic).»<sup>12</sup>
- «O cumprimento do acordo não dava à FRELIMO qualquer possibilidade de dominar Moçambique, dado o forte repúdio da quase totalidade dos seus habitantes e a circunstância de as Forças Armadas portuguesas terem ficado obrigadas a garantir, durante o período de transição, o respeito das garantias consignadas na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Mas quem terá lido com atenção o acordo, para além daqueles que o assinaram e dos que sobre ele deram parecer? A capacidade de manobra da minoria que pretendia a entrega desta província ultramarina ao auto-proclamado “movimento de libertação”, não tinha porém atingido o grau suficiente para que tal acordo viesse a obter parecer favorável, e viesse a ser homologado pelo general Spínola. Para alcançar o objectivo da entrega, era necessário recorrer a um acordo, de harmonia com o qual a população seria ouvida quanto à transferência do poder, e depois “interpretá-lo” como se tal cláusula não existisse. Para que a gente de Samora Machel pudesse dominar Moçambique com apoio de soldados da Zâmbia e da Tanzânia, era necessário ligar o nosso Exército ao cumprimento de um acordo em que se estabelecesse a transferência dos poderes de Portugal para a FRELIMO. Assim, o acordo surge através das “interpretações” do dr. Mário Soares, do comandante Victor Crespo e do dr. Almeida Santos.»<sup>13</sup>
- «Durante as negociações, o dr. Mário Soares declarava os movimentos de libertação como únicos interlocutores e referia-se à autoridade incontestável do PAIGC, mercê dos seus muitos anos de luta armada. Através de declarações do dr. Almeida Santos, sabe-se que o presidente da República assinou “manifestamente a contragosto” os acordos de Argel (Guiné) e Lusaca (Moçambique). Embora no caso do general Spínola, este tenha aprovado esses acordos influenciado por esses pareceres, os que homologaram esses acordos também usaram de uma competência que não possuíam. Deste modo, todos eles recorreram a um meio ilícito tendo em vista a separação das Províncias Ultramarinas.»<sup>14</sup>
- «Quando lá conquistaram o Rádio Clube, os apelos para fazerem o mesmo em Angola foram constantes. Então esforcei-me por fazer com que o general Spínola tomasse uma atitude de reprovação em relação àquele acontecimento, o que não consegui.<sup>15</sup> Mas tive êxito por parte do general Costa Gomes, chefe do EMGFA. Assim foi. Depois em Lisboa, foi [formalmente] nomeado como alto-comissário para Moçambique o Victor Crespo.»<sup>16</sup>

Logo a seguir a EN transmite uma declaração do presidente da JSN e CEMGFA general Costa Gomes – recebida em Lourenço Marques às 14:30 (hora local) –, com o seguinte teor:

- «De Lisboa desejo lançar um apelo a toda a população, especialmente destinado aos dissidentes de Lourenço Marques que ocuparam e utilizaram o Rádio Clube da cidade. Desejo vincar três pontos fundamentais. Nos acordos de Lusaca foram asseguradas a defesa das pessoas e salvaguardados os seus legítimos interesses, não se justificando alarmes nem reacções precipitadas. O Governo Provisório e o Estado-Maior General das Forças Armadas repudiam quaisquer acções ilegítimas, que só servirão para dividir os grupos sociais que podem lançar Moçambique na tragédia de uma luta fratricida. Ao Comando Militar foi dada ordem para estabelecer a tranquilidade e a paz em Lourenço Marques, por forma a permitir que os acordos de Lusaca possam entrar em plena execução.»
- «Consumou-se o primeiro acto com a entrega inqualificável da Guiné. E quando o governo desapiedado avança a imolar Moçambique nas aras de um sacrifício estúpido e brutal, responde-lhe o gesto desassombrado dum punhado de valentes. De Lisboa, os titeres apavorados classificam-no de grave e louco atentado ao direito; e à força heróica duma razão cristalina, contrapõem a razão selvagem duma luta fratricida. Tendo prometido "restituir Portugal aos Portugueses", numa ironia difícil de compreender acabam por atirar Portugueses contra Portugueses. Partiu o brado de revolta em Lourenço Marques, contra o mais extravagante direito que se consegue conceber.»<sup>17</sup>
- «Durante meses a fio, em que lutei por uma agência noticiosa moçambicana, escorrem-me pelos dedos milhares de telexes. E todos os dias tive, sobre a mesa de trabalho, assaltos, crianças estripadas, raptos de mulheres, agricultores mortos, ferroviários feridos, mentira descarada, traição. De Janeiro até hoje, contra o alvo comum: o povo. E apenas esses figurantes – o Exército português e a FRELIMO – parecem da análise sair incólumes.»<sup>18</sup>

Simultaneamente próximo da sede do PS em São Pedro de Alcântara, o MNE cubano Raul Roa Garcia (chairman do comité permanente especial dos Não-Alinhados) e Francisco Astry Rodriguez (encarregado de negócios da embaixada de Cuba em Portugal), encontram-se a jantar no luxuoso e burguês restaurante «Tavares, com Mário Soares, Jorge Campinos, Vítor Alves, Álvaro Cunhal, Magalhães Mota, Salgado Zenha [...] e altos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros portugueses»<sup>19</sup>.

- «For the purpose of assessing implementation of the Decisions and Resolutions adopted at the Fourth Conference of Heads of State or Government held in Algiers in September 5, 1973, and examining the international political and economic situation and the development of all forms of cooperation and solidarity among the Non-Aligned Countries.»<sup>20</sup>

Por essa ocasião em Washington, através da televisão o novo presidente Gerald Ford comunica que indulta o seu antecessor Nixon de «todas as "infracções" à lei que possa ter cometido nos seus mandatos presidenciais».

Enquanto isso, no AB1 do Figo Maduro aterra um Boeing-707 dos TAM, vindo de Bissau com os efectivos da CCav8354/73, na prevista retirada geral antes da entrega formal do território aos comissários do PAIGC.

<sup>1</sup> (Águas Varela, em 14Jul92 a Bernardo); <sup>2</sup> (cf depoimento de Pereira Sigalho, dirigente do MML na Beira; cit Saavedra op.cit pp.33-34 anexo);

<sup>3</sup> (chefe do partido único TANU e presidente desde a independência; em 14Out99 virá a falecer em Londres, vítima de leucemia);

<sup>4</sup> (José Manuel da Silva, em 10Out97 a Bernardo); <sup>5</sup> (Gonçalo Fevereiro em 15Out96, idem); <sup>6</sup> (Saavedra, op.cit pp.39-41); <sup>7</sup> (Jardim, op.cit pp.365);

<sup>8</sup> (Luís Ribeiro da Silva, capitão graduado capelão do Exército, desde 03Mai74 colocado no QG/ZOT e sucessivamente transferido para Namputa (27Jul74), três dias depois para Porto Amélia e dali para Mueda ('circa' 02Ago74), onde se manteve até recuar para Montepuez e dali a Nacala para torna-viagem (anterior a Abr75); excerto do seu depoimento publicado no jornal "Resistência" nº 157-160, pp.119-131; Lisboa Set-Out77); <sup>9</sup> (em 10Set74 sai de Moçambique e refugia-se na África do Sul, onde em Set75 integra as forças especiais sul-africanas e fica colocado no 'Bravo Group' do '1st Reconnaissance Regiment'; em 23Ago76 virá a falecer perto de Dirico, na fronteira sul de Angola, vitimado pela deflagração de mina anticarro); <sup>10</sup> (José M. Belchior, em 19Dez96); <sup>11</sup> (in semanário "Tempo Novo", nº8 Lisboa 13Set74);

<sup>12</sup> (Mascarenhas, op.cit pp.410); <sup>13</sup> (Aguar, op.cit pp.95); <sup>14</sup> (Dugos, op.cit pp.44/5); <sup>15</sup> (em consequência, Rosa Coutinho ordena à Estação Rádio-Naval de Luanda que transmita na mesma frequência que o Rádio Clube de Moçambique, impedindo que em Angola pudessem continuar a recepção de emissões oriundas de Lourenço Marques); <sup>16</sup> (Rosa Coutinho, em 14Dez97 a Bernardo); <sup>17</sup> (Cymbron, cit "Manifesto ao Povo Português", Luanda 30Set74); <sup>18</sup> (Saavedra, ex-tenente miliciano; Joanesburgo 25Nov74); <sup>19</sup> (cf notícia avançada pelo semanário Expresso do dia anterior); <sup>20</sup> (ponto 1 da agenda de trabalhos destinada ao III Meeting, preparada pelo bureau coordenador do comité permanente especial dos Não-Alinhados, o qual será aberto em Havana em 17Mar75 pelo citado MNE cubano)

1974 – Setembro.9

A cidade de Lourenço Marques e seus subúrbios do caniço estão transformados num imenso campo de batalha civil, encontrando-se em Mavalane as pistas do AB8 e do aeroporto Gago Coutinho obstruídas pelos revoltosos.

- «Na madrugada do dia 9 sai [dos estúdios do RCM] para ir falar com o general Orlando Barbosa, a quem dei conta do sucedido e da disposição com que estavam os ocupantes. [...] O general Orlando Barbosa concordou [com o plano acertado na noite de 8] e foi isso que de fez, durante todo o dia 9 de Setembro.»<sup>1</sup>
- «Na manhã de segunda-feira, surgiu [na Beira] a tragédia que a população não quis e sempre procurou evitar. Às 08:20 a Polícia Militar, em colaboração com a polícia-de-choque da PSP e sob o comando do major Varela, sem qualquer aviso prévio actuou contra a população que se encontrava na Praça do Município. Desse ataque de surpresa houve como consequências diversos feridos civis e 1 morto e 4 feridos da parte da polícia. Segundo foi posteriormente comunicado, o morto e os feridos da PSP foram vítimas de uma granada ofensiva lançada por um civil. Foi toda uma população de uma cidade – na segunda-feira de manhã, dia 9, estava na praça representada por maior número de negros do que brancos –, que se sentia traída por um Governo Provisório português que, precisamente porque é provisório, não tem o direito de tomar decisões definitivas sem ouvir o povo. Às 16 horas uma comissão do Movimento solicitou ao comandante da PSP major Walter, autorização para se efectuar uma marcha silenciosa e um comício. A mesma comissão foi enviada junto do brigadeiro comandante do CTC que, perante todo o Estado-Maior, justificou os incidentes da manhã como medida drástica para evitar mais graves consequências, dada a exigência do comandante [Vicente] de um grupo da FRELIMO estacionado próximo da Beira, para dispersar a população. Foi autorizada, contudo, a marcha silenciosa e o comício que se iniciaram cerca das 21:30. Não houve quaisquer descatos e a população manteve-se firme até às 15 horas do dia imediato, quando a estação emissora do Rádio Clube foi ocupada.»<sup>2</sup>

- «Pela manhã, grande quantidade de gente afluíu à Praça do Município. Em volta do carro sonoro avolumavam-se pessoas de todas as raças, quase todas as organizações comerciais e industriais aderiram dispensando o pessoal; apenas e encontravam abertos os cafés, restaurantes, leitarias, padarias e supermercados. Um numeroso grupo de polícia-de-choque formou frente ao Café Riviera e a uma ordem de ataque, brandindo cassetetes, carregaram sobre a população indefesa. Aquela grande mole humana viu-se compelida para o sector da cidade onde era mais fácil o escoamento. Os militares que guardavam as portas da emissora do Aero Clube da Beira, surpreendidos com aquela fuga, empunharam as armas e prepararam-se para atirar, pensavam que fosse um ataque. Entretanto noutra praça alguém perdeu a cabeça e vimos um civil e um militar envolvidos em violência. Ouviram-se rajadas de tiros e duas granadas explodiram. De um 4º ou 5º andar de um prédio da Praça do Município foram lançadas duas granadas. Resultado: 1 guarda da polícia gravemente ferido; 3 guardas auxiliares feridos com pouca gravidade; 1 soldado da PM ligeiramente ferido; e 1 civil gravemente ferido.»<sup>3</sup>
- «Sintonizei [no hotel Tollman's junto ao aeroporto de Joanesburgo] o 'Rádio Clube de Moçambique'. Gomes dos Santos, arvorado em locutor sem fadiga, deu entrada a toda a série de ordens, contraditórias, que lhe iam ocorrendo. Ao longo de quatro dias havia de lançar as notícias mais mirabolantes, tentando alcançar o impossível. Fiquei sem entender o que se passava, quando o "Grândola" foi utilizado como marcha intercaladora dominante: todos sabíamos que havia sido o sinal do "25 de Abril" e se convertera em símbolo da "revolução dos cravos", que em Portugal eram cada dia mais vermelhos. A essa se juntaram outras de matiz comunista – incluindo o "Avante Camarada" e o "Temos ouvidos e lemos" –, profusamente difundidas a par com as "marchas" da Frelimo. [...] Na sua calculada dialéctica de traços marxistas, a declaração do dr. Velez Grilo<sup>4</sup> foi um modelo político a reter: "Se acusamos a Frelimo de não querer moçambicanos à mesa das conversações, não vamos cometer o mesmo crime, o mesmo delito, negando à Frelimo o direito de conversar connosco. A liberdade é para todos. Moçambique é para todos os moçambicanos, sem exclusão de quem fôr, a não ser dos passíveis de delito comum". Enquanto assim falava um homem de passado político tão marcado, na redacção do 'RCM' trabalhava afanosamente o dr. Gonçalo Mesquitela abastecendo com prosa, que ninguém identificaria, os locutores que orientavam uma população que se lhes entregava. A Clotilde Mesquitela, que presidira ao MNF, a todos encorajava, vigiando o telex em camaradagem com aqueles que, pouco tempo antes, haviam sido os seus mais intransigentes adversários. Na central telefónica, escutavam-se as recomendações do general Costa Gomes para se eliminar, custasse o que custasse, aquela voz incómoda que ia dizendo, aos microfones, o que afinal todos pensavam. De Lisboa, emissários do general Spínola chegavam contristados e impotentes, enquanto o primeiro-ministro Vasco Gonçalves lançava as suas diatribes sobre os rebeldes.»<sup>5</sup>
- «Spínola [...] mandou a Moçambique falar com os rebeldes, dois dos seus militares de confiança, o tenente-coronel Dias de Lima e o comandante Duarte Costa.»<sup>6</sup>
- «Haviam chegado a Lourenço Marques os dois enviados especiais do general Spínola, tenente-coronel Dias de Lima e comandante Duarte Barbosa. Retirados do aeroporto sem que os populares os vejam sequer, seguem para o Governo-Geral, onde em primeiro lugar recebem representantes da FRELIMO. Só depois das 11 horas [do dia 9] iniciam a reunião com a delegação do MML. Desta delegação, que é fotografada pelos jornalistas presentes, usam a palavra sete elementos. A meio desta reunião entra o general Orlando Barbosa, que anuncia ter acabado de receber um telefonema do general Costa Gomes, durante o qual esse [CEMGFA e] membro da JSN parece ter "compreendido a posição tomada pelo Movimento, agradecendo a generosidade demonstrada na tentativa de salvaguardar a honra das Forças Armadas" e termina dando a entender que Costa Gomes "recomenda aos dissidentes que se aguentem". Esta última parte, porém, ainda hoje é um enigma para os próprios participantes da reunião. Os enviados de Spínola ouvem a mensagem e pedem a Orlando Barbosa que se retire. Fica assente nova reunião para as 14:00 e que os oficiais da Casa Civil do presidente da República só regressarão a Lisboa depois de devidamente informados. A conferência só às 17:00 se realiza e apenas com a participação de alguns elementos do Movimento que em Lisboa haviam já conversado com o tenente-coronel Dias de Lima. Nessa reunião os enviados do presidente da República dão a garantia de 48 horas sem retaliações, durante as quais o Governo português decidirá. O avião da TAP atrasa a partida por ordem superior e os emissários presidenciais seguem nele para Lisboa. Na delegação da agência Lusitânia é recebido às 19:30 um telex a suspender de todas as funções o delegado Rogério Varela Afonso, devido aos "telegramas reaccionários" que estava a enviar. Para melhor "descolonizar", apressam-se [o director da "Lusitânia" ex-alferes miliciano Fernando Lupi] a despachar de Lisboa um novo delegado.»<sup>7</sup>
- «Era uma falsa esperança que nascia com a chegada a Moçambique de dois enviados do general Spínola. Todavia, eles iam apenas em incumbência de informação que ao presidente era sonegada, impedindo-lhe esquemas de decisão eficazes. Os dois oficiais foram e voltaram, prestaram contas ao general da sua missão. Já era tarde, porém. Acredito que os incidentes de Lourenço Marques pesaram, definitivamente, nas deliberações que o presidente tomou depois.»<sup>8</sup>
- «Dois enviados do general Spínola foram falar ao RCM com os políticos que lá se encontravam, julgo que no dia 9. Houve logo pessoal que se lembrou de os deter para ficarem numa posição de maior força, fui alertado para tal e não permiti que isso acontecesse. [...] O coronel [i.e, major comandante do BCmnds-Montepuez, José Manuel da Glória] Belchior lá andou a pressionar-me para acabar com aquela cena. Também apareceu o [major de cavalaria Luís Manuel de Oliveira] Marinho Falcão<sup>9</sup>, que comandava [localmente] a PSP. [...] A situação no exterior ia-se complicando com estradas cortadas, viaturas incendiadas, etc. [...] Os políticos também começaram a ver que estavam a entrar num "beco sem saída". [...] Dado o esvaziamento nas vizinhanças do RCM, o coronel Belchior e os outros, com quem estávamos em contacto, comprometeram-se que poderíamos ir embora sem problemas, saindo primeiro as mulheres. O pessoal negro começou a sair. Foi-se esvaziando [as instalações do RCM], enquanto nos arredores da cidade a situação tornou-se num pandemónio, com assaltos a cantinas e aos carros que circulavam. Quando saí do RCM apenas lá ficaram sete ou oito indivíduos a queimar papelada.»<sup>10</sup>

- «Entretanto os agitadores da FRELIMO e dos "Democratas de Moçambique" começaram a trabalhar os subúrbios, excitando os negros. Os irmãos Craveirinha (Stélio e Zito) e o Isaias Tembe, funcionário da Câmara Municipal, tornaram-se notados na sinistra tarefa de distribuição de G3. Na morgue apareciam as primeiras vítimas negras, mortas no caniço pelos pretos; com espanto, os enfermeiros notaram que dois eram brancos, de cabeça rapada e pintados de negro. Ambos universitários, vítimas daqueles que dementadamente pretendiam ensandecer. Com as armas de fogo que assim lhes foram distribuídas, os negros simpatizantes com a FRELIMO começaram a saquear os arredores de Lourenço Marques, massacrando os brancos que conseguiam apanhar. Entre os manifestantes – que eram toda a cidade branca e um inesperado grande número de africanos – a custo se poderiam reunir umas mil caçadeiras. No Rádio Clube de Moçambique – que passou a denominar-se Rádio Moçambique Livre – estavam ao lado dos seus irmãos brancos todos os líderes antifrelimo, com excepção do dr. Miguel Murupa que se encontrava na Beira. Muitos africanos da burguesia local e até simples trabalhadores afluíram às portas da Rádio Moçambique Livre para manifestar a sua concordância. Entretanto, as autoridades militares começaram a exercer pressão sobre os ocupantes da Rádio Moçambique Livre, acusando-os de com essa ocupação estarem a causar cerca de 100 mortes por hora. Estes, que apenas pediam para que os moçambicanos, democraticamente, fossem ouvidos no destino a dar à sua terra, manifestaram de início incredulidade perante a gravidade das consequências do seu acto. Depois começaram a deixar-se convencer pela promessa que lhes fôra feita de que a situação seria revista e tidos em conta os anseios da população branca e africana antifrelimista. Com ou sem razão, dizia-se que um general teria posto as suas estrelas em aval a esta promessa.»<sup>11</sup>
  - «Dos bairros suburbanos chegam notícias de distúrbios provocados por estudantes e negros pró-FRELIMO, com carros destruídos e mortos à mistura. Há carros virados e incendiados além de vários mortos na avenida do aeroporto. Estudantes maoístas de mistura com "democratas", distribuem armas de guerra a negros nos bairros do caniço, incentivando-os aos massacres e aos incêndios de cantinas e casas de brancos. Muitas dessas armas são pertença do Batalhão de Caçadores 18 e é o oficial-de-dia, antigo membro da Associação Académica, quem as faculta. Sabe-se que na Beira as coisas estão feias com mortos e feridos, citando-se o [controlador-mor do MFA-Beira] major Varela como principal responsável pelos incidentes. No aeroporto de Lourenço Marques, o [ex-CEM/QG-RMM] comandante do AB8 tenente-coronel [piloto-aviador José da Silva] Cardoso alveja duas pessoas à queima-roupa, entre as quais o dr. Carmo radiologista do Hospital da Universidade, que aguardava a esposa vinda de Tete no avião da carreira. No prédio Funchal a escassos metros da estação emissora, grande parte dos oficiais da Força Aérea não está contra o Movimento, negando-se a levantar voo uma vez que muitos deles têm as famílias refugiadas no 12º andar desse edifício. Começa a admitir-se que o MFA não respeitará a palavra dada pelos enviados de Spínola. O brigadeiro Ribeiro de Faria, natural de Inhambane e que chegara a ser indicado para presidir ao governo revolucionário, mostra-se homem de duas caras aparecendo aos rebeldes com ar beatífico e aos elementos do MFA como coordenador de confiança: "São os dourados de general que ambiciona, traindo assim centenas de oficiais e sargentos milicianos que preparou na Escola Prática de Mafra, ensinando-lhes a defender quanto agora é o primeiro a negar", refere um jovem que tinha sido seu instruendo e que passou longas horas à porta do comando da polícia a registar a ordem de operações. A pressão psicológica de elementos do MFA aumenta então consideravelmente, tendo o coronel Cunha Tavares e o major Marinho Falcão, [comandante] da Polícia, entrado no edifício da Rádio onde permanecem em reuniões até à manhã do dia seguinte.»<sup>12</sup>
- Enquanto isso no palácio de Belém, o PR provisório general Spínola promulga a Lei 8/74 que define para Moçambique as estruturas administrativas que deverão vigorar até à data da independência:
- «O cargo de Alto-Comissário [será desempenhado pelo capitão-de-fragata Victor Manuel Trigueiros Crespo, para o efeito graduado em contra-almirante]<sup>13</sup>, um Governo transitório [de exclusivo controle da FRELIMO] e uma Comissão Militar Mista [que jamais será constituída], nos termos e com a composição e competência definidos no 'Acordo de Lusaca', de 7 de Setembro de 1974, celebrado entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique.»
  - «É constituída em Lisboa a comissão organizadora da manifestação proposta para 28 de Setembro, a que os jornais [semanários] "Tempo Novo" [publicado à 6ªfeira], "Tribuna Popular" [à 4ªfeira] e "Bandarra" [cuja 1ª edição só aparece em 14Set74]<sup>14</sup>, fazem propaganda.»<sup>15</sup>
  - «Cerca de finais de Agosto ou início de Setembro, e na sequência de um discurso do general Spínola, pensou-se nos antigos combatentes, por ser pessoal mais fácil de mobilizar a curto prazo e pelo facto dos próprios manifestantes poderem fazer a sua auto-segurança. [...] Foi isso que me levou, passado muito pouco tempo, quando contactado por algumas pessoas, a entrar na organização de uma manifestação de antigos combatentes. [...] Depois passou-se rapidamente de uma manifestação de combatentes e suas famílias, para a da "maioria silenciosa". Tal ocorreu já de acordo com o apelo que o general Spínola fizera, um pouco em analogia com o sucedido com o general De Gaulle. Entrei então no grupo organizativo, onde se encontravam pessoas como: o coronel [de cavalaria Fernando] Cavaleiro, elemento de ligação com o presidente da República; o arquitecto [José Harry] Almeida Araújo, membro do Partido Liberal; o Manuel Magalhães, o António Estarreja. Muitos deles eram elementos sem qualquer militância política. Fiquei como responsável da propaganda e segurança. Tive muito trabalho e tentei organizar também a segurança da manifestação.»<sup>16</sup>
  - «Fui nomeado chefe da segurança da manifestação. Contava com o António Cyrne, um ex-fuzileiro<sup>17</sup> que possuía um grupo de segurança a estabelecimentos nocturnos no Algarve e no sul de Espanha, e fazíamos reuniões em Cascais na casa do Sousa Machado [administrador da "Mineira do Lobito"]. No entanto as reuniões foram bastante inconclusivas pois toda a gente falava muito sobre política, mas em termos concretos ninguém sabia como actuar. [...] Por volta da 1ª semana de Setembro, pediram-nos para comparecer na então sede da Companhia Mineira do Lobito, na Rua [i.e, avenida] António Augusto de Aguiar, onde se encontrava o eng. Sousa Machado gerente dessa empresa, o Vieira da Rocha, o [general Horácio José de Sá] Viana Rebelo e o coronel [i.e, tenente-coronel de artilharia "comando" Gilberto Manuel] Santos e Castro. A ideia era que



alguém fosse a Angola agarrar algumas das "pontas" lá existentes, para ver se se conseguia fazer algo. O [ex-alferes miliciano "comando" Alfredo Pinheiro] Marques Aparício, com a sua valentia e entrega total, ofereceu-se de imediato. Disseram-lhe: "O avião é daqui a duas horas". Manteve o oferecimento, telefonou para casa, mandou arranjar a mala, despediu-se da mulher e das duas filhas (1 e 3 anos de idade), meteu-se no avião e [um mês após ter sido dali expulso] foi para Angola, [a fim de reactivar a ligação] com os "comandos" lá residentes.»<sup>18</sup>

Entretanto em Brazzaville as três facções do MPLA assinam finalmente um acordo, ficando como presidente Agostinho Neto, e Mário de Andrade e Daniel Chipenda como vice-presidentes.

<sup>1</sup> (José Manuel Belchior, em 19Dez96 a Bernardo); <sup>2</sup> (cf depoimento de Pereira Sigalho, dirigente do MML na Beira; cit Saavedra op.cit pp.34 anexo); <sup>3</sup> (Saavedra, op.cit pp.41-44 anexo); <sup>4</sup> (na noite de 10 fuge para a África do Sul e no início de 75 viaja para o Brasil, onde se radica e anos depois virá a falecer); <sup>5</sup> (Jardim, op.cit pp.349-351); <sup>6</sup> (MacQueen, op.cit pp.184); <sup>7</sup> (Saavedra, op.cit pp.52-53); <sup>8</sup> (Calvão, op.cit pp.135); <sup>9</sup> (veterano da Índia; em 09Jan65-09Mar67 comandou no noroeste de Angola a CCav742, tendo sido agraciado em 66 com a Cruz de Guerra de 3ª classe; e em 05Ago70-02Dez72 comandou no nordeste de Moçambique a CCav2752, tendo sido agraciado em 73 com outra CG de 3ª classe); <sup>10</sup> (Gonçalo Fevereiro, em 15Out96 a Bernardo); <sup>11</sup> (extractos do artigo "Os acontecimentos de Lourenço Marques", in quinzenário "Economia & Finanças" nº324 pp.8-9; Lisboa 01-15Out74); <sup>12</sup> (Saavedra, op.cit pp.54-55); <sup>13</sup> (no Conselho de Estado será substituído pelo membro do CC/MFA primeiro-tenente Miguel Judas, nascido em 1948; seu irmão José Luís é do PCP e dirigente das relações internacionais da Intersindical); <sup>14</sup> (cujo título alude ao sapateiro Gonçalo Anes de Trancoso que, «cerca de 40 anos antes da tragédia de Alcácer-Quibir, havia composto umas "Trovas" de profético alcance de substracto bíblico, que se tornaram no evangelho do Sebastianismo»; cf Lúcio de Azevedo in "A Evolução do Sebastianismo", Lisboa 1918); <sup>15</sup> (Morais e Violante, op.cit pp.254); <sup>16</sup> (Francisco van Uden, em 15Dez94 a Bernardo); <sup>17</sup> (nascido em Pontével (do Cartaxo); FZE com comissões na Guiné e em Moçambique, residente no Estoril); <sup>18</sup> (Clementino Pais, em 04Jul96 a Bernardo)

1974 – Setembro.10 (3ªfeira)

Pouco depois das 11:00 no palácio da Ponta Vermelha em Lourenço Marques, o CCFAM general Orlando Barbosa recebe 3 elementos do MML a quem lança o ultimato: «Têm vinte minutos para abandonar o Rádio Clube. Se não saírem, mandamos bombardear. Preferimos fazer um lago de sangue a um mar de sangue».

Entretanto da Beira foram aerotransportadas em Nordatlas duas companhias pára-quedistas (uma do BPC31 e outra do ex-BCP32) prontas para salto táctico operacional, mas os pára-quedistas não chegam a ser largados sobre a capital moçambicana porque as condições de aterragem já estão garantidas. Cerca das 12:40 as tropas pára-quedistas, apoiadas por 2 VBTP-Panhard, cercam o edifício do RCM e pouco depois o comandante-geral da PSP coronel Cunha Tavares recebe a combinada rendição da vintena dos restantes ocupantes.

- «A crise foi finalmente resolvida com a intervenção de tropas pára-quedistas pró-MFA que, por ordens directas do general Costa Gomes, foram transportadas da sua base de Nampula no norte [i.e, da Beira no litoral-centro], para Lourenço Marques. [...] O Exército português pareceu hesitar, obrigando Costa Gomes a deslocar para a capital unidades mais fiáveis do norte. Embora o Exército aceitasse com aparente tranquilidade a morte de uma centena de africanos durante os dias de agitação, os primeiros sinais de uma reacção dos africanos reconfirmaram a realidade, quando os rebeldes compreenderam que os militares não se preocupariam em ser mais enérgicos na defesa dos insurrectos brancos do que haviam sido na dos negros. Desapareceu então toda a esperança de apoio militar.»<sup>1</sup>
- «A população tinha sido provocada com acinte, quando já suportara meses de insultos e atingira o limite da tensão nervosa. Chegaram as derradeiras mensagens de Gonçalo Mesquitela,<sup>2</sup> dizendo ser impossível continuar a resistir e dando conta das selvajarias ateadas pelos "Democratas" nos subúrbios de Lourenço Marques. Depois foi o silvar das ambulâncias, os crimes friamente cometidos, os excessos dos populares embriagados ou drogados, os incêndios e os saques, as centenas de mortos e os apelos das autoridades impotentes. Isso evidencia e agrava o crime dos que tudo encaminharam para que tal tivesse de acontecer. Moçambique tinha tido a sua "Primavera de Praga". Costa Gomes e Melo Antunes ficam na bancada dos réus que a História julgará.»<sup>3</sup>
- «Passa das 3 da tarde quando o capitão Santa Rita se aproxima do palácio da rádio, acompanhando um intérprete da polícia. A multidão ao vê-lo vira-lhe o "Vauxhall", arranca-lhe os galões, corre-o a pontapé e a murro. O coronel Tavares, contudo, consegue passar com o representante da FRELIMO que fôra buscar ao quartel-general: haviam tido o cuidado de disfarçar o negro com uma farda e galões de alferes do Exército português. Pouco depois o falso alferes está diante dos microfones e com voz firme inicia um dos mais lancinantes períodos daquela longa emissão consecutiva: "Galo, galo, galo, amanheceu. Peço a todos os camaradas que se dirijam ordeiramente e com a maior calma possível para todos os pontos da cidade a fim de controlarem as massas que se dirigem para o centro da cidade. Peço a todos os camaradas da Matola que estejam à escuta da emissora Rádio Clube de Moçambique, que utilizem os meios mais rápidos para controlarem as massas em movimento nessa área. Galo, galo, galo, amanheceu. Galo, amanheceu. Peço a todos os camaradas que estejam à escuta da emissora Rádio Clube de Moçambique, mas todos sem qualquer excepção, se dirijam às áreas onde se sabe haver violência, a fim de procurar dominá-la seguindo à risca o programa de paz e amizade de acordó com o programa assinado no dia 7 de Setembro em Lusaca. Passa a palavra-de-ordem para todo o povo de Moçambique a partir deste momento. O Rádio Clube de Moçambique foi entregue às forças policiais que o colocaram sob o controle das Forças Armadas até à entrada em exercício do novo governo de Moçambique cuja constituição ficou estabelecida em Lusaca. Viva o presidente de Portugal, viva António de Spínola, viva Samora Machel. Galo, galo, galo, amanheceu. Galo, amanheceu. Pede-se que toda a população colabore sem qualquer hesitação com as forças armadas e policiais, na garantia da segurança das pessoas e haveres. Só de um esforço conjunto poderá resultar a verdadeira paz para todo o povo de Moçambique. Atenção camaradas: galo, galo, galo, amanheceu; foi esta a senha combinada para todos os camaradas. Dêem a vossa ajuda. Viva o presidente Samora Machel, viva o presidente António de Spínola". Nesta toada por mais algum tempo prosseguiu o homem da FRELIMO, apelando então para os seus "camaradas da área galo". A senha sucessiva repercutiu pela cidade inteira de forma inesperada. Senha de paz, como se pensava, reduzida porém em grito de chacina, no "abre-te Sésamo" da violência. Há burburinho, tiros isolados, gritos histéricos. Cunha Tavares, depois de afirmar [aos oficiais da polícia comissário-principal Fernando Segurado e capitão Silva Marques] que fôra traído, consegue fugir pelas traseiras com o frelimista. O

microfone fica entregue a uma locutora, Maria Helena Teixeira Lopes. São aproximadamente 18 horas: Rádio Moçambique Livre deixa de ser livre, deixa de ser da Polícia para ser do Exército. [...] A derrota deve-se à falta de palavra e à indecisão de alguns elementos das Forças Armadas. Os prazos concedidos, as garantias dadas, tudo ficou vergonhosamente abandonado com o assentamento implícito do então presidente da República. "O povo foi despidoradamente traído pelas autoridades militares", salientou um dos homens que participou nas conversações, prosseguindo: "Todos sabíamos o que elas valiam antes do 25 de Abril e por isso a população da Beira as insultou em Janeiro. A revolução das flores, contudo, trouxe-nos a esperança de que o Exército se havia reencontrado. Mas não. Traíram em Omar, como traíram a 10 de Setembro. Em Moçambique dispomos de um Exército derrotado, de farrapos humanos, desejoso de regressar a casa, aos chinelos de quarto e ao espantear das fardas e das condecorações fascistas nas ruas do Chiado". Triunfou em ódio, todavia, o Movimento das Forças Armadas! E só alguns militares – que os houve comprometidos e firmes – salvaguardaram a honra da farda. Mas desses heróis silenciosos se encarregará o futuro, quando a Pátria se reencontrar consigo própria.»<sup>4</sup>

- «Os pára-quedistas, que chegaram na véspera, cercaram o edifício e entraram enquanto nós saímos pela "porta do cavalo". [...] Eu estava preparado para sair pela fronteira (já andavam naturalmente a perseguir-me), quando um suíço meu amigo propôs meter-me num cargueiro alemão atracado no cais, o que aceitei. Entretanto tinha sido desencadeada uma onda de prisões em Lourenço Marques.»<sup>5</sup>
- «Naquele dia 10, quando souberam que a situação estava a ficar favorável aos frelimistas, lançaram na rádio a senha "Galo, galó amanheceu", o que levou à invasão da cidade pelos negros dos muceques Mafala e Xipamanine, entre outros. [...] Cheguei a ser detido por três horas no dia 10, tendo recebido ordem para me apresentar [no BCmds] em Montepuez. Só que, ao passar por minha casa e sabendo que lá tinham ido para me prender (até mataram o meu cão), resolvi atravessar [três dias depois] a fronteira "a salto".»<sup>6</sup>
- «A população, completamente alheada à intenção do inimigo, e coagida por palavras e atitudes de pretendida convicção, adere em euforia incontida à falsa luta gerada. Mulheres e crianças passam dias e noites de permanente vigília, em apoio ao "movimento". Entretanto surge a palavra-de-ordem: desencadear imediata acção de repressão. Elementos do MFA e da FRELIMO, contingente, iniciam a sua actividade contra-reaccionária. No mesmo espaço de tempo, e após terem sido dificilmente contidas, as populações suburbanas explodem subitamente num desejo de vingança por suas próprias mãos. O inimigo é então desalojado do seu antro. De tal modo, as massas, perfeitamente incontroláveis, ainda assediadas por reaccionários, fomentando a revolta, provocaram a luta mais incoerente e desnecessária. As forças da ordem lutam desesperadamente para reprimir o eminente suicídio, mas a multidão enfurecida, sedenta de vingança, não pára.»<sup>7</sup>
- «Machava: como a marabunta, negros percorrem avenidas e ruas saqueando e incendiando cantinas; se acaso as portas estão abertas perdoam o incêndio na ganância de limpar em absoluto todas as prateleiras. Avenida do Brasil: desafio de pedrada contra vidros e escaparates, saqueiam fábricas, carregam máquinas e mobiliário de aço, queimam tractores e camiões; há branco a dirigir o latrocínio. Interior de Xipamanine: um cantineiro é encontrado esfaqueado, tripas ao sol; a mulher violentada, rasgada, tem na boca o sexo de um negro; o negro provavelmente fiel criado de há muitos anos, jaz no quintal sem sexo e sem cabeça; a casa está totalmente vazia. Alto do Infulene: um guarda da PSP é atingido na testa com um tiro, o indivíduo que o mata chega ao requinte de lhe colar na ferida uma bandeira portuguesa de papel apanhada algures; é assim que o guarda chega ao hospital já morto. Um furriel apanha em flagrante um negro, de caçadeira em punho a matar irmãos de raça e a cortar-lhes os testículos para posteriores práticas fetichistas: entrega-o ao comandante de Boane, este admoesta o assassino e manda-o embora recomendando-lhe que volte duas semanas depois para recuperar a arma entretanto apreendida. Avenida de Angola: soldado branco acompanha impassível durante algum tempo o avanço criminoso da turba; todavia adiante situa-se a cantina de seu pai; pede ao comandante para se deslocar até lá a fim de avisar os "velhotes"; indeferem-lhe o pedido, o soldado insiste e pouco depois em desespero desata a correr; o comandante friamente abate-o pelas costas. Um automóvel e um jipe com quatro civis desarmados passam frente ao aeroporto: pára-quedistas do AB8 ali emboscados abrem fogo, liquidam os dois ocupantes do automóvel que estaca pouco adiante; outro tiro perdido atinge na vista um dos homens do jipe enquanto o condutor, com os pneus rebentados e a viatura cravejada de balas, ainda consegue fugir. Mufanagem à solta em todas as saídas da capital: levantam o indicador ou o punho cerrado para contrabalançar o V da vitória; miúdos e mulheres armazenam pedras, paus e tijolos que arremessam aos automóveis que passam; uns despistam-se, outros param e são incendiados, muitos condutores morrem com a primeira pancada certa; criança de dois anos entra no hospital com a cabeça desfeita. Frente ao cemitério de São José de Lhanguene: negros entram numa casa bêbados, apanham uma miúda de 15 anos, prendem os pais; em corrupção qual comboio furioso, violentam a rapariga na presença daqueles que imploram a morte para salvaguarda da filha; não há compaixão, a cena termina com o trucidar dos três corpos. Praça de touros: homens e mulheres carregam geleiras, camas, rádio, aspiradores, máquinas de costura, mobílias; soldados brancos refastelam-se em colchões no parque de estacionamento a apreciar o espectáculo; vendem-se geleiras a cem escudos, quanto maior é o volume menor é o preço; outros militares dedicam-se a bebericar cerveja e whisky roubados ou a recolher dinheiro das caixas registadoras. Junto à linha do caminho-de-ferro perto da Missão de São José: bando de pretos aproxima-se de uma casa modesta onde vive um branco viúvo com um filho e uma filha; à paulada e à catanada matam o dono da casa; violentam a rapariga de 14 anos, sovam o rapaz de 19 até à exaustão e partem; o moço volta a si e consegue meter-se num comboio sem documentos, chega à África do Sul desmaiado e dá entrada num hospital de Joanesburgo onde fica internado um mês; a jovem segue noutro transporte para a Rodésia. Choupal: um fuzileiro encontra uma mulher branca que se debate no estertor da morte com um pau enfiado no sexo e outro no ânus; implora que a liquidem, o militar hesita, por fim fecha os olhos, cerra dos dentes e desfere sobre o corpo contorcido meio carregador da metralhadora. Cantineiro branco nas Mahotas: acolhe-se na palhota de preto amigo, à luz de coto de vela conversam até tarde; uivos, gritos e disparos entrecortam a noite, a vela acaba e os dois amigos na mesma esteira procuram conciliar o sono, até que alguém bate à porta; o preto atende, são duas jovens brancas que

em português correcto perguntam se ele não precisa de mulher; as jovens andam pintadas de negro. Outro cantineiro e um negro perto do Jardim Zoológico: defendem-se com caçadeiras entrincheirados no sótão da casa; chega a polícia que se confessa incapaz de segurar a multidão; roga-lhes contudo que desçam, os dois homens descem, são linchados sumariamente. Matola velha: o dono dum talho aparece pendurado pelas costas num dos ganchos do próprio estabelecimento; anteriormente expunham-se ali as rezes. Choupal novamente: jovem europeu sem um braço que a FRELIMO lhe roubou quando combatente no norte, mantém em respeito a turba desvaireada enquanto alguns amigos retiram pessoas e bens das casas circunvizinhas; durante largo tempo praticamente sozinho mantém fogo cerrado com a sua automática; é o último a escapar-se, mas já os mortos impunham o respeito necessário.»<sup>8</sup>

- «No dia 10, milhares de portugueses encaminharam-se para a África do Sul, deixando tudo e sabendo que só podiam contar daí em diante com o ódio dos políticos e dos militares, que lhes tinham assegurado e a toda a população que Moçambique seria governado democraticamente, com ou sem independência. Os que ficaram, vieram a saber de que natureza eram os governantes portugueses dessa época, envaidecidos com a designação de "descolonizadores" e para quem a Pátria, como alguns militares mais francos não tinham vergonha de dizer: "A minha pátria é onde houver um Estado que me pague ao fim do mês".»<sup>9</sup>

Ao fim da manhã no palácio de Belém, o PR provisório general Spínola recebe a delegação do PAIGC e reconhece oficialmente a Guiné-Bissau<sup>10</sup> como Estado independente:

- «Em nome da República Portuguesa, nos termos do art.3º da Lei 7/74 de 27 de Julho, e depois de aprovado o Protocolo assinado em Argel em 26 de Agosto de 1974, ouvidos a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, declara-se que Portugal reconhece solenemente a independência da República da Guiné-Bissau.»
- «Porque o reconhecimento de 10 de Setembro era um acto português, o PAIGC não promoveu qualquer cerimónia comemorativa, nem sequer em Bissau. [...] O reconhecimento da independência da Guiné-Bissau pelo Estado português ocorreu em Lisboa, como previsto no "Acordo de Argel". Para assistir ao acto foi convidada e deslocou-se a Lisboa uma delegação guineense, constituída por Pedro Pires (comissário-adjunto das Forças Armadas e chefe da delegação do PAIGC às conversações), Victor Saúde Maria (comissário dos Negócios Estrangeiros), e Arafan Mané (comandante das FARP). A cerimónia decorreu no Salão Azul do palácio de Belém, na manhã de 10 de Setembro, tendo a "Declaração" sido lida na presença do presidente da República [general Spínola], representantes guineenses [acima citados], primeiro-ministro [coronel Vasco Gonçalves], CEMGFA [general Costa Gomes], membros do Conselho de Estado e vários ministros, além de outras entidades. Após a leitura, a "Declaração" foi assinada pelo presidente da República, entregue uma cópia ao chefe da delegação guineense e Spínola trocou um mero aperto de mão com Pedro Pires. Na tarde desse dia – em que também discursaria no acto de posse do alto-comissário de Moçambique, contra-almirante [graduado] Victor Crespo –, o presidente da República fez uma comunicação ao País pronunciando-se sobre o significado do acto e da descolonização portuguesa, considerando que "o nascimento de uma Nação em que Portugal se revive" traduzia "a materialização de um ideário consubstanciado na fórmula «A Guiné para os Guinéus»" que inspirara [?] o seu governo na Guiné. Porém, o tema forte deste discurso foi a definição da sua política sobre a conjuntura interna portuguesa, que considerou de "assalto sistemático dos centros de decisão, públicos e privados, por grupos à margem de toda a ordem jurídica e até institucional". Por isso, a fim de se defender "activamente dos totalitarismos extremistas que se degladiam na sombra", apelava ao "despertar" da pretensa "maioria silenciosa do Povo português". Spínola estava, ao fim e ao cabo, a incitar à chamada "Manifestação da Maioria Silenciosa". [...] Quanto à delegação guineense, aproveitou a estadia em território português para se deslocar à sede dos principais partidos políticos [nomeadamente a do PCP, onde é recebida por Alvaro Cunhal, Octávio Pato, Raimundo Narciso e um outro], e discutir a questão da descolonização de Cabo Verde.»<sup>11</sup>
- «Em 10 de Setembro de 1974, havia em toda a Guiné menos de 100 civis brancos, incluindo os brancos não oriundos de Portugal (que eram os missionários e missionárias italianas, os libaneses, sirianos, etc.)»<sup>12</sup>
- «40 dias para decidir 400 anos. Desde o dramático discurso de Spínola em 27Jul74, até à independência da Guiné, passaram apenas 44 dias durante os quais foi possível, com a rapidez desejada por determinados sectores nacionais e estrangeiros, entrar nos factos da descolonização. Nesse curto espaço de tempo, fixou-se em Lusaca a assinatura do protocolo de entrega de poderes em Moçambique à FRELIMO, para o dia 25 de Junho de 1975. Nos nove milhões de moçambicanos, talvez a maioria não deseje a FRELIMO, tal como os fulas da Guiné tiveram de se refugiar no Senegal para escapar ao extermínio pelo PAIGC, provavelmente por não desejarem o PAIGC.»<sup>13</sup>
- «Sem que se altere a evolução dos acontecimentos, o general Spínola sente coragem para fazer o discurso da entrega da Guiné ao pequeno grupo de marxistas que, com o apoio das tropas portuguesas em indisciplina, se vai assenhorear do governo do novo país.»<sup>14</sup>
- «Spínola, num dos seus últimos discursos como presidente da República, deu largas à sua mágoa sobre o resultado final dos acontecimentos na Guiné, usando um tom de irritada condescendência, num discurso que deveria comemorar o fim do imperialismo português naquele território. A descolonização não consiste, lamentou-se, "em transferir pura e simplesmente o poder para as organizações partidárias que sustentaram a luta armada contra o anterior regime português". A descolonização tinha a ver com a implantação do pluralismo e da democracia multipartidária. Devia resistir-se a uma suposta descolonização que na realidade significa apenas "a oportunidade da apropriação do poder por certas ideologias e seus correspondentes regimes totalitários", e "defender os territórios africanos do risco dessa nova escravidão é uma obrigação de consciência para a qual alerto todos aqueles que militam na ideologia democrática". Pondo de lado os algo discutíveis fundamentos éticos da mágoa de Spínola.»<sup>15</sup>
- «A maioria silenciosa do povo português terá pois de despertar e de se defender activamente dos totalitarismos extremistas que se degladiam na sombra, servindo-se das técnicas bem conhecidas de manipulação de massas

para conduzir e condicionar a emotividade e o comportamento do povo perplexo e confuso por meio século de obscurantismo político.»<sup>16</sup>

- «Da "maioria silenciosa" tive conhecimento num almoço que ele (general Spínola) ofereceu a Pedro Pires, quando ele veio assinar pela Guiné o acordo de paz. Sentou à sua direita o embaixador do Brasil, a quem deu muita atenção apesar de representar uma nação que se encontrava sob a ditadura dos generais, e no extremo da mesa a personalidade a quem era oferecido o almoço. Quando lhe disse que tinha cometido uma grave falha, ele respondeu-me que o fizera propositadamente.»<sup>17</sup>
- «No almoço que se seguiu à cerimónia da oficialização em Lisboa, pelo presidente da República, do acordo de Argel, não resistiu ao prazer da vexação. Para o efeito, além de ter convidado o comandante Pedro Pires que havia chefiado a delegação do PAIGC, bem como o general Costa Gomes, o dr. Mário Soares e eu próprio, convidou também, sentando-o à sua direita, o embaixador do Brasil em Lisboa. O comandante Pedro Pires teve de contentar-se com o lugar à direita do general Costa Gomes, do outro lado da mesa. [...] No almoço que teve lugar em Belém, a convite do presidente na sequência da homologação do acordo, o presidente Spínola [...] no brinde final destacou com particular ênfase o mesmo embaixador, a quem ostensivamente intitulou de seu "principal convidado". E, sem deixar de saudar o povo da Guiné, bebeu à memória dos três oficiais [maiores, mais um capitão, um alferes e um furriel] portugueses, emboscados e mortos quando [em 20Abr70] se dirigiam, desarmados e em missão de paz, ao local de um encontro secreto apazado com o PAIGC. [...] Pedro Pires [...] ergueu por seu turno o cálice, brindou pelo futuro das relações entre o povo português e o povo da Guiné-Bissau, e de imediato pediu licença para se retirar alegando um pretexto qualquer. Tive assim a oportunidade de assistir à última "batalha" do general Spínola com o PAIGC. E tirei para mim a conclusão de que é errado pôr quem fez a guerra a negociar a paz!»<sup>18</sup>

Enquanto isso no aeroporto inglês de Heathrow, a imprensa mundial segue atentamente a viagem transcontinental do afro-americano ex-campeão mundial de pesos-pesados Muhammad (Cassius Clay) Ali, que embarca com a sua comitiva rumo a Kinshasa onde, a convite do PR Mobutu e antes do final do mês, irá decorrer o combate de boxe com o actual titular George Foreman, que noutra avião segue também para o Zaire. Tendo há alguns meses o presidente zaireense oferecido a cada um 5 milhões de dólares para que o *match* se realizasse no estádio de Kinshasa com capacidade para 100 mil pessoas e garantia de transmissão directa via satélite, o afro-americano empresário do pugilato Don King aceitou o repto e viaja com o mesmo destino, estando previsto que o evento seja precedido por dois dias de um festival de música com artistas afro-americanos, de entre eles se destacando os conhecidos James Brown e B.B. King.

<sup>1</sup> (MacQueen, op.cit pp.184-186); <sup>2</sup> (na madrugada seguinte, quando regressa à Matola para se reunir a sua mulher Clotilde e aos filhos, é detido em Boane sob a alegação de que «transportava uma arma»; fica preso no quartel de Boane e seguidamente na cadeia da Machava sem culpa formada durante 2 meses; em 12Nov74 é enviado para Lisboa mas não chega a sair do aeroporto, logrando fugir para Londres); <sup>3</sup> (Jardim, op.cit pp.353/4); <sup>4</sup> (Saavedra, op.cit pp.66-70,14);

<sup>5</sup> (Gonçalo Fevereiro, em 15Out96 a Bernardo); <sup>6</sup> (José Manuel da Silva em 10Out97, idem); <sup>7</sup> (cf Guilherme de Melo, dep.cit);

<sup>8</sup> (resumo do terrorismo urbano e suburbano ocorrido em 10Set74; cf Saavedra op.cit pp.73-76); <sup>9</sup> (Távora, op.cit pp.588);

<sup>10</sup> (36125km<sup>2</sup>; em Dez60, 525437 hab.; em 79, 767739); <sup>11</sup> (Duarte Silva, op.cit pp.271,392/3,394); <sup>12</sup> (Pinto Rema, op.cit pp.860); <sup>13</sup> (Aguar, op.cit pp.62/3);

<sup>14</sup> (Ferreira, op.cit pp.438); <sup>15</sup> (MacQueen, op.cit pp.141); <sup>16</sup> (Spínola, no almoço de 10Set74); <sup>17</sup> (Costa Gomes, op.cit pp.251);

<sup>18</sup> (Almeida Santos, op.cit vol.II pp.41 e vol.I pp.353-354)

1974 – Setembro.11

De madrugada no aeroporto da Portela o alto-comissário de Moçambique contra-almirante graduado Victor Crespo embarca rumo a Lourenço Marques, com escala técnica em Luanda.

- «A rebelião terminou terça-feira dia 10 de Setembro ao meio-dia [i.e, depois das 15:00]. Os brancos e africanos que, todos desarmados, dela participavam, começaram a regressar a suas casas. À noite, porém, milhares de negros vindos da cidade do caniço começaram a descer para o centro da cidade, destruindo tudo e massacrando todos os brancos e africanos que se lhes não juntavam. Para trás já tinham deixado umas centenas de mortos. Na cidade as tropas eram insuficientes para defender a população branca e dizia-se que o governo-geral não queria mandar vir a tropa do norte sem a fazer acompanhar por terroristas da FRELIMO, para assim mostrar à população europeia que a sua vida tinha sido salva por elementos armados dos seus antigos inimigos. Os homens da FRELIMO chegaram no dia seguinte, pouco mais ou menos ao mesmo tempo que os soldados. Os dirigentes frelimistas, à chegada mandaram despejar o Hotel Cardoso e instalaram-se ali a coberto de um apertado dispositivo de protecção. Os motins provocados pelos negros continuaram por uns dias mais, causando mortes e destruições.»<sup>1</sup>
- «Foi decisivo no processo de independência que aqui se vive, o espírito do Acordo de Lusaca que estabeleceu a linha política – a única possível –, que era a de cortar definitivamente os laços colonialistas e substituí-los por relações independentes, desejadas e não impostas. [...] Na muita demagogia que os políticos irresponsáveis empregam para iludir as suas clientelas, esquecem-se sempre de lhes dizer que, algum tempo mais tarde, alguém aparecerá a apresentar a respectiva factura.»<sup>3</sup>
- «Quatro carros da polícia [PSP-M de Lourenço Marques] com instalação sonora, percorrem os subúrbios. Dentro deles falam incansavelmente ao povo outros tantos elementos da FRELIMO: recomendam calma. Entretanto nos quartéis as Forças Armadas enredam-se no medo e no desleixo, só pequenos grupos de combate saem para a rua: um alferes da PM domina algumas situações com três Panhard. No comando-geral da PSP, o capitão miliciano Rodrigo de Vasconcelos, demonstrando sangue-frio e tática invulgares, passa 24 horas seguidas dentro de um "Vauxhall" dispendo forças policiais através da rádio: são mensagens do Largo Albasini, da Craveiro Lopes, da Rua do Porto, do Bairro da COOP, das Mahotas, da Marginal, da Ponte Pinto Teixeira; são gritos via-rádio de toda a zona suburbana da capital. Soldados portugueses formam barreira para vistoriar viaturas: saqueiam o que lhes interessa para mais tarde venderem aos desbarato nos quartéis; apalpm os seios das senhoras, levantam saias de raparigas; muitas destas operações são acompanhadas de gestos pornográficos e riso alvar. Noutros locais são civis negros andrajosos e porcos, armados de catanas e varapaus, quem os imita. Guerrilheiros da FRELIMO interceptam também viaturas: não falam português; ou se dirigem aos ocupantes em suaíli, inglês ou francês, ou com gestos e grunhidos; enfiam as mãos sebtentas nas malas de roupa que revolvem; a uma senhora que transportava felpuda cadelinha "maltesa", insistem para que abra o

bicho pois pode ser um esconderijo de armas; a senhora tem de pôr a cadela na estrada para que ande, para que ladre, para que eles confirmem não vá ser boneco de pelúcia. O major Leandro já a comandar o quartel de Boane, reúne na presença do comandante Juma a centena e meia de soldados que resta da tropa portuguesa. Brancos e pretos são avisados da limitação de dispensas e que a partir desse dia a segurança da unidade será feita pela FRELIMO. Um preto pergunta: "Mas afinal sou soldado português ou da FRELIMO?". Leandro repreende severamente o indisciplinado militar e entrega-o a Juma com este castigo: "Dentro de dois dias virás à formatura da parada dize o que realmente pensas". Patrulha mista com forças portuguesas e da FRELIMO desloca-se à Moamba, a pedido dos criadores de gado da região para sustentar a multidão que assaltava as propriedades: encontram negros a abater indiscriminadamente cabeças de raça apurada; a FRELIMO dá ordens para liquidar os criminosos; o alferes branco, porém, contradiz a ordem e determina o regresso em paz ao quartel.»<sup>3</sup>

Entretanto em Bissau, menos de 24 horas decorridas sobre o reconhecimento pelo Governo provisório português da independência "de jure" da República da Guiné-Bissau, «um importante contingente de guerrilheiros do PAIGC entrou finalmente»<sup>4</sup> vindo de Conackry.

- «Aristides Pereira deixara definitivamente Conackry em 10 de Setembro, partindo para Madina do Boé. Antes da partida, foi recebido pelo presidente Sekou Touré e pelo primeiro-ministro Lansagna Bravogui [i.e, Louis Lansana Béavogui], e concedeu uma entrevista à 'Rádio-Conackry' agradecendo ao povo [guinéu], ao partido [único PDG] e ao governo [totalitário] da República da Guiné-Conackry "a sua fraternal colaboração". [...] As normas que constituem o Anexo [ao Protocolo do Acordo assinado em 26Ago74], e organizam a retracção do dispositivo militar português e a transmissão de serviços, são bastantes e pormenorizadas. A saída deveria estar concluída em 31 de Outubro. Previu-se uma "Comissão Mista" para supervisão e garantia do acordado, mas a partida das forças armadas portuguesas processar-se-ia [até 15Out74] sem qualquer incidente significativo, em boa colaboração e mesmo com manifestações de confraternização. Houve algum atraso, provocado pelas dificuldades de transporte agravadas pelas chuvas, na entrega pelo PAIGC dos prisioneiros portugueses – de resto, em pequeno número –, que se encontravam em Conackry.»<sup>5</sup>

Enquanto isso no palácio de Belém, o PR provisório general Spínola recebe o pedido formal de exoneração do governador de Timor tenente-coronel Fernando Alves Aldeia – que por ocasião da formação do governo gonçalvista fôra chamado à Metrópole –, mantendo-se desde há um mês em Dili no desempenho interino daquelas funções o comandante militar tenente-coronel Nívêo Herdade, que envia para a CND outro insistente pedido de directivas sobre o «processo de descolonização» relativo àquela Província.

- «Nesta data chegaram a Dili alguns estudantes da Casa de Timor, entre os quais Abílio Araújo; (outros estudantes chegariam mais tarde para reforçar esta ala esquerdista). A direcção radical da ASDT anuncia a transformação daquela associação [proclamada em 20Mai74 por Nicolau dos Reis Lobato], passando a nomear-se FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente), que difunde uma proclamação ideológica de esquerda, revolucionária, desajustada das realidades de Timor, arrogando-se de ser o único representante legítimo do povo de Timor, de ser um movimento vanguardista e de considerar a independência como o único caminho para a verdadeira libertação; e considera ilegal a existência da APODETI, que devia ser extinta. A transformação da ASDT em FRETILIN marca uma mudança profunda no comportamento e processo de actuação, que provém do espírito esquerdista transportado pelos estudantes timorenses e por eles adquirido na leitura dos ideários da FRELIMO e do PAIGC. Este facto rotulou decisivamente o movimento independentista em Timor, de esquerda ou de extrema-esquerda, e facilitou a campanha indonésia dando-lhe o argumento do "perigo comunista da independência de Timor". [...] Todos os dirigentes dos partidos eram timorenses, pertencentes a pseudo-elites existentes pelo facto de Timor nunca ter gerado verdadeiras elites de homens cultos, conhecedores profundos da realidade timorense e do meio geopolítico envolvente. A grande maioria era analfabeta e inculta, e mesmo grande parte do ensino médio que só chegava a alguns, continuava a insuflar aos estudantes modelos e conhecimentos que de pouco lhes serviam. Como exigir capacidade, conhecimento e maturidade aos políticos de Timor, que o meio não havia formado nem alertado, e que a revolução – com a sua consequente precipitada descolonização – artificialmente pressionou para se constituírem em partidos? Como esperar, nós, portugueses, que vivemos e assistimos ao confuso, controverso, quase anárquico nascimento, crescimento e vivência dos partidos políticos em Portugal, com todo o seu rosário de imaturidade, contradições, irrealismo, demagogias e oportunismos – como esperar que em Timor, com aqueles timorenses que nós moldámos ou deixámos de moldar, o comportamento fosse diferente, melhor que o da Metrópole, exemplo para todos? Os dirigentes timorenses são o que são: a revolução não pediu tempo para os formar, antes de lhes dizer que podiam ser independentes.»<sup>6</sup>
- «A velha distinção entre direita e esquerda, conservadorismo e inovação, tinha desembarcado em Timor. A UDT radicalizou o seu conservadorismo. A Fretilin o seu pendor revolucionário. Agentes dessa radicalização foram, entre outros, alguns militares imbuídos do espírito da ala mais à esquerda do MFA, ou a ela pertencentes, que daqui foram com o objectivo de pregar a boa nova revolucionária, libertária e anticolonialista, ou que já lá se encontravam possuídos desse mesmo espírito, nomeadamente os milicianos recrutados na seara universitária. E também estudantes timorenses que frequentavam o ensino superior em Portugal, já tocados pela sedução – maoísta, marxista-leninista ou trotskista – dos partidos da extrema esquerda e que, mal soou a hora da liberdade e da emancipação das colónias portuguesas, tomaram a decisão [...] de regressar às origens. [...] Lá como cá, esses militares e esses estudantes chamaram a si a incumbência de abrir as mentes do povo secularmente sujeito, através de campanhas de esclarecimento, injectando nele a semente da inconformidade e da rebeldia. [...] Dos estudantes, retiro do já citado "Relatório Riscado" os nomes de Abílio Araújo, Guilhermina Araújo, António Cavarino, Vicente Manuel Reis e Venâncio Gomes da Silva. Alguns destes vieram a imprimir aos partidos em que militavam e de que chegaram a ser dirigentes, a marca da febre revolucionária [...] antes do termo catastrófico do processo de descolonização, [...] inviabilizando sem querer a libertação por que

lutaram. [...] Até porque, repito, o vírus libertador foi para a ilha transportado por militares e estudantes imbuídos de espírito revolucionário. A partir daí, foi apenas o tempo de deixá-lo levedar.»<sup>7</sup>

- «A FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente), resultou da ocupação de um movimento incipiente ASDT (Associação Social Democrática Timorense) por estudantes marxistas idos de Lisboa em avião militar com a missão de fazerem dinamização ou esclarecimento político. As bases, objectivos e estratégia política da FRETILIN eram copiados da FRELIMO e do PAIGC. Os militares portugueses dividiram-se no apoio aos partidos: os do MFA, tomaram conta da protecção e expansão da FRETILIN. [...] O governador de Timor coronel Alves Aldeia, que na Província gozava de grande simpatia e enorme prestígio, foi confirmado depois de 25 de Abril mas substituído [oficialmente] em 14 de Setembro de 1974. Ele próprio pediu a demissão, por desacordo com o Governo central.»<sup>8</sup>

Ao final da tarde a RTP transmite um discurso do PR provisório general Spínola, que lança mais apelos subliminares à «maioria silenciosa»:

- «O Presidente da República tem plena consciência do que é e do que não é democracia, do que é e do que não é descolonização. E como tal não consentirá que, em nome da liberdade e da democracia, o Povo Português volte a ser escravizado ou que em nome desses mesmos princípios se abandonem milhões de seres humanos ao risco de uma escravidão semelhante àquela de que nós libertámos. Doutro modo, não cumpriríamos o Programa do Movimento das Forças Armadas.»<sup>9</sup>
- «Spínola deve ter compreendido que caminha para uma confrontação, a curto prazo, com o MFA. Daí que tenha acentuado cada vez mais as suas denúncias à opinião pública e recebido com muito agrado o projecto da manifestação de apoio [da designada "Maioria Silenciosa"]. Os dois pólos da manobra política ficam então bem definidos: o spinolista e o comunista.»<sup>10</sup>

<sup>1</sup> (extractos do artigo "Os acontecimentos de Lourenço Marques", in quinzenário "Economia & Finanças" nº324 pp.8-9; Lisboa 01-15Out74);

<sup>2</sup> (Victor Crespo, *Expresso* 24Jun75); <sup>3</sup> (Saavedra, op.cit pp.76-78); <sup>4</sup> (Sambu, op.cit pp.51); <sup>5</sup> (Duarte Silva, op.cit pp.272,269); <sup>6</sup> (Lemos Pires, op.cit);

<sup>7</sup> (Almeida Santos, op.cit vol.II pp.302-303,312); <sup>8</sup> (Távora, op.cit pp.600,599); <sup>9</sup> (Spínola, "Conceito de Descolonização", 11Set74); <sup>10</sup> (Azevedo, op.cit pp.32/3)

1974 – Setembro.12

Em Addis-Abeba um grupo de oficiais depõe Hailé Selassié, último imperador da Etiópia, que fica detido no seu próprio palácio. Na região norte da Etiópia, desde início da década alastra uma severa crise de alimentação e mais de 200 mil pessoas já morreram à fome. Ao longo do ano corrente as notícias espalharam-se, eclodindo conflitos e revoltas entre a população, mas o imperador e o seu governo não avançaram com quaisquer programas de auxílio, nem admitiram interna ou externamente o grave problema, impedindo qualquer ajuda internacional.

Enquanto isso em Lisboa, o PR provisório general Spínola visita no Largo do Carmo o quartel da GNR onde dá posse ao general António Ferreira de Carvalho Freire Damião, membro do Conselho da Arma de Cavalaria e que regressa ao comando-geral daquela corporação (para substituir o general Rosa Garoupa no cargo desde a tarde de 26Abr74). Durante a cerimónia, o general Spínola profere um discurso sob a epígrafe da «Autoridade Legitimada», e do qual se destaca o seguinte:

- «No 25 de Abril surgiu uma alvorada que abriu ao nosso País as perspectivas de democratização, mas é bom que todos saibam que não é possível democratizar um país e restitui-lo à liberdade sem lei, sem ordem, sem disciplina e sem uma forte autoridade. A diferença é que a autoridade do regime democrático é uma autoridade legitimada pela vontade do próprio povo.»

Pouco depois na ponte sobre o Tejo, cerca de 7 mil operários da Lisnave marcham em direcção a Lisboa perante a passividade dos fuzileiros do Alfeite, que se solidarizam com os manifestantes.

Ao mesmo tempo em São Bento, um porta-voz do II<sup>o</sup>GP – em vésperas do MNE Soares se deslocar à sede da ONU –, anuncia que Portugal volta a fazer parte da UNESCO<sup>1</sup>.

Por essa ocasião no aeroporto de Lourenço Marques, vindo de Lisboa com escalas em Luanda, Luso e Beira, desembarca o contra-almirante graduado Victor Crespo para assumir funções de alto-comissário, trazendo consigo o capitão-de-fragata Mário José de Aguiar (para a função de secretário-geral do alto-comissariado) e o capitão-tenente reservista José de Magalhães Saldanha Gomes Mota (para a função de "conselheiro económico")<sup>2</sup>, mantendo-se o coronel de engenharia Álvaro da Cunha Lopes<sup>3</sup> como controlador-mor do MFA local e o ex-governador distrital do Niassa tenente-coronel de infantaria Nuno Viriato Tavares de Melo Egidio<sup>4</sup> na chefia do CTS (Comando Territorial Sul).

- «O Victor Crespo, que teve necessidade de passar por Luanda, dada a impossibilidade [?] naquela altura de chegar directamente a Moçambique, meti-o e aos seus dois acompanhantes num avião do governo [?] de Angola e mandei-os pôr na Beira. Em Moçambique continuaram [?] a fazer o referido apelo, para que avançassem [em Angola] com uma operação semelhante. Mandei então fazer uma acção de neutralização, à audição daquela emissora em Angola, "abafando-a" tecnicamente quando eles falavam.»<sup>5</sup>
- «Victor Crespo, cuja chegada [à capital moçambicana] era inicialmente aguardada para o dia 7 de Setembro logo a seguir à conclusão do Acordo de Lusaca, foi obrigado pela crise do "Moçambique Livre" a [regressar a Lisboa, onde foi graduado em contra-almirante e formalmente empossado como alto-comissário, embarcou na Portela na madrugada de 11, teve de] desviar o seu avião para Luanda e só chegou a Lourenço Marques, via Beira, no dia 12.»<sup>6</sup>

<sup>1</sup> (a partir de 14Nov74 o cargo de director-geral é desempenhado pelo não-alinhado senegalês Mokhtar M'Bow; em 18Out87 cederá o lugar ao espanhol Federico Mayor);

<sup>2</sup> (em 16Mai74 havia sido nomeado "gestor" da SACOR e em 18Jul74 adjunto do MNE-adjunto Melo Antunes (seu contemporâneo da Escola do Exército, tal como Victor Crespo é seu contemporâneo da Escola Naval); antes de 11Mar75 regressa a Lisboa como delegado do alto-comissário de Moçambique; e em 26Set75 será empossado secretário da Cooperação do VI<sup>o</sup>GP, sendo Victor Crespo o ministro);

<sup>3</sup> (em funções até 25Jun75; regressado a Lisboa, vai concluir a carreira militar em 1978-80 como general director da Arma de Engenharia);

<sup>4</sup> (em funções até 25Jun75; regressado a Lisboa, em 23Jul75 graduado brigadeiro e eleito director da Arma de Infantaria); <sup>5</sup> (Rosa Coutinho, em 14Dez97 a Bernardo);

<sup>6</sup> (MacQueen, op.cit pp.186/7)

1974 – Setembro.13

Em Lourenço Marques o terrorismo urbano e suburbano, nos últimos três dias e segundo estimativas oficiais, causou cerca de 100 mortos e 250 feridos.

- «Dizia o "Expresso" que os brancos exageravam com o que foram os acontecimentos de Setembro, pois que o senhor tinha vindo cá três dias depois dos acontecimentos e nada tinha visto de especial. Tenho pena que ele não tivesse cá estado no próprio dia dos acontecimentos, em que ficámos loucos de medo dentro das nossas casas esperando sermos todos mortos, quando milhares e milhares de negros quiseram invadir a cidade e matar todos os brancos, em que na rádio a locutora quase chorava e nos pedia que tivéssemos calma e fé em Deus, em que ouvíamos a algazarra deles e as metralhadoras a trabalhar, não sabíamos até quando a tropa os aguentava, não tínhamos para onde fugir pois que eles nos cortaram todas as saídas. [...] Foram momentos muito dramáticos, em minha casa durante três noites dormiram onze pessoas, todas as famílias se uniam numa casa. O balanço dos mortos não foi nada do que a imprensa dizia, foram à volta de 60 brancos e entre 2500 a 3000 negros, para estes foi necessário abrir valas de 100 metros de comprimento com as escavadoras.»<sup>1</sup>
- «Na Beira só houve dez horas de agitação quando se deu o movimento de Lourenço Marques, mas grande parte dos brancos não está disposta a ficar: não acreditam na FRELIMO, muitos emigraram para a África do Sul, Rodésia, Portugal e Brasil; entre os que emigraram há muitos funcionários, o que provoca um vazio nos quadros que a FRELIMO não está habilitada a preencher. [...] Não se vê estado-de-sítio na Beira nem em Lourenço Marques. Toda a agitação que se deu foi só nesta cidade e no norte. Em Lourenço Marques foi um conflito racial: a 800 metros do aeroporto, amputaram um braço a um meteorologista e incendiaram-no dentro do carro. E ainda há prisões durante a noite. Houve órgãos de informação responsáveis pelo estado latente de confronto racial: os mesmos excessos praticados por brancos e pretos eram abordados nos jornais de forma diversa.»<sup>2</sup>
- «Incalculável é o número de perdas de vidas inocentes, de gentes mutiladas, de lares destruídos pelo fogo e pela morte. Cantinas e habitações são totalmente arrasadas e espoliadas. O pavor de que são tomados perante a destruição sucessiva de bens e seres, fá-los recusar qualquer palavra de verdade ou de ordem, criando maior confusão com a força brutal das armas. O combate, então desencadeado, entre as forças militares e a população em fúria, é inevitável, ainda que controlado ao máximo. Perante a extraordinária acção das Forças Armadas e da FRELIMO, grupos de negros, em que participaram milhares de pessoas, foram dissolvidos, quando, pretendendo arrasar o inimigo no seu próprio esconderijo, se dirigiam à cidade procurando vingança e pondo em perigo centenas de vidas. Homens, mulheres e crianças mortos ou feridos, bairros inteiros de caniço e colmo completamente arrasados pelas chamas, são o dramático balanço da hedionda propaganda inimiga. Hoje, a vida nos subúrbios e na cidade está praticamente restabelecida, mediante a actuação de homens conscientes, ao apelo de calma e segurança. Foram criadas brigadas de emergência para distribuição de alimentos e roupas, no sentido de remediar em início o auxílio urgente às populações. Há muito que lamentar, nesses dias de angústia, roubados à Liberdade de um Povo. Justiça será feita. Que nos sirvam de lição esses momentos. Que fortaleçam ainda mais a união e confiança necessárias à luta que nos propusemos a cada um de nós.»<sup>3</sup>
- «Ressano Garcia [fronteira]: um guarda e a mulher no jipe do Estado vão passando pelo arame quem não tem documentos. Cioso, o [matutino frelimista] "Notícias" [director Rui Knopfli, director-adjunto Fernando Couto, subdirector Fernando Magalhães e chefe-de-redacção Guilherme de Melo], inventa que o homem cobra randes e escudos, cobras e lagartos. O comando [CTS] procura interrogá-lo pelo telefone mas o polícia pega na mulher e passa-se com jipe e tudo o que pode para a África do Sul; sem documentos, tem de se acolher ao campo de refugiados de Nelspruit. Há também o caso daquele guarda-fiscal que vai pondo carimbos sem inquérito dia e noite em quantos passaportes se lhe apresentam, até que anunciam a chegada da FRELIMO: o homem continua a carimbar, foge no último momento e só depois de passada a fronteira repara que se esquecerá de carimbar o próprio passaporte. Conversa à porta de um quartel entre soldados, no terceiro dia de refrega: "Eh pá estou estourado, hoje já papei quatro tipas, as gajas da universidade parecem cadelas esfaimadas"; "É bestial pá, ontem até nos bancos da capela de Benfica passei duas dessas putas ao fio da espada". Dia 13, Rua do Porto: alguns polícias desesperados tentam sem êxito deter centenas de negros que pretendem atacar o populoso bairro de Malhangalene; chega um oficial fardado de azul, quatro galões brancos, ordena "recuar, em linha, fogo"; durante quatro horas caem filas sobre filas; mais tarde vêem-se negros a rastejar para recolher mortos e feridos. Há quem afirme que um capitão salvou a cidade, outros sustentam com propriedade que, se uma operação destas tivesse sido desenvolvida horas antes, a tragédia ter-se-ia evitado.»<sup>4</sup>
- «Pouco depois do seu regresso [de Lusaca] a Portugal, o dr. Mário Soares [em 13Set74] dá uma conferência de imprensa em que declara, que a FRELIMO "efectivamente representa o povo de Moçambique", e apresenta a "transição do poder para a FRELIMO" como estando em conformidade com os Acordos de Lusaca. Dias mais tarde [21Set74], depois de condenar "o regime de Salazar que tudo decidia à revelia dos cidadãos", afirma que os acordos foram feitos de harmonia com o legítimo representante da vontade do respectivo povo. Em seguida, classifica a FRELIMO como "partido único de Moçambique", afirma que nos termos do acordo foi "negada a possibilidade de certos grupos fantoches que não existiam antes do 25 de Abril, de poderem aparecer a público", e declara que entregou "o poder à FRELIMO porque esta era a instituição melhor organizada naquele território, e porque através de muitos anos de luta foi efectivamente o movimento que encarnou os desejos de independência do povo moçambicano".»<sup>5</sup>
- «Numa conferência de imprensa no dia 13 de Setembro, Soares teve dificuldade em falar da lealdade do Exército e em destacar o facto de a maioria dos brancos ter permanecido neutral durante os distúrbios. Victor Crespo abordou o tema numa entrevista [ao "Expresso", publicada] alguns dias depois [21Set74]. A sua observação de que apenas 10 mil brancos, dos 100 mil de Lourenço Marques, se tinham manifestado contra o Acordo de Lusaca, não foi inteiramente tranquilizadora. [...] Carlos [Manuel Costa Lopes] Camilo [capitão de infantaria e controlador do MFA, pouco antes de 07Set74 transferido para a 2ºSec-CTS em Lourenço Marques]<sup>6</sup>, julgava que as acções dos rebeldes foram desencadeadas, na convicção do apoio ou então da neutralidade da parte do Exército ou das forças para-militares; a FRELIMO foi muito activa na aquietação [?] dos bairros

africanos em torno da cidade. [...] A fúria dos africanos devido aos ataques racistas que sofreram [?] e que haviam ficado impunes no decurso da crise, provocou uma série de assaltos a propriedades de brancos que se prolongaram por várias semanas [?] e que vieram aumentar a sensação de insegurança dos brancos, que Lisboa não conseguia aquietar tentando minimizar os perigos da situação. [...] Os brancos envolvidos na conspiração [?] conseguiram escapar sem grandes dificuldades para o mais apropriado clima da África do Sul. Esta não era porém uma opção para os africanos do Moçambique Livre, muitos dos quais, entre eles [a mulher de] Uria Simango e Joana Simeão, caíram [i.e., no mês seguinte na Beira vão ser entregues pelo MFA] nas mãos da FRELIMO.»<sup>7</sup>

Enquanto isso numa cervejaria de Madrid, um grupo basco da ETA leva a cabo um atentado terrorista causando 11 mortos e 70 feridos.

- «No Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 13 de Setembro, [Mário Soares] terá ocasião de tecer referências muito elogiosas à “presença do novo embaixador espanhol em Lisboa” [Antonio Poch y Gutierrez de Caviedes]<sup>8</sup>, sublinhando mesmo que “desde o 25 de Abril, Portugal não teve o mais pequeno problema com a Espanha, prosseguindo os dois países a sua tradicional política de boa vizinhança”.»<sup>9</sup>
- «O Partido Liberal começa a enviar circulares convocando para a “Manifestação Nacional” de 28 de Setembro. Também o Partido Nacionalista Português promove a reorganização de ex-legionários, “para recomeçar a tarefa interrompida em 25 de Abril”.»<sup>10</sup>

E em Lisboa o PM coronel comunista Vasco Gonçalves anuncia a nacionalização (?)<sup>11</sup> do Banco de Portugal, do Banco de Angola e do Banco Nacional Ultramarino.

- «No Acordo de Lusaca havia só uma manifestação de intenções durante o governo transitório. A partir daí, a FRELIMO era soberana. No articulado do “Acordo” não está prevista a defesa dos bens dos portugueses que estavam em Moçambique. O problema dos espoliados do Ultramar só tem que ver com o Estado português. Os portugueses estavam no Ultramar sob a Bandeira portuguesa, o Estado, a administração portuguesa; pagavam impostos ao Estado português. Mas quando viémos para cá, o Estado português não tutelou minimamente os nossos interesses.»<sup>12</sup>
- «A própria crise económica da Metrópole pós-revolucionária, tal como Almeida Santos deixou bem claro na Assembleia Geral das Nações Unidas em [3 de] Dezembro de 1974, impossibilitava-a de resolver a das suas antigas colónias. Durante o período de transição realizaram-se regularmente negociações entre a FRELIMO e funcionários portugueses sobre os contenciosos [?], em particular relativamente à liquidação do Banco Nacional Ultramarino e ao estabelecimento de um novo Banco Nacional [de Moçambique], bem como quanto às futuras responsabilidades com o projecto de Cabora Bassa. Todavia, estas conversações revelaram-se difíceis e muitos problemas ficaram por resolver, e viriam a perturbar as relações do pós-independência. Era parte do inevitável preço de um acordo de independência, a que se chegara em circunstâncias em que a velocidade e a concisão [?] foram mais importantes do que o pormenor e a precisão.»<sup>13</sup>

Ao mesmo tempo o MNE Mário Soares, preparando a opinião pública para a sua próxima intervenção na ONU, declara em conferência de imprensa que «decorrem negociações com todos os países africanos e asiáticos para o estabelecimento de relações a nível diplomático», e reafirma que «a política externa portuguesa está intimamente relacionada com a política de descolonização».

- «Através das suas declarações, o dr. Mário Soares ia assumindo compromissos que não foram mais que palavras. Em meados de Setembro de 1974, fazia nota que a situação em Cabo Verde era diferente da Guiné, pois naquele território “a luta armada nunca existiu”.»<sup>14</sup>

<sup>1</sup> (Micaela, carta de Nov74; cit Barão da Cunha, op.cit pp.174-5); <sup>2</sup> (Eugénio Hermes, carta de Jan75; idem pp.178/9); <sup>3</sup> (Guilherme de Melo, dep.cit);

<sup>4</sup> (Saavedra, op.cit pp.75-78); <sup>5</sup> (Aguiar, op.cit pp.95/6);

<sup>6</sup> ver a sua descrição dos «acontecimentos de 7 de Setembro e 21 de Outubro de 1974», in “Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois”, pp.341-343);

<sup>7</sup> (MacQueen, op.cit pp.193,186); <sup>8</sup> (nascido em 1912; diplomata de carreira, em 73-74 presidente do Conselho Superior de Assuntos Exteriores do MNE espanhol);

<sup>9</sup> (Avillez, op.cit pp.344); <sup>10</sup> (Morais e Violante, op.cit pp.254); <sup>11</sup> (cf dec.450-452/74, publicados nesta data);

<sup>12</sup> (Costa Borges, presidente da Associação dos Espoliados de Moçambique, em 28Abr93 a Paulo Guerra); <sup>13</sup> (MacQueen, op.cit pp.187); <sup>14</sup> (Aguiar, op.cit pp.75)

1974 – Setembro.14 (sábado)

No aeroporto de Lourenço Marques o CCFAM general Orlando Barbosa, com a maior parte do respectivo Estado-Maior, regressa a Lisboa já exonerado de funções que, a exemplo do que já sucede em Angola, passam a ser cumulativamente desempenhadas pelo tovarich alto-comissário contra-almirante Victor Crespo.

- «Todos os órgãos políticos, portugueses e da FRELIMO, ficaram na dependência directa do alto-comissário e permaneciam onde se encontravam naquele momento. [...] Regressaram o general Orlando Barbosa, os brigadeiros Frade Gravitto [vice-CCFAM] e Eurico Gonçalves, e mais três pedras fundamentais do meu Estado-Maior: o coronel Sá Seixas, chefe da 3ª Repartição [Operações]; o então coronel Correia da Cruz, chefe da 2ª Repartição [Informações]; e o coronel Passos, chefe da 5ª Repartição [Instrução]. [...] O [último governador distrital do Niassa] coronel Melo Egídio foi comandar o CTS (Lourenço Marques); o então [comandante do CODCB até 11 Dez73] coronel Duarte Silva, o sector de Tete; e o comando da Região Militar, em Nampula, foi entregue ao brigadeiro [António José da] Costa Pinto<sup>1</sup>, vindo da Metrópole [do comando operacional do Bat]1-GNR na Ajuda, sendo ali o seu lugar ocupado pelo ex-comandante do CIGE-Dondo e ex-chefe do MFA-Beira coronel de infantaria José da Silva Pinto Ferreira, que agora também regressa a Lisboa]. [...] O alto-comissário funcionou em Lourenço Marques, o que obrigou a deslocar [de Nampula] para lá o comando-chefe. Por avião foi transportado o pessoal e o material mais crítico, e por estrada as viaturas e o material pesado. O comando da Região Militar em Nampula, assumiu as responsabilidades directas na condução das operações em Cabo Delgado e Niassa e de orientar, e de certo modo dirigir, as operações em Tete e Beira. [...] Acabei por ficar rodeado de “bons rapazes”.»<sup>2</sup>
- «Já depois de assinado o Acordo de Lusaca foi aprisionada [entre Mueda e o rio Messalo] uma outra companhia [esta do BCac4812], já depois de ter entregue [na região de Toma do Nairoto] o quartel: quando tinha as suas coisas já nas camionetas com as armas pousadas no chão, a FRELIMO então prendeu parte dessa companhia; não sei agora [Set77] quantos pelotões eram, a maior parte dos quais açoreanos [mobilizados em



meados de 73 pelo Bll18], *prendeu-os, roubou-lhes tudo e levou os soldados também presos para a Tanzânia. Regressaram mês e meio mais tarde reduzidos a farrapos.*»<sup>3</sup>

E em Lisboa é distribuída a primeira edição do *Bandarra*, jornal dirigido por Miguel Freitas da Costa<sup>4</sup>.

- «*Manuel Maria Múrias [integralista lusitano e ferrenho anti-marcelista], manteve-se fiel aos seus princípios desenvolvendo uma acção notável de jornalismo de combate no "Bandarra", [...] o que lhe valeu a prisão em 28 de Setembro, donde só nos finais de 1975 seria libertado sem que alguma acusação concreta fosse levantada contra a sua pessoa.*»<sup>5</sup>

Enquanto isso no sul da Guiné, decorre breve cerimónia de troca de prisioneiros de guerra:

- «*(...) Presentes ainda: Maj Inf Hugo dos Santos, 1Tn Marinha Brandão, [o MFA comandante da CPM8242] Cap Cav [Alexandre Maria de Castro] Sousa Pinto,<sup>6</sup> Cap Cav Ramalho Origão [também MFA] e duas praças da PM. Todos estes elementos foram transportados num Nordatlas (cmdt Cap Pilav Carvalho) que fez duas viagens entre Bissau e Aldeia Formosa e que levou igualmente um representante do PAIGC, Cmdt Laminé Sissé, e cerca de vinte jornalistas nacionais e estrangeiros que se propunham fazer a cobertura do acontecimento. A permuta de PG não chegou a efectuar-se em 09Set, em virtude do PAIGC não ter apresentado os PG/NT,<sup>7</sup> retidos em seu poder, nessa data. Como consequência, os elementos das NT e jornalistas regressaram pelas 16h00 a Bissau, tendo ficado em Aldeia Formosa o CTn Patrício com os 35 PG/PAIGC, que aí aguardariam até à chegada dos PG/NT. Nesse mesmo dia, o encarregado do governo da PU telegrafaria à direcção do PAIGC, manifestando a sua estranheza pela não apresentação dos PG por parte do PAIGC. Em resposta, Luís Cabral apresentaria desculpas, esclarecendo que a demora tinha sido devida ao mau estado das estradas, não tendo sido possível, por isso, transportar os PG como fora planeado. A troca dos 35 PG/PAIGC, pelos 07 PG/NT, retidos pelo PAIGC no Boé, só veio finalmente a concretizar-se em 14Set74 às 11h00 no aquartelamento de Aldeia Formosa. Estiveram presentes pelas NT: Maj Inf Tito Capela, Maj Art Aragão, CTn Patrício, Cap Inf Manarte, Fur Elias (2º Rep/QG/CTIG). O PAIGC esteve representado pelos seguintes elementos: Manuel dos Santos (subsecretário da Informação e Turismo/GB), Carmen Pereira (membro do Conselho de Estado/GB), Iafai Camará (cmdt aquartelamento de Aldeia Formosa). Recebidos os PG/NT, estes foram identificados imediatamente, tendo-se constatado que dos 07 PG entregues, 01 deles - Sld 10998071 António da Silva Batista [CCac3490] BCAÇ 3872 não constava dos ficheiros de retidos pelo IN ou desaparecidos existente na 2º REP/QG/CCFAG, pelo que foi imediatamente elaborada uma ficha, que foi entregue na 1ºRep/QG, a fim de que fosse pesquisada a situação do referido elemento. Feita a pesquisa, verificou-se que o Soldado mencionado tinha sido dado como morto, em 17Abr72, durante uma acção de emboscada em Madina-Buco, na qual as NT sofreram 01 desaparecidos e 10 mortos [i.e., 16 mortos mas apenas 12 registados, faltando 4 soldados milícia], 06 dos quais queimados por explosão na viatura [Berliet] em que seguiam. Este facto levou a confundir um dos corpos queimados com o elemento desaparecido, que veio a verificar-se agora ser o PG entregue pelo PAIGC, Sld nº 10998071 António da Silva Batista. Imediatamente após a identificação, os PG e comitiva regressaram, por via aérea, a Bissau onde desembarcaram cerca das 12h30 de 14Set74. Ficaram instalados no HM Bissau, data em que seguiram por via aérea para Lisboa.*»<sup>8</sup>

Por essa ocasião na ilha caboverdeana do Sal, tem lugar um encontro privado entre o PR provisório general Spínola e o PR zaireense Mobutu, mas não há qualquer divulgação do teor das conversações: apenas se conhece a garantia de Mobutu em não interferir no processo de descolonização de Angola, nomeadamente em Cabinda; e as diligências daquele junto de seu cunhado Holden Roberto, para imediata cessação das hostilidades com vista a um próximo encontro.

- «*À chegada de Spínola [ao aeroporto dos Espargos na ilha do Sal], manifestantes reclamam a independência do Cabo Verde.*»<sup>9</sup>
- «*Os mesmos aviões [da FAP ainda estacionados na BA12-Bissalanca] transportaram da Guiné elementos do PAIGC com o objectivo de perturbar a cimeira do Sal, realizada nessa ilha entre Spínola e o presidente Mobutu.*»<sup>10</sup>
- «*Em Setembro de 74 [o caboverdeano Sílvino Manuel da Luz, comissário político do PAIGC], "soube do encontro secreto devido a uma fuga de informação, proveniente de Lisboa. Estragámos tudo. Fizemos uma grande concentração de militantes no [aeroporto dos Espargos na ilha do] Sal e enviámos uma mensagem de protesto, redigida por mim em francês, ao Mobutu". No rescaldo, Spínola ordenou a substituição do governador das ilhas, nomeando para o lugar o caboverdeano [anterior secretário-geral do governo do arquipélago] Sérgio [Duarte] Fonseca.*»<sup>11</sup>
- «*A população de Cabo Verde "sentia-se muito portuguesa e a representatividade ali" (como de resto na Guiné) "do PAIGC, era ínfima" como afirma o dr. Almeida Santos ministro da Coordenação Interterritorial, quando ali foi enviado pelo general Spínola depois dos oficiais da Marinha [governador comodoro graduado Henrique Afonso da] Silva Horta e [o comandante naval da Guiné capitão de mare-guerra Vicente] Almeida d'Eça, se terem vinculado ao PAIGC vergonhosamente. [...] Estava assim tudo decidido politicamente, ao mesmo tempo que as forças militares [do MFA] sob comando do oficial da Marinha Silva Horta, tomam resoluções semelhantes à de Fabião na Guiné, escrevendo com a sua atitude uma página vergonhosa – das mais vergonhosas que se conhecem nos anais do nosso Exército –, entregando ao PAIGC todo o poder.*»<sup>12</sup>
- «*Ocorreram incidentes incríveis, como em São Vicente quando, perante o governador, a Bandeira nacional foi rasgada e espezinhada, a par de inequívocas demonstrações da população no sentido de ficar ligada a Portugal. Spínola substituiu o governador por um engenheiro caboverdeano que desempenhava o cargo de secretário-geral da província; e ordenou a deslocação para o arquipélago de forças militares não contaminadas pelo vírus da anarquia: pretendia que a população viesse a manifestar-se sobre o destino do arquipélago; uma semana mais tarde, porém, concretizou-se a sua renúncia.*»<sup>13</sup>
- «*Cabo Verde "pelo seu alto valor estratégico provoca grandes cobiças", declarava o dr. Almeida Santos no fim [dia 26] de Julho de 1974. Na sua nova fase, o dr. Almeida Santos – que julgava ser a população de Cabo*

Verde "muito portuguesa" –, não faz declarações que representem compromisso quanto a uma consulta popular para decidir os laços com Portugal. Estamos perante o homem que, no fim de Julho de 1974, classificava Timor de "saldo". O dr. Mário Soares ia porém, através das suas declarações, assumindo compromissos que não foram mais que palavras. Em meados de Setembro de 1974, fazia notar que a situação em Cabo Verde era diferente da Guiné, pois naquele território a "luta armada nunca existiu". Ali, garantia ele, o "princípio de autodeterminação tem de ser integralmente respeitado."<sup>14</sup>

- «Gosta-se daquela terra mal se põem os olhos nela. Mesmo sem já ser "verde", antes inóspita e quase lunar, desprende-se dela um encanto que cativa. Feito talvez de história. Mas também de nível cultural – o mais elevado de todas as nossas antigas colónias – de riqueza musical, de identificação anímica. Um povo sensível, romântico e bom. [...] O encontro terá sido proposto pelo presidente Mobutu. O presidente português fez-se acompanhar pelo ministro da Defesa tenente-coronel Firmino Miguel, pelo chefe do seu gabinete militar coronel Robin de Andrade, pelo chefe da sua Casa militar tenente-coronel Almeida Bruno, pelo chefe do protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros dr. Mendonça e Cunha, e por mim próprio. Toda uma luzida delegação, para afinal assistir a um almoço cordial em que se falou de tudo menos dos objectivos do encontro. [...] O encontro com Mobutu enquadrou-se numa política de "contactos com países vizinhos". [...] Quando chegámos ao aeroporto da ilha do Sal, onde o governador Silva Horta aguardava o presidente, deparou-se-nos o espectáculo insólito de cerca de duas dezenas de jovens caboverdeanos aos gritos de "fascista!, fascista" e "independência ou morte". [...] Tivemos conhecimento de que os jovens manifestantes se tinham deslocado da Cidade da Praia, à boleia no mesmo avião que tinha transportado o governador Silva Horta. [...] Fui [...] à Cidade da Praia. [...] À minha chegada chovia a cântaros na capital de Cabo Verde. [...] Uma multidão inumerável, seguramente de alguns milhares de pessoas, aglomerada na rua que liga [...] à residência do governador, [...] repetia os "amáveis" slogans do aeroporto da ilha do Sal. [...] Rompido sem esforço o cordão de militares que ladeava a viatura, [...] começou uma via-sacra de palmadas no tejadilho. [...] Procuravam confirmar o conteúdo do velho Mercedes. [...] Chegaram à conclusão de que não continha caça grossa. [...] Olhei para o governador, que me acompanhava. [...] Sem Spínola a manifestação carecia de objecto [...] e a pouco e pouco desanuviou-se o caminho. [...] Silva Horta [...] afirmou-se disposto a pedir a sua substituição [...] logo que chegou a Lisboa, após ter regressado comigo.»<sup>15</sup>
- «Antes das conversações começarem, Almeida Santos fôra enviado por Spínola [à Cidade da Praia] para investigar a demonstração pró-PAIGC com que se haviam deparado à chegada. [...] Além de Almeida Santos e de Dias de Lima, a delegação portuguesa era constituída pelo ministro da Defesa tenente-coronel Firmino Miguel, pelo chefe da Casa Militar tenente-coronel Almeida Bruno, e pelo chefe do Gabinete Militar coronel Robin de Andrade, todos ajudantes de Spínola desde os seus tempos de governador da Guiné.»<sup>16</sup>
- «A comissão coordenadora tinha continuado atenta e actuante. Em Cabo Verde, Silva Horta fizera o que a comissão esperava dele e dentro de dias Spínola resignaria.»<sup>17</sup>
- «Houve um outro oficial que o general Spínola também quis que eu punisse e eu não o fiz: foi o comodoro [Henrique Afonso da Silva] Horta, na altura em que ele era governador do Cabo Verde. Quando o Spínola se deslocou à ilha do Sal, para o encontro com o presidente Mobutu, o comodoro Horta foi esperá-lo. Como havia lugares no avião, levou umas 20 pessoas da cidade da Praia, que lhe pediram para ir ao Sal. O avião dele chegou primeiro que o avião da TAP com o general Spínola, e nunca mais pensou nos caboverdeanos que tinha levado. Só que eles permaneceram no aeroporto [dos Espargos] todos juntos e, quando o Spínola saiu do avião, apuparam-no. Ele foi de tal modo aos arames que, ao chegar a Lisboa, a única coisa que me contou do seu encontro com Mobutu foi este episódio. O general Spínola só o destituiu de governador, não o tendo punido, como queria que eu fizesse. Se o tem feito, o comodoro Horta nunca teria chegado a almirante. [...] Nesse encontro sucedeu uma coisa idêntica ao que havia acontecido em Angra do Heroísmo, na reunião com Nixon<sup>18</sup>. Aqui, o general Spínola fez-se acompanhar do Firmino Miguel, que era ministro da Defesa (um oficial muito inteligente, que conhecia bem Angola e que falava correctamente o francês), mas que também não assistiu ao encontro.<sup>19</sup> O intérprete foi levado por Mobutu, que falava bem francês mas muito mal português. [O general Spínola] disse-me que tinha debatido com Mobutu a questão de Angola, designadamente um eventual auxílio do Zaire à descolonização. Não conheço nenhum documento referente ao teor das conversações.»<sup>20</sup>
- «Desde princípios de Setembro tinha sido decidido [pela JGA em Luanda] mandar para Noqui um oficial do comando-chefe, concretamente o major [Duarte] Cabarrão, que procuraria estabelecer contacto com os homens da FNLA sediados em Matadi, desbravando o caminho para a abertura oficial de negociações. Entretanto tem lugar o encontro de Spínola e Mobutu na ilha do Sal, que deve ter sido um complemento importante para a acção que já vinha sendo desenvolvida.»<sup>21</sup>
- «Os presidentes da República do Zaire e de Portugal encontraram-se na Ilha do Sal para uma troca de opiniões. Entre outros assuntos discutidos encontravam-se problemas relacionados com o processo de descolonização em curso nos territórios africanos portugueses.»<sup>22</sup>
- «As circunstâncias e o significado desse encontro, que decorreu na ilha do Sal em Cabo Verde a 14 de Setembro, estavam longe de ser transparentes e foram objecto de especulações, por vezes até exageradas. [...] Homens da sua confiança pessoal [de Spínola] haviam mantido contactos em Kinshasa durante o Verão de 1974. Nesses contactos a principal figura era o seu ajudante de confiança, o coronel Alexandre Dias de Lima que, recorde-se, [na semana anterior] fôra enviado por Spínola para conversações com os revoltosos do Rádio Clube de Lourenço Marques. Para as conversações do Sal, Spínola fez-se acompanhar apenas por militares que lhe eram leais e que faziam parte do seu círculo pessoal, e por Almeida Santos. [...] Mobutu, com as suas estreitas relações tanto com os Estados Unidos como com a China, era um óbvio aliado contra as intromissões da União Soviética 'via' o MPLA de Neto. Este processo de "internacionalização" poderia ser, na opinião de Spínola, o mais efectivo obstáculo à transferência de poder para marxistas pró-soviéticos, como já acontecera tanto na Guiné como em Moçambique. As conversações do Sal poderiam, portanto, ter tido a ver mais com a alta diplomacia do que com a baixa conspiração.»<sup>23</sup>

– «Quem quisesse pôr o general Spínola em desequilíbrio, bastava não o deixar dormir oito horas, quatro de dia e quatro de noite. Quer dizer, era um homem que trabalhava tanto como os outros, mas fazia-o fora de horas e fora da rotina. Considero que o [depois] marechal Spínola se deixou cercar, isolar e, depois disso acontecer, foi fácil desestabilizá-lo. Assim, em meados de Setembro, estava completamente desestabilizado. [...] O general Spínola [em meados de Setembro] sentia-se enganado por toda a gente.»<sup>24</sup>

– «Num último e entontecido esforço para salvar Angola daquela descolonização, o presidente da República encontrou-se na ilha do Sal com o presidente Mobutu do Zaire, um varão de Plutarco feito agente da CIA: em troca da neutralização dos soldados catangueses que se tinham refugiado em Angola – depois do assassinato de Tschombé, que chegara a proclamar a independência do Catanga –, em troca disso o tiranete do Zaire comprometia-se a convencer o seu concunhado Holden Roberto, que mal conhecia Angola, a suspender as suas operações militares. Seria menos um inimigo para o esfrangalhado MPLA.»<sup>25</sup>

No dia seguinte em Nova Lisboa, o membro da JGA brigadeiro graduado Silva Cardoso preside, na qualidade de comandante do COMRA2, à cerimónia de imposição das bóinas aos 28 novos oficiais e sargentos pára-quadistas que constituem os quadros da 1<sup>ª</sup>CCP do BCP22 em formação.

– «Após anuência do CEMFA [e membro da JSN general Diogo Neto, no final de Julho] informei a Junta de que se estava a proceder à preparação da primeira companhia desse batalhão. [...] Nenhum dos elementos da Junta levantou quaisquer objecções, embora não deixasse de sentir da parte do Rosa Coutinho um certo cepticismo. [...] Estava muito mais preocupado com a parte política. Em meados de Setembro teve lugar a cerimónia da imposição das bóinas aos novos pára-quadistas, à qual presidi. Após uma pequena alocução proferida pelo comandante do batalhão, tive a oportunidade de dirigir àqueles homens algumas palavras. [...] A comunicação social compareceu em força e deu ampla cobertura ao evento. [...] Nos dias seguintes estava prevista a chegada de mais umas dezenas de militares angolanos, todos voluntários, para iniciarem a sua preparação tendo em vista a constituição da tal unidade de pára-quadistas. [...] Dos vinte e oito homens que tinham recebido a boina verde, cerca de dois terços desertaram nos dias seguintes e [...] acabaram por ir engrossar o poderio militar do MPLA; e os restantes foram passados à disponibilidade, ignorando-se qual o destino que tiveram, mas admitindo-se que tenham sido aliciados a ingressar noutra movimentação [a FNLA]. Tudo tinha sido preparado durante a fase de instrução. [...] Em seguida, com base nos efectivos angolanos que, integrados nas nossas Forças Armadas, iam passando à disponibilidade, começaram com a ajuda de alguns elementos do MFA a entrar para as FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola). Era a reabilitação do MPLA, iniciada por Mário Soares a 2 de Maio em Bruxelas no seu encontro com Agostinho Neto e que não mais tinha cessado de crescer. Quando [em 22Set74] informei os restantes membros da Junta deste fracasso, apenas o general Altino de Magalhães pareceu surpreendido. [...] Rosa Coutinho limitou-se a afirmar: "Esta malta está farta da disciplina militar e optaram por ser cidadãos livres". [...] No âmbito da Junta, Rosa Coutinho fez referência a uma enorme efervescência que reinava em Lisboa em torno da anunciada manifestação da "maioria silenciosa", em apoio ao presidente da República e contra o governo de Vasco Gonçalves. Aliás na imprensa local começavam a aparecer algumas pequenas notícias relacionadas com esse possível manifestação de contornos pouco definidos. Disse ainda verificar-se um certo paralelismo entre o que se passava na Metrópole e o que ocorria em Angola, em que os partidos políticos como a FRA de Pompílio da Cruz e o PDCA de António Ferronha se propunham levar a cabo conspirações com objectivo de constituírem um regime de minoria branca. Rara era a reunião da Junta em que estes fantasmas não eram agitados, à semelhança do que se passava em Lisboa com a maioria silenciosa. Chegava-se ao ridículo de, com muita frequência, o José Emílio passar uma revista minuciosa a toda a mesa em torno da qual normalmente nos sentávamos, para verificar se não teriam sido instalados microfones de escutas secretas. Mas tudo se desenvolvia e processava à margem da Junta. [...] Nos bastidores alguma coisa se "cozinhava" e que iria abalar marcadamente todo o processo revolucionário. Em Angola, no âmbito do MFA chegava-se a falar de eventuais apoios à FRA vindos da Rodésia, África do Sul, Estados Unidos, França e outros países. Era no mínimo fantasioso e desmesuradamente forçado imaginar que algum destes países iria apoiar grupelhos, que tinham surgido às dezenas na sequência do 25 de Abril, para virar os acontecimentos de Angola. Nem as pessoas que diziam encabeçar esses pseudo-partidos tinham qualquer projecção ou credibilidade fora do território, só eram alimentados no interior. [...] Era de facto inexplicável a forma como Rosa Coutinho, José Emílio, Pezarat Correia e outros empolavam o perigo que representavam alguns dos grupos políticos aparecidos no passado recente.»<sup>26</sup>

– «O caso de Moçambique acabaria por influenciar, da pior maneira, o que viria a ocorrer em Angola, a "Jóia da Corôa" como é designada por Pezarat Correia. Este e Rosa Coutinho não terão, também, defendido devidamente os interesses portugueses, nesse amplo espaço africano.»<sup>27</sup>

– «1974.09.15 - Publicação do primeiro número do quinzenário "Abertura", do MFA de Angola.»<sup>28</sup>

– «Haveria um levantamento em Moçambique em 16 de Setembro, e em Angola entre 21 e 24 desse mês, estendendo-se depois ao Continente.»<sup>29</sup>

– «Reunião da ALA ["Associação Livre de Agricultores", dirigida por Rosado Fernandes e Picão Caldeira] em Santarém, que marca uma manifestação de agricultores para dia 29 junto ao palácio de Belém.»<sup>30</sup>

Entretanto em Paris o MNE Mário Soares, antes de seguir para Nova Iorque, é recebido pelo presidente senegalês Senghor.

– «Mário Soares encontrou-se em Paris com Léopold Senghor. Com que objectivo? Ser informado por Senghor do teor da cimeira da véspera em Cabo Verde?»<sup>31</sup>

– «Mobutu queria ter uma posição de algum modo tutelar relativamente a Angola. Era aparentado com Holden Roberto, que dele dependia militar e financeiramente. Tinha uma velha relação com Savimbi, que igualmente auxiliava. E mesmo em relação aos combatentes do MPLA que actuavam na frente leste – como Iko Carreira por exemplo –, tinha uma certa influência. Queria portanto ser ouvido. [...] Não tive, na verdade, qualquer conhecimento do que se passou entre Spínola e Mobutu, que eu próprio também encontrei, por essa altura [i.e., dois meses depois] para, por seu intermédio, tranquilizar os catangueses que ameaçavam criar perturbações em Angola.»<sup>32</sup>

- «A questão dos catangueses estaria a ser tratada, em Kinshasa pelo nosso representante diplomático o dr. António [Victor Martins] Monteiro<sup>33</sup> com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, e em Luanda entre o cônsul do Zaire e o Governo Provisório de Angola [representado pelo secretário da Administração Territorial tenente-coronel de cavalaria António Gonçalves Ribeiro]. Entretanto começaram a surgir rumores de que as autoridades portuguesas [i.e, os controladores do MFA-Angola] estariam a tentar persuadir os ex-gendarmes a permanecerem em Angola ao lado do MPLA, com a intervenção directa de Pezarat Correia nesta acção, o qual na realidade parecia ser o motor de toda a actividade revolucionária que varria o território dum extremo ao outro.»<sup>34</sup>
- «Recordo igualmente o tipo de argumentação utilizado [pelos controladores do MFA-Angola] em 1974, para convencer os catangueses a aderir ao MPLA: "Ou aderem ao MPLA ou nós entregamos vocês ao Zaire".»<sup>35</sup>
- «Os 'Fiéis' e os 'Leais' eram forças organizadas em unidades de tipo companhia de caçadores, com instrução de tipo 'comandos', compostas por refugiados políticos do Zaire [oriental] e da Zâmbia [noroeste], que mantinham actividade operacional com as tropas portuguesas. Em 1974 havia 16 companhias de 'Fiéis' e 1 companhia de 'Leais', todas na área da ZML. Os GE's eram grupos de voluntários africanos, com instrução militar rudimentar, destinados à autodefesa das populações: muitos deles adquiriram grande experiência de combate e participaram em operações com as tropas portuguesas. Em 1974 havia na ZML 70 GE's, cada um com um efectivo aproximado de um pelotão.»<sup>36</sup>
- «Houve uma "jogada" qualquer para os atrair ao MPLA através de um [ex-alfere miliciano "comando" e seu antigo instrutor] capitão Figueiredo, [...] uma tentativa do MFA-Angola de desestabilização dos catangueses para posterior controle, que apenas seria do conhecimento dos então [presidente da JSN e CEMGFA] general Costa Gomes, [presidente da JGA e CCFAA] almirante Rosa Coutinho, [governador distrital do Moxico e comandante da ZML] brigadeiro Ferreira de Macedo, [controlador-mor do CCPA] major Pezarat Correia e capitão Figueiredo.»<sup>37</sup>
- «Trabalhavam [os catangueses até final de 74] connosco, havendo um coordenador que na altura era o capitão Figueiredo. [...] Era miliciano, [ex] alferes dos "comandos". [...] O Figueiredo era, e parece que ainda é, um homem da confiança do MPLA. Julgo ainda lá estar. Até andou, posteriormente, a comandar uma brigada na guerra entre o MPLA e a UNITA. [...] Agora [23 anos depois] é major do nosso Exército e ao vir a Lisboa, anos atrás [pós-Mar89], até ia ter com o então CEMGFA general Soares Carneiro.»<sup>38</sup>
- «Naquela altura era um miliciano, o capitão Figueiredo, que lhes dava a instrução. Eram cerca de 2 mil e dentro destes recrutavam-se os operacionais. Assim, pode-se dizer que esta seria a força de infantaria mais eficiente, passível de ser recrutada em Angola. Sabendo ser o coronel [para-quedista Sigfredo Ventura da] Costa Campos<sup>39</sup> um "homem de mão" [?] do Jardim, desde Moçambique, levou-me a pensar que estaria algo em preparação. [...] Ele preparava-se para fazer o levantamento a 16 de Setembro em Moçambique; depois seria em Angola a 21 do mesmo mês. [...] O coronel Costa Campos teve muitos contactos. Um deles foi com o general [graduado comandante da RMA] Altino de Magalhães. [...] Esse encontro foi-me comunicado pelo próprio Altino de Magalhães. [...] Além de outros, teve contactos com os catangueses.»<sup>40</sup>
- «Como acontecera aquela desgraça lá por Moçambique, e antes na Guiné, e até porque pessoas de Angola tinham ido a Lisboa pedir-lhe apoio, o general Spínola decidiu que a descolonização daquele território seria apenas com ele. Mas havia problemas com o Rosa Coutinho e também com o Zaire. Foi então ele, general Spínola, com o Firmino Miguel ministro da Defesa, à ilha do Sal (Cabo Verde) onde tiveram um encontro com o presidente Mobutu. Oficialmente, em Angola nada se soube do que foi tratado nessa reunião. Eu já estava farto de muitos militares, que antes do 25 de Abril sempre se tinham comportado correctamente mas que depois lhes subiu à cabeça um activo e insuspeitado "progressismo", fazendo deles uma verdadeira escória. No Cazombo [saliente leste angolano], por exemplo, uma companhia [CCac4149] que devia fazer a protecção à asfaltagem dos itinerários, [em 07Set74] entrou em greve operacional [pretextada na morte acidental, nessa tarde, de um praça do seu destacamento do Chilombo que tinha ido tomar banho ao Zambeze e foi acometido de congestão]. Impunha-se uma acção exemplar para punir os responsáveis, mas não era altura disso. Determinei [como adjunto do comando-chefe e comandante da RMA], que lhe fossem cortados os abastecimentos; e depois lá vieram pedir "batatinhas". No meio daquela confusão que a cada passo surgia, era preciso um grande domínio de nervos para não se cometerem acções violentas, precipitadas, que mais poderiam agravar do que resolver situações a que urgia pôr cobro.»<sup>41</sup>
- «Imediatamente a seguir aos acontecimentos de Lourenço Marques, Melo Antunes pediu um inquérito às eventuais ligações com "grupos fascistas" metropolitanos, mas ele próprio [cf Expresso 21Set74] rapidamente deixou de falar em conspiração. Victor Crespo, porém, [recém-chegado a Lourenço Marques] insistia que tinha de existir um plano e que Spínola estava implicado. [...] A seguir aos acontecimentos de Moçambique [i.e, Lourenço Marques], a parte angolana do plano [i.e, da "inventona" propagada por controladores marxistas do MFA], marcada para 20/21 de Setembro, teve de ser antecipada e foi facilmente dominada pelo próprio Rosa Coutinho. Consequentemente, concluiu Rosa Coutinho, "quando a 28 de Setembro a contra-revolução deveria culminar em Lisboa, já perdera as suas bases coloniais e portanto falhou". [...] A falhada "marcha da maioria silenciosa" planeada para 28 de Setembro em Lisboa, e na qual Spínola jogou o seu futuro na presidência da República, tinha raízes mais coloniais do que metropolitanas. A tentativa, afirmava [em 25Abr84] Rosa Coutinho, "devia começar em Moçambique, passar para Angola e acabar em Portugal com a dissolução do MFA e a suspensão dos poderes da comissão coordenadora". [...] Não causa grande surpresa que à volta de Spínola se tenha tramado uma teoria conspiratória, mas a verdade é que existem apenas estas provas circunstanciais para defender tal teoria. É verdade que o cronista da descolonização angolana, Pedro Pezarat Correia, figura importante do MFA de Angola, que não era spinolista e que esteve empenhado em suprimir a componente de Luanda da suposta conspiração, duvidava [em 02Mar95] da existência de qualquer conspiração alargada.»<sup>42</sup>

<sup>1</sup> (na manhã do 25A, era o coronel comandante do Bat1/GNR que «facilitou» a manobra dos MFA's); <sup>2</sup> (Sousa Menezes, em 17Jun97 a Bernardo);

<sup>3</sup> (capelão Luís Ribeiro da Silva, dep.cit); <sup>4</sup> (filho do jornalista Eduardo Freitas da Costa que no início de Mar69 foi "saneado" da RTP pela nova direcção marcelista, tendo sido em meados de Nov68 "saneado" de director do telegjornal o jornalista Manuel Maria Múrias, que agora colabora neste jornal); <sup>5</sup> (Nogueira Pinto, op.cit pp.188);

<sup>6</sup> (em 10Mar75 será ajudante-de-campo do CEME general graduado Carlos Fábão; antes de 93, oficial de Operações na 1ªBMI e em 93-95 coronel comandante do RL2-Ajuda; posteriormente professor no IAEM e em Nov2000 tenente-general chefe-de-gabinete do CEME; em 16Jan01-17Nov03 governador militar de Lisboa; e em 26Dez03 na situação de reserva, nomeado presidente da Comissão Portuguesa de História Militar);  
<sup>7</sup> (em 01Out71, 1 Sld da CCS/BCac2912; em 17Abr72, o Sld António da Silva Batista, da CCac3490; e em 25Set73, o Ten grd 'cmd' António Jalibá Gomes, o Sld 'cmd' Iero Embaló e outros 3 militares da 3ªBCmdsAfr); <sup>8</sup> (cf extracto de Relatório da 2ªRep/QG-CTIG, pág.67); <sup>9</sup> (Paulo Guerra, op.cit pp.161); <sup>10</sup> (Avillez, op.cit pp.305);  
<sup>11</sup> (Castanheira, op.cit pp.296); <sup>12</sup> (Távora, op.cit pp.583/4); <sup>13</sup> (Mascarenhas, op.cit pp.412); <sup>14</sup> (Aguar, op.cit pp.75); <sup>15</sup> (Almeida Santos, op.cit vol.I pp.457,302-305);  
<sup>16</sup> (MacQueen, op.cit pp.240); <sup>17</sup> (Ferreira, op.cit pp.439); <sup>18</sup> (virá a falecer em 23Abr94, com 81 anos);  
<sup>19</sup> (tão pouco a restante comitiva: o MCI Almeida Santos (enviado à Cidade da Praia); os membros da Casa Militar da PR, coronéis Robin de Andrade e Dias de Lima, e tenente-coronel Almeida Bruno; nem sequer Helder Mendonça e Cunha (nascido em 1921, diplomata de carreira e desde 71 chefe-do-protocolo de Estado), que duas semanas depois será nomeado pelo MNE Mário Soares como embaixador em Atenas, dali transitando mais tarde para o Vaticano e em 80 para Buenos Aires, vindo a falecer em 92); <sup>20</sup> (Costa Gomes, op.cit pp.329,245/6); <sup>21</sup> (Silva Cardoso, op.cit pp.423); <sup>22</sup> (comunicado oficial, DN 16Set74); <sup>23</sup> (MacQueen, op.cit pp.204,206);  
<sup>24</sup> (Pedro Cardoso, em 01Fev96); <sup>25</sup> (Múrias, op.cit pp.302); <sup>26</sup> (Silva Cardoso, op.cit pp.399,401-403,416-417); <sup>27</sup> (Bernardo, op.cit vol.I pp.30);  
<sup>28</sup> (Alfonso e Gomes, op.cit pp.602); <sup>29</sup> (Rosa Coutinho, a "O Jornal" em 01Dez88 e a TSF em 28Set94); <sup>30</sup> (Morais e Violante, op.cit pp.254); <sup>31</sup> (Avillez, op.cit pp.386);  
<sup>32</sup> (Soares, pp.389,386); <sup>33</sup> (nascido em 22Jan44 em Angola; licenciado em Direito pela Univ. Lisboa, em 11Set67 admitido ao lugar de adido de embaixada);  
<sup>34</sup> (Silva Cardoso, op.cit pp.491); <sup>35</sup> (Alcino Roque, dep.cit.); <sup>36</sup> (Pezarat, op.cit pp.23); <sup>37</sup> (Bernardo, op.cit pp.315); <sup>38</sup> (Heitor Almendra, em 27Fev97 a Bernardo);  
<sup>39</sup> (no início de Mai71, TCor nomeado pelo CCFAM general Kaulza de Arriaga como comandante dos primeiros GEP's, instruídos no CIGE-Dõdo; em Jun73 cessou o comando daquele batalhão mantendo-se em Moçambique; em Angola será alvo de mandado de captura, assinado pelo vice-almirante Rosa Coutinho; depois refugiado-se em Madrid, onde está em 11Mar75 na companhia do eng. Jorge Jardim e de outros exilados portugueses; mais tarde colabora a título independente em algumas acções de apoio logístico ao ELP e ao MDLP); <sup>40</sup> (Rosa Coutinho, em 14Dez97 a Bernardo); <sup>41</sup> (Altino de Magalhães em 14Mar96, idem); <sup>42</sup> (MacQueen, op.cit pp.183-185)

1974 – Setembro.16 (2ªfeira)

No aeroporto de Lourenço Marques desembarca o futuro PM do governo transitório, Joaquim Alberto Chissano, vindo de Dar-es-Salaam com uma comitiva da FRELIMO constituída por 80 dirigentes e respectivos guarda-costas.

- «*Mantiveram-se lá [na BA10-Beira as CCmds 2043 e 2045 desde dia 8] e posteriormente deslocaram-se para Lourenço Marques. [...] Foram essas companhias de comandos que eu utilizei em missão de manutenção da ordem, naquela "guerra" desencadeada entre o "cimento" e o "caniço", de modo a evitar um derramamento de sangue que se previa.*»<sup>1</sup>
- «*Descrever casos que chegaram ao nosso conhecimento, seria não mais parar nesse relato de dramáticos parágrafos que antecederam este dia: mulheres europeias violadas, brancos trucidados, crianças brancas cujas cabeças serviram de bola de futebol, selvajaria pura incentivada pelos famosos "Democratas"; machibombos e carros incendiados com os seus ocupantes brancos, casas destruídas, roubos perpetrados. Tudo isto aconteceu para assinalar a democrática entrega de um país aos homens que, à exclusiva custa de sangue inocente, haviam congeminado dele apossar-se. Autênticas hordas de negros marcharam sobre a cidade, apenas parando quando extenuadas ou saciadas do crime total e impune. Do crime que a FRELIMO apoiou – "Já estamos informados das acções de defesa e da calma com que a população agiu nos subúrbios e na cidade", dizia o primeiro-ministro –, transformando o banditismo de seus militantes em actos heróicos. E o mundo calou-se. ONU's e OUA's consideraram lógico quanto aconteceu, embrulhando-se no habitual mutismo irresponsável.*»<sup>2</sup>

Na manhã seguinte em Lisboa, o Conselho de Ministros do IIºGP, presidido pelo coronel comunista Vasco Gonçalves, proíbe quaisquer actividades do PNP (Partido Nacionalista Português).

- «*Grupos chamados de direita que o "Relatório Oficial do 28 de Setembro" acusou depois [em 1975] de estarem ligados à preparação da "Manifestação Silenciosa": Partido do Progresso/Movimento Federalista Português; Movimento de Acção Portuguesa (MAP); Partido Liberal e Partido Nacionalista Português. Nenhum tinha conseguido ainda organizar-se definitivamente e [...] todos foram proibidos, depois as sedes assaltadas e destruídas. O Partido Nacionalista Português, que se dizia orientado por ex-legionários, foi proibido [...]: da sua composição faziam parte representantes dos chamados partidos democráticos (PS, PPD, CDS), todos ainda em fase de organização.*»<sup>3</sup>
- «*Eu era [desde 12Jul74] o oficial da secção de "Informação Metrópole" da 2ª Divisão [do EMGFA]: abria a documentação classificada respeitante aos militares portugueses, adidos militares, etc.; levava a documentação ao actual general [major Gabriel Augusto do] Espírito Santo que, por sua vez, a apresentava ao chefe da Divisão, general [i.e, brigadeiro] Pedro Cardoso. Estava nessas funções, mantinha-me igual ao que sempre fui e sempre defendi, tal como hoje, os princípios com que [no RI5] fiz o 16 de Março. Para mim todos os partidos tinham o direito de manifestar-se numa democracia, mas nenhum tinha o direito, para chegar ao poder, de escavar e assaltar com violência os outros partidos. [...] Naquela "bagunça" interessava segurar a situação no sentido de possibilitar a construção da democracia. Tal não estava a ser possível, não porque a direita estivesse a fazer revoluções, mas por haver gente muito mais à esquerda com vontade de impôr uma ditadura do proletariado ou algo semelhante. Assim, para mim, não sendo possível o regime democrático, ditadura por ditadura era melhor ter deixado a que existia antes, pois essa eu já conhecia. [...] Desde meados de Setembro, houve um período em que permaneci inactivo: primeiro com as férias; e depois devido ao nascimento do meu filho.*»<sup>4</sup>

Enquanto isso no areópago da ONU em Manhattan, tem lugar a sessão de abertura da XXIX-AG perante a qual 72 Estados membros colocam à votação a Resolução 3205, que é aprovada por unanimidade e aclamação admitindo a Guiné-Bissau como 138º Estado-membro das Nações Unidas.

- «*O processo de independência [da Guiné-Bissau] completar-se-ia em 17 de Setembro de 1974, uma semana depois do reconhecimento 'de jure' por Portugal, com a admissão por aclamação na ONU. [...] No mesmo dia em que também foram admitidos o Bangladesh e Granada, a Guiné-Bissau era admitida por unanimidade como membro da ONU. A admissão foi efusivamente saudada e os aplausos tornaram-se extensivos a Portugal, que apadrinhou oficialmente a candidatura. [...] Discursou, a propósito, o comissário de Estado (ministro) dos Negócios Estrangeiros, Victor Saúde Maria.*»<sup>5</sup>
- «*Uma das mais significativas comunidades caboverdeanas no estrangeiro era a dos Estados Unidos, e esta opunha-se firmemente ao PAIGC.*»<sup>6</sup>
- «*O carácter da gente de Cabo Verde, a sua música e a sua literatura sofreram influência profunda do meio geográfico, do isolamento insular, da pobreza da terra fraca em recursos e sofrendo ciclicamente o flagelo das secas. Por isso o caboverdeano facilmente migra. A emigração é pois um factor permanente na história de Cabo Verde, mas o caboverdeano fica sempre preso à sua terra e muitos, conseguidos meios que lhes*

- assegurem a subsistência, regressam para nela passar a velhice. Como sucedia outrora no Minho com os "brasileiros", era vulgar ali encontrar os "americanos", isto é, os que tendo emigrado para os Estados Unidos regressavam para viver do que haviam amealhado ou das suas pensões de reforma.»<sup>7</sup>
- «Quando fui pela primeira vez a Nova Iorque como ministro, [...] para eu circular à vontade e sem segurança, deveria assinar três declarações: uma para o FBI; outra para a Polícia Federal; e a terceira para a Polícia de Nova Iorque. Assinei os três documentos, o que me deu a possibilidade de andar à vontade nas ruas, de me deslocar de táxi, visitar velhos amigos do tempo do exílio. [...] Contactei com uma emigração caboverdeana qualificada, e muito poderosa economicamente na área de Boston sobretudo, e que me advertiu quanto à falta de representatividade do PAIGC relativamente a Cabo Verde. Mas o certo é que no plano interno de Cabo Verde não aparecia, que eu tivesse conhecimento, nenhum outro interlocutor para além do PAIGC. [...] A Revolução caiu mal nos meios da emigração portuguesa, foram muito intoxicados [?], não compreenderam [?] nada.»<sup>8</sup>
- «No hotel [Barclays nova-iorquino] onde a delegação [portuguesa] ficaria hospedada, [...] acometido de certo progressivismo pacóvio, o primeiro-ministro [i.e. MNE Mário Soares] deu instruções ao embaixador [João Manuel Hall] Themido para mandar desconvocar o aparato policial que o governo americano [i.e. o governador estadual de Nova Iorque] tinha mandado colocar para sua segurança. A explicação para aquela insólita decisão foi a de que se não sentia ameaçado pela população e, pelo contrário, o seu passado habituara-o a desconfiar das polícias. Depois de negociações embaraçosas para o representante de Portugal, o responsável pela segurança, que estava a obedecer a ordens superiores, foi autorizado de Washington a reduzi-las, tendo para o efeito obrigado Mário Soares a assinar um documento [em triplicado] assumindo todas as responsabilidades por essa decisão. Mas a verdadeira decisão prendia-se com o facto de ele ter combinado para essa noite um encontro em casa da milionária Victoria Kent, na 5ª Avenida, com o velho grupo de que faziam parte Marvin Howe e Louisa Grant, que lhe promovera contactos com correspondentes estrangeiros no Overseas Press Club, em [1 de Abril de] 1970. Dada a curta distância do hotel, ele pretendia fazer o percurso a pé e não queria chegar àquele encontro privado de velhos amigos, com o enorme aparato policial.»<sup>9</sup>
- «Entretanto o dr. Mário Soares encontra-se [em Nova Iorque], ao que parece ocasionalmente, com Miguel Trovoada, que ele designa por "Secretário para os Estrangeiros do MLSTP"; e além disso conversou "várias vezes com o dr. [Carlos] Graça, outro dos dirigentes do movimento, pessoa que muito estimo e respeito". [...] Em São Tomé e Príncipe, ao que afirmava o dr. Mário Soares em meados de Setembro de 1974, havia vários "movimentos políticos". Mas reconhecia que à população "competirá dizer quais são os movimentos que considera legítimos e representativos, através da expressão normal que é o voto". [...] Declarava que iria perguntar à sua população "qual é o seu interesse: se querem ter um estatuto de independência, se querem ter um estatuto ligado a Portugal ou se se querem ligar a qualquer outro Estado"; tudo "depende daquilo que fôr o sentimento livremente expresso das populações interessadas". [...] Em consequência dos contactos já havidos, ficara [no entanto] já estabelecido que, do governo de São Tomé e Príncipe, participariam [cinco]<sup>10</sup> elementos do MLSTP.»<sup>11</sup>
- «1º - O Governo Português reafirma o direito do Povo de S. Tomé e Príncipe à autodeterminação e independência, de acordo com a Lei Constitucional Portuguesa nº7/74, de 26 [?] de Julho, e com as resoluções pertinentes da ONU. 2º - O Governo Português reconhece o Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe como interlocutor e único legítimo representante do Povo de S. Tomé e Príncipe. 3º - O Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe e o Governo Português acordam em estabelecer o calendário e o esquema do respectivo processo de descolonização, criando para o efeito os seguintes órgãos: a) um Alto Comissário; b) um Governo de Transição. 4º - O Alto Comissário nomeado pelo Presidente da República, terá as seguintes atribuições: a) Representar o Presidente da República e o Governo Português; b) Garantir a integridade do Território de S. Tomé e Príncipe; c) Promulgar os decretos-lei aprovados pelo Governo de Transição; d) Assegurar a execução do presente acordo ou de outros que venham a ser realizados; e) Tomar as medidas tendentes a garantir o exercício dos direitos fundamentais do homem e a ordem pública. 5º - O Governo de Transição tem a seguinte composição: a) Um Primeiro-Ministro nomeado pelo MLSTP; b) Outros [4] Ministros nomeados pelo MLSTP; c) Um Ministro nomeado pelo Presidente da República Portuguesa, cuja função será estabelecer a ligação entre o Alto-Comissário e o Governo de Transição e ocupar-se de um ou mais dos respectivos departamentos. [...] 8º - As Forças Armadas sediadas no Território ficarão dependentes do Alto Comissário. [...] 11º - O Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe e o Governo Português acordam em que a independência do Território seja proclamada em 12 de Julho de 1975. 12º - O Governo de Transição preparará a eleição de uma assembleia representativa do Povo, de acordo com os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem, dotada de poderes soberanos e constituintes, que terá por função declarar a independência do Estado de S. Tomé e Príncipe e elaborar a futura Constituição desse Estado. 13º - O Governo Português e o MLSTP acordam que até 30 dias após a proclamação da independência, deixem o respectivo território todos os elementos das Forças Armadas ali sediadas. 14º - O MLSTP reafirma que a sua luta não se opõe ao Povo Português e declara o seu propósito de respeitar e proteger os interesses legítimos dos cidadãos portugueses residentes no Território. 15º - O Governo Português e o MLSTP proclamam solenemente a sua intenção de estimular e desenvolver a compreensão e amizade entre os dois Povos.»<sup>12</sup>
- «O acordo [...] era semelhante, no essencial, ao que fôra concluído [sigilosamente em 26Ago74 em Argel] com o PAIGC sobre Cabo Verde. Era, na realidade, um compromisso que acatava a noção de uma consulta sob a forma de uma eleição pré-independência mas que, ao restringir os candidatos a essa eleição aos de uma lista elaborada pelo MSLTP, equivalia à aceitação de um São Tomé e Príncipe independente sob um regime de partido único. Seria constituído um governo transitório com um alto-comissário português [tenente-coronel Pires Veloso], um primeiro-ministro [Leonel Mário d'Alva] nomeado pelo MLSTP, quatro outros ministros do MLSTP e um [jamais] indicado por Lisboa.»<sup>13</sup>
- «O primeiro contacto com o MLSTP sobre a futura descolonização de São Tomé e Príncipe, terá sido o que Mário Soares travou no edifício da ONU em Nova Iorque, com o dr. Miguel Trovoada então secretário do

MLSTP para os assuntos exteriores. Era aliás seu conhecido e amigo desde o exílio de ambos em Paris. Terá contactado também com Carlos Graça, outro dirigente do movimento. Tratou-se, num caso e noutro, do aproveitamento de encontros de ocasião e meramente exploratórios.»<sup>14</sup>

Logo após a citada votação na XXIX-AG da ONU, o MNE Mário Soares expõe pela primeira vez naquele areópago internacional as suas ideias sobre a nova política externa portuguesa. E a seguir o Comité de Descolonização recomenda àquela AG, o reconhecimento da legitimidade dos movimentos anti-portugueses FRELIMO, MPLA e FNLA, mas omite a UNITA e inclui o fantasmático MLSTP.

- «Finalmente a Resolução 3294 (XXIX), confirma que a FNLA, o MPLA, o PAIGC (quanto a Cabo Verde, pois a Guiné-Bissau já era membro da ONU), a FRELIMO e o MLSTP, são “os representantes autênticos dos respectivos povos”.»<sup>15</sup>
- «Um mês depois [do seu 1º discurso na AG-ONU, Mário Soares entrevistado pelo semanário “Expresso”] voltava a garantir: “Dissemos e mantemos que o destino de Cabo Verde será aquele que a população, livremente consultada, quiser que seja”. Vamos perguntar-lhe “qual é o seu interesse, se querem um estatuto de independência, se querem um estatuto ligado a Portugal, ou se se querem ligar a outro Estado”. Tudo “depende daquilo que fôr o sentimento livremente expresso das populações interessadas. Eu sei que há movimentos, que há pessoas, que há caboverdeanos que não têm essa posição”, a do PAIGC. “O que é necessário é permitir a liberdade de expressão às populações, para que elas possam livremente dizer o que desejam e organizar-se como quiserem. A elas competirá dizer quais são os movimentos que consideram legítimos e representativos, através da expressão normal que é o voto. É evidente” – dizia o dr. Mário Soares em Outubro –, “que o valor estratégico das ilhas de Cabo Verde é muito importante. Podemos dizer que as ilhas de Cabo Verde têm o imenso valor estratégico para o Atlântico Sul, que as ilhas dos Açores – e a comparação é legítima –, têm para o Atlântico Norte”. Sendo assim, o domínio de Cabo Verde pelo PAIGC que, conforme afirmou o dr. Mário Soares, “foi sistematicamente apoiado pelos russos”, era necessariamente um dos objectivos do Imperialismo Soviético. Mas a consecução deste objectivo não era conciliável com o compromisso que o dr. Mário Soares assumia: respeitar em Cabo Verde “integralmente” o direito de autodeterminação. [Porque] os seus habitantes, como dizia [na Cidade da Praia em 26Jul74 e haveria de repetir em Dili] o dr. Almeida Santos em 20 de Outubro de 1974, sentiam-se muito portugueses.»<sup>16</sup>
- «A posição portuguesa foi minada [i.e, combinada antes de 03Ago74 com o PAIGC e impulsionada] pelo MFA de Cabo Verde que, desconfiado de atrasos na conclusão de um acordo e cada vez mais consciente do seu poder, enviou um ultimato a Lisboa [i.e, um telex “encomendado” pelo PAIGC e que será “recebido” pelo MCI com data de “14Nov74”], ameaçando simplesmente transferir a autoridade para o PAIGC e organizar uma retirada militar em seu próprio nome. Pires, consciente deste apoio, estava relutante em aceitar até mesmo a altamente qualificada [?] consulta prevista no acordo proposto. No entanto, a condição foi finalmente aceite. [...] As conversações entre Pedro Pires e Almeida Santos decorreram [nas instalações do próprio MCI sito na Av. Ilha da Madeira em Lisboa] intermitentemente entre [?] 15 e 22 de Novembro e, segundo Almeida Santos,<sup>17</sup> estiveram em riscos de chegar a um beco sem saída. [...] O acordo final foi elaborado no espaço de [3 horas durante] uma tarde [pelo ministro Almeida Santos, baseado “ipsis verbis” nas reivindicações do caboverdeano Aristides Pereira radiodifundidas em Dacar por ocasião do “XV aniversário do massacre do Pidjiguiti”]. Com o subsequente acordo de Mário Soares e de Ernesto Melo Antunes do lado português, e da direcção do PAIGC em Bissau, o plano ficou concluído a tempo de Almeida Santos fazer o seu discurso na Assembleia Geral da ONU, em 3 de Dezembro.<sup>18</sup> [...] Para Almeida Santos, foi “a mais perfeita descolonização” de todas. [...] Seria estabelecido um governo transitório com um alto-comissário português e cinco ministros (ou “secretários de Estado”), três dos quais nomeados pelo PAIGC e dois pelo chefe do Estado português. As eleições para a Assembleia Constituinte – a que só concorreriam candidatos do PAIGC – realizar-se-iam em Junho de 1975, e seriam preparadas pelo governo transitório. A esta assembleia caberia então pronunciar-se sobre a questão da independência.»<sup>19</sup>
- «A independência de Cabo Verde “não foi negociada em Argel por uma comissão, mas sim resultante de um telex” recebido no MCI vindo do MFA-Cabo Verde, exigindo a “entrega do poder ao PAIGC, ou então eles lá entregam o poder sem qualquer negociação”. Almeida Santos chamou Pedro Pires, mostrou-lhe o telex e perguntou “se tinha conhecimento disso”. Pires “disse que sim”. Almeida Santos disse-lhe que “só aceitava a situação se o PAIGC considerasse uma consulta popular”. Pires então “pediu 48 horas para responder e na volta disse que o partido aceitava”.»<sup>20</sup>
- «Um “Estatuto Orgânico de Cabo Verde” é aprovado [i.e, publicado] em 17 de Dezembro pela Lei Constitucional 13/74, mantendo-se o cargo de alto-comissário para o qual [em 13Nov74] foi nomeado o [último comandante naval da Guiné e derradeiro representante do MFA naquele território] capitão de mareguerra Vicente de Almeida d’Eça; e estabelece-se um governo de transição, ao qual competiria a administração do território [de Cabo Verde] até à data da independência marcada para Julho de 1975, devendo ser eleita entretanto uma assembleia constituinte representativa do povo de Cabo Verde, até 30 de Julho do mesmo ano. Por acordo com o PAIGC [que será parcialmente revelado apenas] em 19 de Dezembro de 1974, o Governo português garantiu-lhe que só [3] ministros [?] seus, juntamente com as autoridades portuguesas iriam constituir o governo de transição. [...] O que se fez para Cabo Verde [e nesta data também já consumado relativamente a São Tomé e Príncipe através das “negociações” com o MLSTP que vão ser oficializadas em Argel em 26Nov74], com a artimanha legislativa e governativa, de promover a eleição de uma assembleia legislativa em que pela força era negada a possibilidade de intervenção de outros grupos não permitidos pelo PAIGC [e pelo “MLSTP” criado pela CONCP e apadrinhado pelo MPLA], foi bastante mais “sujo” politicamente do que a simples monstruosidade de entregar a Guiné – as populações da Guiné – directamente ao PAIGC marxista. Dentro da estratégia referida atrás, ao País foram apresentados [em 17-19Dez74] factos consumados pois, como Mário Soares – sem grande inteligência na sua fase delirante de descolonizador –, gostava de dizer: “Nas negociações com a FRELIMO e o PAIGC, uma certa confiança e uma reserva efectiva foram-nos sempre

muito úteis para chegarmos a acordo mais rapidamente", não naturalmente no interesse nacional mas apenas no dos movimentos de libertação marxistas. [...] Sobre a solução a que se chegou [no derradeiro encontro de Argel, segundo o que ao vespertino "A Capital" em 27Nov74] dissera já o dr. Almeida Santos, com a sua falta de preocupação de seriedade em todo o processo da chamada "descolonização", que esta foi "original e perfeita em São Tomé e Príncipe", e "garantida pelo respeito da vontade das populações", o que se verifica pelo depoimento acabado de transcrever.»<sup>21</sup>

- «Quatro dias antes da publicação da lei 13/74, o MNE [Mário Soares, no preciso dia de abertura do Congresso do PS, oportunamente] declarava que "relativamente a Cabo Verde, quando da última vez que a delegação do PAIGC respeitante àquele território esteve em Lisboa, se chegou a uma plataforma de entendimento de acordo". E o MCI [Almeida Santos] dois dias antes da publicação da mesma lei declarava, numa entrevista [também estrategicamente publicada no dia de encerramento daquele congresso], que Cabo Verde tem "já data marcada para a sua independência", havendo apenas em relação a este território que "dar execução aos acordos de descolonização que foram celebrados". Tudo se passa sem qualquer audição da população do Cabo Verde, com base num acordo com o PAIGC cujos termos se desconhecem, dentro da política seguida pelo dr. Mário Soares que, em meados de Dezembro de 1974, afirmava "quanto a detalhes, nessas matérias a nossa experiência aconselha-nos a ser muito cautelosos na informação, pois a reserva efectiva" que tinha mantido sobre a forma como iam decorrendo as negociações com a FRELIMO e o PAIGC, "foram-nos sempre muito úteis para chegarmos a acordos mais rapidamente". Conclui-se de declarações de Mário Soares [em 13Dez74] e de Almeida Santos [em 15Dez74], que a lei 13/74 [publicada dois dias após encerramento do Congresso do PS], não é mais que o resultado de um acordo com o PAIGC, cujas pretensões ao domínio do território eram bem conhecidas.»<sup>22</sup>

<sup>1</sup> (José Manuel Belchior, em 19Dez96 a Bernardo); <sup>2</sup> (Saavedra, op.cit pp.80); <sup>3</sup> (Ferreira, op.cit pp.453); <sup>4</sup> (Virgílio Varela, em 29Abr92 a Bernardo);

<sup>5</sup> (Duarte Silva, op.cit pp.67,275,395); <sup>6</sup> (MacQueen, op.cit pp.144); <sup>7</sup> (Silva Cunha, op.cit pp.255/6); <sup>8</sup> (Soares, op.cit pp.356,305,346); <sup>9</sup> (Mateus, op.cit pp.141/2);

<sup>10</sup> (Leonel Mário d'Alva, chefe de governo; dr. Carlos Graça, ministro dos Assuntos Sociais; advogado Gastão Torres e professora Alda do Espírito Santo (dirigentes da Associação Cívica), respectivamente ministro da Justiça e do Trabalho, e da Educação; e Pedro Umbelino, ministro da Comunicação Social); <sup>11</sup> (Aguar, op.cit pp.83-84);

<sup>12</sup> (transcrição do "Acordo" para a entrega de São Tomé e Príncipe aos dirigentes comunistas do MLSTP, assinado em Argel em 26Nov74 por Almeida Santos, Jorge Campinos e 2 controladores do MFA); <sup>13</sup> (MacQueen, op.cit pp.150); <sup>14</sup> (Almeida Santos, op.cit vol.II pp.276-277); <sup>15</sup> (Duarte Silva, op.cit pp.359); <sup>16</sup> (Aguar, op.cit pp.75/6);

<sup>17</sup> (cf "estória" publicada em 27Nov74 no vespertino "A Capital" e recontada em 03Mar95 a Norrie MacQueen; trata-se de mais um grosseiro sofisma, face à declaração de Aristides Pereira em 03Ago74 em Dacar, ao comunicado HGP-ONU de 04Ago74 em Lisboa e às "negociações" concluídas com o PAIGC em 26Ago74 em Argel);

<sup>18</sup> (mas só em 18Dez74 será assinado em Lisboa como «protocolo», que jamais será publicado por não ter merecido ratificação, quer pelo chefe do Estado português quer pelo PAIGC); <sup>19</sup> (MacQueen, op.cit pp.147,146); <sup>20</sup> (cf Fernando Magalhães, in "Independência Já!"; RTP2 12Out01; este jornalista pró-frelimista, 27 anos depois dos acontecimentos limita-se a reproduzir a "estória" que Almeida Santos tem vindo a contar desde então e que repetiu (antecedente citação) em 03Mai95 a MacQueen);

<sup>21</sup> (Távora, op.cit pp.583-585,595); <sup>22</sup> (Aguar, op.cit pp.77/8)

1974 – Setembro.18

Em Lisboa é publicado o dec.463/74 com alterações aos estatutos dos Oficiais das Forças Armadas<sup>1</sup>, nomeadamente no que respeita aos oficiais do Exército. Entretanto no Porto, por ordem governamental a sede do PNP é tomada de assalto e ocupada por guardas da PSP.

- «Os spinolistas queriam provocar uma manifestação de massas que fizesse uma demonstração de base social semelhante às que as massas marxistas faziam. O objectivo era tornar possível o referendo a favor do general Spínola. Os comunistas decidem aproveitar a oportunidade, com o duplo objectivo de eliminar a hipótese desse "pré-referendo" que seria a manifestação, e de eliminar os spinolistas do MFA. Os dias que precederam a falada manifestação da "maioria silenciosa", passaram-se no meio da maior agitação e descontrolo. As poucas pessoas lúcidas que se opunham ao projecto por realismo e pragmatismo, e por sentirem que a rua pertencia aos comunistas e às Forças Armadas, já se tinham desagregado – eram acoimadas de comunistas pelos spinolistas, e de fascistas pelos gonçalvistas.»<sup>2</sup>
- «Os brancos, animados pelos acontecimentos de Lourenço Marques, tinham-se organizado divididamente, conforme os seus princípios da democratização.»<sup>3</sup>

E em Luanda ao fim da noite, no salão nobre do palácio do Governo o comité local do MFA reúne 482 oficiais dos três Ramos, para reivindicar que «a descolonização de Angola seja negociada apenas com os movimentos que tenham legitimidade revolucionária», e vota por 427 contra 7 e 48 abstenções uma moção de apoio ao almirante vermelho.

- «A 18 de Setembro em Angola, oficiais do MFA reunidos em assembleia, reclamaram que a descolonização fosse negociada de imediato e apenas com os movimentos que tivessem alcançado "legitimidade revolucionária" na luta armada contra as tropas portuguesas.»<sup>4</sup>

Na manhã seguinte em Lisboa e arredores, surgem colados nas paredes inúmeros cartazes a convocar, para a tarde de sábado dia 28 na Praça do Império em Belém, uma «Manifestação de Apoio ao General Spínola: Não aos Extremismos, Sim à Firmeza e Fidelidade ao Programa do MFA», salientando que «como a manifestação não tem carácter partidário, pede-se a exclusão de quaisquer dísticos ou bandeiras de facção política», e fazendo notar que «a ordem está assegurada pelas forças de segurança».

- «Com viaturas e pessoal, munidos de rádio da empresa onde eu trabalhava (Empresa Geral de Transportes com sede em Santa Apolónia), fez-se a distribuição e colagem desses cartazes por toda a margem sul desde a Moita ao Barreiro e Almada, assim como Lisboa, Oeiras e Cascais além de outras povoações. Desse modo apareceram colados nas paredes, de um dia para o outro. Fui o responsável por esse colagem.»<sup>5</sup>

E em Nova Iorque o MNE Mário Soares, aproveitando a sua deslocação à ONU, é recebido pelo secretário de Estado da Defesa dos EUA Robert McNamara ao qual, também presidente do Banco Mundial, «reclama o apoio económico a Portugal».

<sup>1</sup> (em 13Set74 tinham sido promovidos a oficiais gerais, 54 oficiais das FA's); <sup>2</sup> (Azevedo, op.cit pp. 33); <sup>3</sup> (Múrias, op.cit pp.302); <sup>4</sup> (Paulo Guerra, op.cit pp.62);

<sup>5</sup> (Clementino Pais, em 04Jul96 a Bernardo)

1974 – Setembro.20

No palácio da Ponta Vermelha em Lourenço Marques, perante o alto-comissário Victor Crespo, o dirigente da FRELIMO Joaquim Chissano toma posse como chefe do governo transitório.



- «No acto de posse do governo [de transição chefiado por Chissano], no palácio da Ponta Vermelha as medidas de segurança tomaram aspectos nunca anteriormente conhecidos em Moçambique. A Frelimô apresentava-se mais como tropa de ocupação do que movimento libertador. As fotografias que circularam, mostravam guerrilheiros armados de metralhadoras, dentro do próprio salão em que decorreu a cerimónia, em atitude de tensa vigilância. [...] No acto de posse [na manhã de 9 de Setembro no palácio de Belém], o presidente da República conferiu-lhe [ao alto-comissário contra-almirante graduado Victor Manuel Trigueiros Crespo] a missão de "conduzir o processo de descolonização de Moçambique, em paz, em ordem, com dignidade, com patriotismo, no respeito pelo nosso passado, pelos nossos maiores em África e, acima de tudo, pela bandeira verde-rubra da Pátria, para que o novo Estado de Moçambique venha a ser efectivamente uma nação de expressão lusa e indestrutivelmente ligada à Mãe-Pátria". Foi isto que o almirante Victor Crespo jurou solenemente, por sua honra, fazer. E foi isto o que não fez. Sem conhecimento das terras e das gentes que lhe competia descolonizar, dificilmente poderia ser o árbitro que as circunstâncias exigiam. Numa entrevista que veio a dar [ao "Expresso" e publicada na véspera da independência], filosofando sobre a descolonização referiu que "os que tiveram de deixar Moçambique, não passavam de racistas, exploradores e reaccionários".»<sup>1</sup>
- «As vilas dos arredores de Lourenço Marques foram saqueadas e continuaram, ainda depois da constituição do governo provisório chefiado por um membro da FRELIMO, a ser devastadas. Mesmo na cidade de Lourenço Marques os assaltos e saques verificaram-se até muito mais tarde, mesmo em plena Baixa. Toda a cidade mostra um aspecto desolador. Em Lisboa, porém, tudo se passava como se nada tivesse acontecido em Lourenço Marques. A prometida transferência de poderes a um governo a minoria frelimista verificou-se como se as vítimas do movimento popular não se elevassem a muitas centenas e como se esse movimento não fosse mais do que aquilo que a imprensa de filiação comunista desonestamente quis fazer crer. A fazer fé nos jornais, de lá e de cá, a ordem foi restabelecida. Os tiros todavia continuaram a ouvir-se pela cidade, os serviços públicos não tinham pessoal, os machimbombos só andavam até às nove horas da noite, a Avenida do Brasil está totalmente arrasada. Da cidade não se pode sair de automóvel, sem se declarar que se é da FRELIMO – ou dos "Democratas de Moçambique", o que é o mesmo – e sujeitar-se a todos os vexames que daí resultam. Mas que importa? A democracia venceu. Que democracia? Não vale a pena fazer comentários. O Mundo e a História os farão, quando forem conhecidos os acontecimentos de Lourenço Marques. Ou será que nunca chegaremos a conhecê-los?»<sup>2</sup>
- «Não há razão para a população abandonar Moçambique. A única solução realista era o acordo com a FRELIMO que garantisse uma estabilidade social e política para o futuro de Moçambique. Uma estrutura multi-partidária não se lhes adaptava, primeiro porque as sociedades não são evoluídas, são politicamente pouco esclarecidas.. [...] Uma abertura liberal no sentido de as forças se organizarem e se definirem politicamente, transportado para Moçambique era social e politicamente errado.»<sup>3</sup>  
Entretanto no Porto e em Lisboa, vários dirigentes do PNP são detidos.
- «Muitos episódios de carácter rocambolesco que então se noticiaram, viriam a revelar-se completamente destituídos de fundamento válido, embora se mostrassem em contrapartida propícios à criação de um clima emocional favorável à escalada do PCP. Nesse contexto se integram as histórias das vendas de armas – que nunca se vieram a provar –, e dos atentados, nomeadamente o que vitimaria Vasco Gonçalves. Com efeito na dependência fronteira do primeiro-ministro, onde os próprios conspiradores teriam planeado o assassinio de Vasco Gonçalves, apenas se encontrou – contrariamente a outras versões postas correr na altura, inclusivamente no "Expresso" –, "um estojo cilíndrico de couro, que poderia pertencer perfeitamente a um chapéu-de-chuva". Este objecto foi descrito como "espingarda de mira telescópica".»<sup>4</sup>  
Enquanto isso a norte de Luanda, um pelotão motorizado da 2ª/BCac4613, em deslocação entre o Lifune e a Fazenda Tábi, é alvo de emboscada da FNLA que provoca 10 mortos, vários feridos graves e captura armamento.  
Pouco depois em Luanda, cerca de mil soldados angolanos afectos ao MPLA desfilam pela cidade e exigem a desmobilização imediata.  
Ao fim da noite no aeroporto Craveiro Lopes, o presidente da JGA e CCFAA almirante Rosa Coutinho embarca inesperadamente para Lisboa, devido a ter sido chamado de urgência pelo PR provisório general Spínola.
- «A 20 de Setembro, o presidente da Junta Governativa desloca-se a Lisboa sem informar dos motivos da viagem.»<sup>5</sup>  
Simultaneamente no estádio de Kinshasa tem início um festival de música, em que os artistas afro-americanos James Brown e B.B. King são a principal atracção, que antecede o anunciado combate de boxe entre George Foreman e Muhammad Ali para apuramento do novo campeão mundial de pesos-pesados.  
No dia seguinte na Cidade da Praia, o governador do arquipélago de Cabo Verde comodoro graduado Silva Horta, após mês e meio em funções toma conhecimento de que vai ser substituído<sup>6</sup> pelo anterior secretário-geral provincial dr. Sérgio Duarte Fonseca, no momento empossado em Lisboa pelo PR provisório general Spínola que na cerimónia afirma:
- «Encontrará V. Ex<sup>a</sup> em Cabo Verde as sequelas de acontecimentos ultimamente ali verificados, profundamente chocantes pela indignidade do ultraje à bandeira da Pátria e à consciência dos caboverdeanos. [...] Não consentiremos portanto que o processo em curso seja desviado e que a violência ou a coacção se sobreponham às liberdades cívicas conquistadas na madrugada de 25 de Abril. Disso poderão estar certas as populações de Cabo Verde, como disso também poderão estar certos quantos pretendem opôr-se à realização dos ideais com que a Nação se identifica.»
- «Foi nomeado para governador de Cabo Verde, Duarte Fonseca secretário-geral da província, natural do arquipélago e pessoa do agrado do PAIGC, que se manteve até à publicação da Lei 10/74 de 15 de Novembro.»<sup>7</sup>

- «O general Costa Gomes pronunciou-se contra os poderes alargados de Sérgio Fonseca [...], considerando que subvertiam as hierarquias militares e políticas existentes. Ao mesmo tempo, a reconhecida identificação de Fonseca com Spínola [?], trouxe-lhe dificuldades nas relações com o MFA de Cabo Verde. Desesperadamente comprometido na fase final de uma crescente luta pelo poder na Metrópole, Fonseca nada pôde fazer para inverter a crescente onda de apoio ao PAIGC em Cabo Verde.»<sup>8</sup>
- «Socialista e não-alinhada, a Guiné procura por toda a parte o auxílio internacional. Cubanos e soviéticos – mas também franceses, escandinavos, holandeses e brasileiros –, habituam-se a frequentar Bissau. Com os seus vizinhos da República da Guiné-Conackry e do Senegal, as relações são muito tumultuosas. Com este último, as divergências fronteiriças [sobre o corredor do Casamance] fazem com que os enfrentamentos sucedam aos tratados de cooperação e de amizade. Outra grande tarefa é a organização do Estado e as relações com as ilhas do Cabo Verde. De acordo com a sua sigla, o Partido Africano da Independência “da Guiné e do Cabo Verde” – dominado por quadros caboverdeanos –, tinha por princípio a unidade indefectível das ilhas e do continente. A NATO manifestava o seu receio de ver os soviéticos instalarem-se [com a sua West Africa Patrol] nas ilhas e dotarem-se assim de um novo “porta-aviões” no Atlântico, frente à África Ocidental. Todavia, o PAIGC leva a melhor: em Dezembro de 1974 [i.e. antes da publicação da Lei 10/74 em 15Nov74], é concedida [secreta e ilegalmente a] autonomia [i.e. a independência com um pseudo “governo transitório” de maioria absoluta do PAIGC] às ilhas do Cabo Verde e a independência preparada para 5 de Julho de 1975.»<sup>9</sup>
- «A situação criada às populações dos novos países saídas da descolonização, com a desorganização económica, a quebra de direitos, liberdades e regalias, e o confinamento forçado a áreas geográficas limitadas quando antes eram cidadãos portugueses de todo o espaço nacional, tem levado (como em Portugal) à sua inteira dependência da caridade e das ajudas económicas e financeiras das nações ocidentais. [Decorrida uma década] a ajuda da nação protectora – a Rússia – tem sido mínima e, em diversos aspectos como as pescas e as riquezas minerais, contraproducentes por a intervenção se ter feito em benefício do protector e não do pretensão ajudado.»<sup>10</sup>

Por essa ocasião em Nampula, aterra um avião da FAP vindo de Nangade com 197 militares que estavam na Tanzânia reféns da FRELIMO.

- «30 de Setembro [ie, 21 de Setembro] - A FRELIMO liberta os prisioneiros de guerra portugueses.»<sup>11</sup>
- «Reduzidos a farrapos, psicologicamente não pareciam seres humanos e fisicamente eram ossos: quando saíram do avião em Nampula, foi preciso ampará-los para os levar ao Centro de Recuperação.»<sup>12</sup>

<sup>1</sup> (Jardim, op.cit pp.364,361); <sup>2</sup> (in “Os acontecimentos de Lourenço Marques”, quinzenário “Economia & Finanças” nº324 pp.9; Lisboa 01-15Out74);

<sup>3</sup> (Victor Crespo, in “Expresso” 21Set74); <sup>4</sup> (Fernando Oneto, membro dos “Serviços de Apoio à Comissão de Extinção da PIDE/DGS”; Expresso 27Jul75);

<sup>5</sup> (Silva Cardoso, op.cit pp.415); <sup>6</sup> (para além das suas funções no âmbito da Marinha de Guerra Portuguesa, vai exercer os cargos de Ministro da República para os Açores e presidente da Comissão Consultiva para os Assuntos das Regiões Autónomas; colaborador assíduo dos Anais do Clube Militar Naval, que dirige em 1976, nesse ano promovido a oficial general; exerce ainda as funções de chefe da Casa Militar do Presidente da República; colaborador de numerosas publicações, em especial sobre assuntos militares, navais e de política internacional, publicando artigos, estudos e crónicas; passa à reserva em 1979 como vice-almirante, tendo recebido um invejável conjunto de distinções, louvores e condecorações; é detentor de uma folha de serviço distinta, da qual constam mais de duas dezenas de louvores e mais de quarenta condecorações nacionais e estrangeiras, entre as quais a grã-cruz da Ordem de Avis (atribuída a 18 de Março de 1986) e a grã-cruz da Ordem de Cristo (atribuída em 5 de Novembro de 1983); ainda fora do âmbito estritamente militar, preside à Comissão Nacional Contra a Poluição do Mar, até se reformar em 1990);

<sup>7</sup> (Távora, op.cit pp.582); <sup>8</sup> (MacQueen, op.cit pp.145/6); <sup>9</sup> (Enders, op.cit pp.111/3); <sup>10</sup> (Ferreira, op.cit pp.405); <sup>11</sup> (Paulo Guerra, op.cit pp.162: trata-se de “cronologia” corrompida por agit-prop esquerdista: 1º- refere genericamente «os» prisioneiros, sem especificar quantos ou quais; 2º- os militares prisioneiros em Omar na manhã de 01Ago74 saíram de Nachingwea em 19Set74... apesar do jornalista freilimista Fernando Magalhães, no seu documentário televisivo “Independência Já!” transmitido pela RTP2 em 12Out2001, vir afirmar que «os soldados presos em 01Ago74 foram libertados em Dar-es-Salaam em Out74 em cerimónia presidida por Samora Machel que depois os envia de avião para Lourenço Marques e dali regressaram a Lisboa»; 3º- estes «libertados em Outubro» são todos os que em 21Set74 desembarcam no AM52-Nampula; 4º- em Nov76 a FRELIMO ainda detém cativos, no noroeste de Moçambique, cerca de 20 portugueses, brancos); <sup>12</sup> (Luís Ribeiro da Silva, dep.cit)

1974 – Setembro.22 (domingo)

Em Kinshasa, o evento mundial de boxe estava agendado para hoje mas o pugilista Foreman, detentor do título, durante os treinos sofre ligeiro acidente que obriga à sutura do sobrolho direito e ao protelamento do *match* contra Muhammad Ali por cerca de 6 semanas, ao longo das quais as respectivas comitivas e as dezenas de jornalistas estrangeiros vão manter-se na capital zaireense.

Entretanto em Lisboa o PR provisório general Spínola, depois de anteontem ter chamado o presidente da JGA vice-almirante Rosa Coutinho, comunica ao País a sua decisão de controlar pessoalmente a descolonização de Angola.

- «O anúncio foi precipitado por uma reunião em Lisboa entre Spínola e Rosa Coutinho, em que ambos se recriminaram um ao outro, com Rosa Coutinho a queixar-se de ter sido mantido na ignorância do que se passara na reunião do Sal, e Spínola a acusá-lo pelas suas atitudes pró-MPLA.»<sup>1</sup>

Ao mesmo tempo na Rua Braamcamp, a sede do Partido Liberal é assaltada por um bando armado.

- «No dia 22 de Setembro um grupo de militares à paisana, da 5ª Divisão, armados de espingardas G-3, interrompe uma reunião da comissão organizadora da manifestação [da “maioria silenciosa”] a decorrer na Rua Braamcamp (sede do Partido Liberal), e os major [de artilharia Domingues] Arruda [chefe da secção de apoio à JSN adstrita à 2ª Divisão] e capitão [José Emílio] Gameiro [da 5ª Divisão] anunciam que vão em nome do general Costa Gomes para saber o que se passa e ameaçam de fuzilamento imediato os presentes.»<sup>2</sup>

Enquanto isso, a trioka controladora do MFA decide criar informalmente uma Assembleia do MFA que vai ser constituída por 120 oficiais do Exército, 60 da Armada e 60 da Força Aérea.

- «A Assembleia do MFA não é representativa – os seus elementos não têm o acordo da maioria dos militares que nela representam; é manobrada por uma pequena minoria; os elementos do Exército fazem muito poucas intervenções; a Força Aérea é de linha sensata mas pouco activa; a Marinha está dominada pelos elementos sectários e oportunistas, mas está descontente; as intervenções sensatas são sempre boicotadas; prevalece o terror psicológico sobre elementos sensatos.»<sup>3</sup>
- «A propósito de terror psicológico, os sargentos dos três Ramos vivem sob chantagem obedecendo cegamente à Comissão Nacional de Sargentos [formalizada em finais de Jan75], visto temerem ser vítimas das comissões de saneamento. Essas comissões falam de saneamento sem o concretizar, deixando-os no indefinido, método a que têm sido sujeitos trabalhadores dos ramos civis.»<sup>4</sup>
- «Fortes laços ideológicos ligam estreitamente os oficiais mais ‘progressistas’ do MFA ao PCP, o qual para este período de transição adoptou o seu programa político, tendo iniciado há algum tempo actividades tendentes a

controlar e limitar as liberdades individuais, das quais se salientam: escuta das conversações telefónicas; coacção, aos mais diversos níveis, na liberdade de expressão; agressão ideológica por parte dos inúmeros meios de informação ao seu dispôr, com divulgação de notícias e comentários insidiosos; campanha orquestrada para obter a ilegalização de certos partidos do centro, por meio de agressões, boicotes de comícios e assaltos às respectivas sedes, culminados por selváticas destruições; campanha igualmente orquestrada no sentido de conseguir a depuração de oficiais mais moderados e um saneamento profundo da função pública; e orientação inicial dada aos oficiais da "comissão de inquérito" do 11 de Março para uma autêntica "caça às bruxas", e não averiguar com isenção qual o grau de incriminação dos detidos.»<sup>5</sup>

- «A democracia, à maneira que triunfa, perverte-se, parecendo preparar-se para merecer um despotismo sem nome, o despotismo da multidão, o achatamento universal.»<sup>6</sup>

Na manhã seguinte o general Spínola, por intermédio do MCI Almeida Santos, convoca para reunião urgente os representantes dos principais partidos não-armados e de organizações representativas de Angola, a fim de serem discutidos na capital portuguesa os "problemas" da descolonização.

- «À chegada [ao aeroporto de Luanda em 23Set74 vindo de Lisboa, o almirante Rosa Coutinho] prestou, entre outros, os seguintes esclarecimentos: "De S. Ex<sup>o</sup> o presidente da República trago a declaração, que decidiu tomar directamente em suas mãos todas as negociações internacionais que haja a efectuar sobre o futuro e desenvolvimento de Angola e, mais, que a essas conversações passarão a assistir representantes de Angola". Não se entende a finalidade desta comunicação na medida em que, desde há muito tempo, o presidente da República tinha declarado que "tomava em suas mãos o processo de descolonização de Angola". [...] Entretanto Spínola, obcecado com o problema de Angola, chama a Lisboa as entidades que designou por representantes das forças vivas de Angola. Desconhecia-se qual a finalidade do presidente da República. Só estranhei que no âmbito da Junta não tivessem tido lugar grandes comentários. Rosa Coutinho tinha acabado de chegar de Lisboa e certamente não desconhecia a intenção do presidente e daí não ter sido surpreendido.»<sup>7</sup>
- «Em Angola aumentavam os tiroteios, os roubos, as perseguições, os assassinios. Spínola chamou a Lisboa uma representação dos interesses económicos e de alguns partidos para que o informassem, com verdade, da situação de Angola, porque Rosa Coutinho, às perguntas do presidente da República, respondia invariavelmente que as notícias alarmantes, chegadas a Belém, eram boatos, boatos, boatos.»<sup>8</sup>
- «No que mais tarde considerou ter sido o seu "último acto político relativamente à descolonização", [Spínola] convocou a Lisboa um grupo das chamadas "forças vivas" de Angola, que se podia esperar participassem no governo provisório proposto [em 9Ago74] no plano da JSN. A sua iniciativa não foi pacífica e, tal como a reunião do Sal, foi algo secreta [?]<sup>9</sup>, pelo menos inicialmente.»<sup>10</sup>

Entretanto em Washington, na sequência do discurso no areópago da ONU em Manhattan, o MNE Mário Soares é recebido pelo secretário Henry Kissinger que, sintetizando a sua estratégia externa, afirma:

- «A URSS queria preservar a 'détente' como contrapeso à China e esta precisava dos EUA como contrapeso à URSS; as democracias ocidentais apelavam aos EUA como forma de apoio ao progresso e segurança; no Médio Oriente não havia alternativa no processo de paz sem a égide dos EUA.»
- «Kissinger foi parco em palavras. Sobre Angola, não tranquilizou os portugueses: a questão "era entre russos e chineses". E quando a delegação portuguesa lhe falou na possibilidade de um cenário comunista para Portugal, Kissinger, aludindo a três fortes pontos de apoio que excluía Portugal, respondeu: "Os Estados Unidos têm a Pérsia, a RFA e a Espanha". Manuel Sá Machado, Cunha Rego e o embaixador Hall Themido saíram deste encontro preocupadíssimos; Mário Soares foi passear a pé para as bordas do rio Potomac e deliciar-se com a paisagem. [...] Nesta sua visita encontrou-se também com George Meany, [até 79] o grande patrão da AFL-CIO, catedral do sindicalismo norte-americano, dona de um colossal poder financeiro e de grande influência junto da opinião pública norte-americana. O encontro é frutuoso: Meany disponibiliza-se para ajudar o PS [...] na sua preocupação sobre a ameaça comunista em Portugal.»<sup>11</sup>
- «Meany encorajou-me e, com o apoio concreto do sindicalista [e agente da CIA Irving] Brown, que conhecia bem as questões europeias, criámos um esquema<sup>12</sup> de cooperação.»<sup>13</sup>

<sup>1</sup> (MacQueen, op.cit pp.207); <sup>2</sup> (Ferreira, op.cit pp.440/1); <sup>3</sup> (declaração dos oficiais do QP da RMN, Expresso 09Ago75); <sup>4</sup> (notícia, idem);

<sup>5</sup> (comunicado de «um grupo de oficiais anti-fascistas e anti-PCP», remetido em 05Abr75 para a maioria das salas de oficiais das unidades militares);

<sup>6</sup> (Antero de Quental, in "Prosas" vol.III pp.61); <sup>7</sup> (Silva Cardoso, op.cit pp.415,417); <sup>8</sup> (Pompílio, op.cit); <sup>9</sup> (revelada pelo DN em 24Set74); <sup>10</sup> (MacQueen, op.cit);

<sup>11</sup> (Avilez, op.cit pp.352,353); <sup>12</sup> (desde 20Mai74, cf naquele dia noticiado pelo vespertino República; e sistematicamente a partir de 26Jan76, com dinheiros canalizados através da CISEL, que depois vão servir para financiar a União Geral dos Trabalhadores em contraponto à CGTP-IN comunista); <sup>13</sup> (Soares, op.cit pp.353)

1974 – Setembro, 24

No sueste desertificado da Guiné, o directório do PAIGC promove uma cerimónia comemorativa do aniversário da proclamação da República da Guiné-Bissau.

- «Estiveram presentes às comemorações o [somali] secretário-geral da OUA, William Eteki, representantes de países de todo o mundo (sobretudo africanos) e de organizações não governamentais. A delegação do Governo português era constituída por: Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial; Jorge Campinos, [desertor do Exército e actual] secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros; e [o representante do MFA] capitão-médico Carlos [Octávio Torres] Cruz de Oliveira, [em 18Jul74-26Mar75] secretário de Estado da Saúde. Foram também convidados e participaram nas comemorações do Boé: o MFA, o PCP, o PS, a União dos Estudantes Comunistas e a Juventude Socialista. As cerimónias, realizadas numa ampla clareira [de Madina do Boé], iniciaram-se com um desfile da juventude guineense e encerraram com um desfile das FARP. Além do secretário-geral da OUA e do representante do governo argelino – que falaram por último, a propósito do significado das comemorações e exaltando o esforço do povo guineense –, as intervenções de fundo couberam primeiro a Aristides Pereira, secretário-geral do PAIGC, e depois a Luís Cabral na qualidade de presidente do Conselho de Estado. Aristides Pereira fez o discurso do partido e do poder. Luís Cabral fez o discurso de Estado [e] a concluir, a propósito dos "laços históricos que nos ligam ao povo português", destacou a presença dos delegados portugueses nas comemorações. [...] No mesmo dia, o PAIGC promoveu um comício no Estádio

Municipal de Bissau, em que além do PAIGC intervieram um representante do Senegal, um representante do partido político português Movimento de Esquerda Socialista (MES), e por fim um representante de Cabo Verde.»<sup>1</sup>

- «Lá estive em Madina do Boé, a testemunhar esse acto de adeus. O local foi escolhido por ter sido aquele em que os dirigentes do PAIGC haviam proclamado, "urbi et orbi" [?], a independência do novo Estado. Um campo aberto, em que barracas improvisadas supriam a falta de construções. A comida, essa, é que não foi improvisada. [...] A cerimónia em Madina do Boé foi exaltante, sobretudo para os ex-combatentes que haviam arriscado a vida por ela. [...] Lá para o fim da tarde o céu enegreceu de repente. [...] Fui colocado perante a alternativa de me sujeitar ao temporal [...] ou regressar de helicóptero a Bissau. [...] Embarquei já ao lusco-fusco, só com o piloto. [...] A odisseia dos que ficaram foi terrível. Vento ciclónico e chuva torrencial.»<sup>2</sup>
- «A independência foi recebida com entusiasmo que se generalizou, tornando-se frenético e ao mesmo tempo inconsciente dos problemas inerentes. A luta continuava, embora o inimigo já não fosse o colonialismo português. Estava dentro de nós, nas fraquezas de cada um e das próprias instituições que, desde o princípio, não correspondiam aos objectivos a atingir nesta nova fase de luta, para construção de uma nação nascente com cerca de catorze etnias diferentes, em que se distinguiram: os guerrilheiros do PAIGC; os anti-combatentes da véspera; e a população que apenas fôra testemunha de uma década de conflito armado. E o mais trágico era ter chegado o momento de saber realmente "quem era quem". No plano político, não tinham sido identificados no campo individual os potenciais inimigos internos, mas já fôra elaborado um 'dossier' que respeitava ao campo político, nomeadamente a FLING (Frente de Libertação Nacional da Guiné), movimento que, desde o princípio da luta pela independência, se instituíra oposição ao PAIGC. Este 'dossier' [i.e. a "lista negra" dos adversários a abater], abrangia: os antigos dirigentes e participantes activos, que tinham formado organizações nacionalistas, hostis ao Partido; indivíduos que eram considerados traidores à Pátria ou haviam participado em acções susceptíveis de serem consideradas traição; antigos agentes ou funcionários do aparelho colonial, cumprindo penas de prisão, justas ou injustas. No seu conjunto, eram cidadãos guineenses que, devido à sua actuação passada, deveriam estar sujeitos a uma vigilância atenta e constante. [...] Todos aqueles que se haviam batido do lado das FA colonialistas, e até alguns populares que não tinham aderido ao PAIGC, sentiram-se traídos pelos portugueses, demasiado apressados em prosseguir a revolução e tudo abandonando numa impreparada e acelerada descolonização de consequências caóticas para todos os territórios libertados.»<sup>3</sup>

Entretanto em Luanda, dois grupúsculos satélites do MPLA – a Liga dos Naturais de Angola (Domingos van-Dunem<sup>4</sup> e João Jeremias), e a ANANGOLA (Álvaro Correia Faria e António Faria Assis) –, reagem negativamente ao convite do MCI Almeida Santos e distribuem o seguinte comunicado:

- «A Liga dos Naturais de Angola e a Associação dos Naturais de Angola, em reunião conjunta de 24 de Setembro de 1974, acordam: 1- Denunciar e repudiar o precedente aberto com o convite dirigido a personalidades vivendo em Angola, para uma reunião conjunta [em Lisboa] com o presidente da República Portuguesa, cuja finalidade (supõe-se) diga respeito ao processo de descolonização. 2- Reafirmar que os movimentos de libertação de Angola são os únicos legítimos representantes da maioria do povo angolano e como tal únicos interlocutores válidos. 3- Por tal motivo e ainda por unanimidade foi deliberado a não deslocação a Lisboa de qualquer dos seus representantes ainda que a título pessoal.»
- «Pezarat Correia diz [em Abr91] que a reunião foi organizada para Spínola, por Almeida Santos. Este, no entanto, desmentiu posteriormente [em 03Mar95] ter tido qualquer outro papel que não fosse o de pôr o seu Ministério à disposição para as reuniões.»<sup>5</sup>

Por essa ocasião no palácio da Cova da Moura em Lisboa, o presidente da JSN e CEMGFA general Costa Gomes, no velado intuito de manipular um grupo de oficiais *spinolistas* por forma a retirar ao PR provisório general Spínola o que resta da sua base de apoio castrense, determina finalmente que os processos militares dos elementos punidos no Caso da Índia sejam revistos.

- «Na Cova da Moura reuniu, em 24 de Setembro, a comissão [encarregue em meados de Junho pelo general Spínola, de rever o processo relativo ao Caso da Índia, constituída pelos tenentes-coronéis de cavalaria Carlos Manuel de Azeredo Pinto de Melo e Leme (brigadeiro graduado "encarregado do governo e governador militar" da Madeira), e Manuel Joaquim Martins Engrácia Antunes, major de cavalaria na reserva Carlos Alexandre de Moraes, capitão-tenente José Rodrigues de Oliveira e o advogado Sousa Carrusca]. Tanto os tenentes-coronéis como eu, companheiros de curso na Academia Militar e, mais tarde, no cativeiro em Goa, vivíamos intensamente este momento de reabertura do processo que conhecíamos em profundidade. A comissão entregou no mesmo dia, ao [CEMGFA] general Costa Gomes, um projecto de decreto-lei [promulgado com o n.º727/74 apenas em 09Dez74], considerando as reintegrações no activo, na reserva ou na reforma, consoante as condições legais para a colocação nessas situações, no posto que caberia aos reintegrados se não tivessem sido punidos. Os militares reocupariam os seus lugares na escala de antiguidade, podendo seguidamente requerer a passagem à reserva se assim o entendessem. O general Costa Gomes leu o projecto que lhe entregámos, concordando com as suas linhas gerais, excepção feita à parte do preâmbulo em que se fazia uma crítica à posição assumida pelo prof. Oliveira Salazar em todo o problema do Estado da Índia Portuguesa. [...] Os graves acontecimentos ocorridos em 1961 no Estado da Índia Portuguesa têm que ser considerados dentro de uma análise realista como a resultante de uma condução política centrada nas decisões pessoais do presidente do Conselho de Ministros, ao tempo igualmente responsável pela pasta da Defesa Nacional. Porque dentro da ideologia do antigo regime não podia ser atingida, nem sequer criticada, a personalidade do presidente do Conselho, foi necessário apresentar aos olhos da Nação uma entidade que monopolizasse as responsabilidades do sucedido. Foi neste clima de fuga e desvio das responsabilidades que, com as anuências dos então ministro do Exército e general CEME, as Forças Armadas foram culpadas.»<sup>6</sup>

- «O general Spínola [em fins de Jan76] viria a revelar em Genève, já no exílio, que poucos dias antes do 28 de Setembro tivera provas da deslealdade de Costa Gomes e da premeditada actuação pró-comunista, que há muito vinha desenvolvendo.»<sup>7</sup>
- «Foram efectuados [os rastreios de] três grupos perfeitamente distintos de prisões [que deviam ser levadas a efeito na madrugada de 28 de Setembro], a saber: um primeiro grupo composto por elementos preponderantes da extinta Legião Portuguesa, pertencentes à junta-central e ao quartel-general (chefes de repartição) e, na província, até ao nível comandante distrital inclusivé, bem como elementos integrantes de grupos considerados perigosos no interior daquela organização, como a FAC e os GI; um segundo grupo, de elementos civis provavelmente ligados à chamada "manifestação da maioria silenciosa", pertencentes aos partidos Liberal, do Progresso e outros, alguns dos quais foram detectados [pela 2ª Div-EMGFA] na procura de aquisição de armas automáticas e munições; um terceiro grupo, finalmente, de elementos civis, figuras preponderantes do anterior regime, considerada apenas a sua potencial periculosidade e possibilidade de interferência na situação de golpe que se adivinhava. Em relação ao primeiro grupo, a prisão havia sido decidida pela Comissão de Extinção da PIDE/DGS e LP, dependente da JSN, com bastante antecedência em relação ao 28 de Setembro, com vista à elaboração de processos individuais por cada um dos elementos a deter, acção que se pretendia tomar igualmente em relação aos elementos da ex-DGS que já se encontravam presos. Caiu-se no entanto num impasse devido ao facto de, ao pretender que as prisões fossem efectuadas pela PSP, ter recebido o [capitão-de-fragata Guilherme Jorge Conceição e Silva] presidente daquela Comissão, a recusa por parte do major Casanova Ferreira, comandante [distrital] da Polícia de Lisboa, por não reconhecer competência legal à Comissão de Extinção para passar mandados de captura. Tal facto foi comunicado ao declarante que, a bem do processo revolucionário, se prontificou a ordenar as prisões a efectuar por forças militares, desde que tal obtivesse concordância do CEMGFA [general Costa Gomes], seu superior hierárquico.»<sup>8</sup>
- «Os mandados que o Otelo mandou para a PSP, rasguei-os todos. E comuniquei-lhe que apenas daria cumprimento aos mandados de captura emitidos pelo tribunal da comarca.»<sup>9</sup>
- «Comecei a estranhar que a maior parte do tipo das pessoas frequentadoras do COpCon, do género MDP/CDE e de extrema-esquerda que telefonavam para lá com o maior à-vontade, faziam denúncias notando-se que as coisas eram feitas "sobre o joelho".»<sup>10</sup>
- «O procedimento normalmente praticado em relação às prisões a partir do 28 de Setembro inclusivé, era coordenado e decidido pelo capitão [TPAA da FAP José Carlos Alvarez] Tasso de Figueiredo (COpCon), que recebia os pedidos de detenção: do primeiro-tenente Rosário Dias (gabinete do primeiro-ministro); do capitão [-tenente Manuel] Marques Pinto e do segundo-tenente Rodrigues Soares (SDCI) [2ª Divisão-EMGFA]; e do comandante [i.e. capitão SAM José Luís] Nápoles Guerra (do Serviço de Extinção da PIDE/DGS). Tasso de Figueiredo possuía para o efeito mandados de captura em branco, assinados por [comandante da RML e comandante-adjunto do COpCon brigadeiro graduado] Otelo [Nuno Romão] Saraiva de Carvalho, que preenchia e mandava para execução ao RPM [RL2-Ajudá] comandado pelo major [de cavalaria Carlos José de] Campos Andrada, assessorado pelos majores [i.e. major ex-MFA-Nampula] Mário [António Baptista] Tomé [colocado no RPM pós-11 Mar75] e [adjunto do ex-MFA-Nampula capitão de cavalaria António Augusto] Cuco Rosa.»<sup>11</sup>
- «Antes do 25 de Novembro [de 1975], é claro que me orgulho muito da anarquia em que caíram as Forças Armadas.»<sup>12</sup>
- «As Forças Armadas são subdivisíveis em dois grandes grupos: as que, por motivo da sua localização, não têm sido influenciadas pela demagogia política; e as que estão nos grandes centros populacionais. Pode dizer-se que, no que toca à disciplina, existe Lisboa e o resto do País, mesmo no que se refere às Forças Armadas.»<sup>13</sup>
- «A vida na área da Grande Lisboa era totalmente controlada pela Polícia Militar e por elementos do RALIS, que praticavam toda a casta de arbitrariedades e até puros actos de banditismo. A situação era inteiramente caótica. A degradação do Poder chegara aos maiores extremos. Sentia-se que ninguém era capaz de impor autoridade, de disciplinar a vida social.»<sup>14</sup>
- «O responsável por aquele Regimento de Polícia Militar amotinado – major Campos Andrada – afirmava em Jan74 [!!] que já estava farto das reuniões do "Movimento dos Capitães", porque nelas aparecia o Vasco Lourenço armado em comunista. Aquele militar fez depois [de Ago74] a sua opção de classe, e conseguiu ultrapassar o comunista Vasco Lourenço, pela esquerda.»<sup>15</sup>
- «Saíra [o novo segundo-comandante do RL2-Ajudá major Campos Andrada] do grupo dos ditos spinolistas e moderados, e passara para a ala extremista de esquerda. [...] Uns tempos antes falara com ele e comunicara-lhe saber andar o PCP a averiguar, o que os militares tinham feito na guerra e nomeadamente em Moçambique. Dissera-lhe para não se preocupar com isso, pois acidentes de percurso naquela situação deviam ser relevados pela nossa actuação [no largo do Carmo e na sede da DGS] no 25 de Abril. No entanto, julgo que o queriam envolver na morte de dois civis autóctones [macondes, no período Set70-Jul72 na área do posto administrativo do Chai] em Moçambique, tendo ficado assustado porquanto, a partir daquela altura [dessa conversa] tirou o anel de brasão [?] do dedo e passou a ter uma linguagem e comportamento muito semelhantes ao do PCP. [...] Já não era aquele oficial com que eu trabalhara no 25 de Abril, em termos de idoneidade e isenção.»<sup>16</sup>

<sup>1</sup> (Duarte Silva, op.cit pp.271-274); <sup>2</sup> (Almeida Santos, op.cit vol.II pp.40-41); <sup>3</sup> (Sambú, op.cit pp.51/2,59);

<sup>4</sup> (em 1963-65 esteve na URSS, onde fez um "curso na Escola do Komsomol", integra o politubro do MPLA; no início de Mar75 usurpa ao capitão Belchior Metelo a presidência do município de Luanda, cargo de que será demitido no fim daquele mês, substituído pelo militante do MPLA Agostinho Mendes de Carvalho);

<sup>5</sup> (MacQueen, op.cit pp.240); <sup>6</sup> (Carlos Morais, op.cit pp.355/409); <sup>7</sup> (Jardim, op.cit pp.342);

<sup>8</sup> (cf declarações de Otelo ao juiz de instrução António Gomes Lourenço Martins; Lisboa 27Abr76); <sup>9</sup> (Casanova Ferreira, em 06Jan96 a Bernardo);

<sup>10</sup> (Estevinho em 20Dez97, idem); <sup>11</sup> (cf «Relatório da Comissão de Averiguação de Violências sobre Presos Sujeitos às Autoridades Militares», publicado em Nov76; cit Bernardo, in "Equivocos..." vol.II pp.368); <sup>12</sup> (Mário Tomé, "Confissões" pp.148); <sup>13</sup> (Pinheiro de Azevedo, Expresso 04Out75); <sup>14</sup> (idem, op.cit pp.94/5);

<sup>15</sup> (Bernardo, "Comandos" pp.289); <sup>16</sup> (Alberto Ferreira, em 30Jul97 a Bernardo)

1974 – Setembro.25 (4ªfeira)

Em Bissau, os comissários políticos do PAIGC começam a organizar a sua polícia secreta.

- «A 25 de Setembro de 1974, a direcção do PAIGC previa um período de lutas internas, resultante de práticas políticas e económicas inadequadas, que podiam não se enquadrar nos princípios do próprio Partido. Assim,

decidiu organizar os órgãos de segurança do Estado. Nestas circunstâncias, o PAIGC dotou os órgãos de Segurança de poderes considerados no quadro seguinte: "Poderes Gerais" – salvaguardar os segredos do Estado e restringir o número de pessoas com acesso a documentação secreta; decidir os casos que impunham expropriação de bens, exílio territorial e perda da nacionalidade guineense; e "Poderes Especiais" – continuar de modo mais organizado o trabalho operacional com agentes em locais adequados para recolha de informações, manter secretamente actividades de escuta e tirar fotografias; tomar medidas especiais para deter qualquer actividade política considerada criminosa; verificar o comportamento político dos cidadãos suspeitos de terem cometido crimes contra o Estado; organizar e executar investigações secretas; verificar o conteúdo das encomendas postais e missivas susceptíveis de conterem informações secretas e conspirativas; classificação do comportamento, legítimo ou reprovável, dos cidadãos guineenses.»<sup>1</sup>

- «A chegada da Guiné-Bissau à independência suscita muitas esperanças nos meios terceiro-mundistas. O africanista Basil Davidson, próximo dos movimentos de libertação da África portuguesa, encontra arroubos líricos para comentar esse acontecimento: "Assiste-se (na Guiné-Bissau) à chegada ao poder de uma ideologia política e de uma 'praxis' que já criaram um modelo de independência social e política de um tipo até aqui inédito em África, modelo revolucionário em comparação com as estruturas e as instituições de que são dotados outros países recentemente independentes".»<sup>2</sup>
- «A retirada portuguesa foi efectuada sem qualquer incidente sério e com a colaboração activa do PAIGC. A tranquilidade dos últimos dias da presença imperial só foi manchada por um surto de banditismo no clima de incerteza que rodeava a retirada. Para fazer face ao problema, Fabião exerceu o seu característico pragmatismo [?] pela última vez na Guiné, convidando Luís Cabral [...] a fornecer destacamentos do PAIGC para que efectuassem patrulhas conjuntas.»<sup>3</sup>
- «O PAIGC tinha muitos apoios. Tinha o apoio da União Soviética, que não sei se cobrou a factura a seguir. Cuba deu-lhes apoio, mas nada comparável com o apoio que deu ao MPLA. Na Guiné, e eu vi isso na parte final, o material auto que o PAIGC tinha era quase todo sueco. A Noruega e a Dinamarca também davam muito apoio. Os russos prestavam auxílio ao PAIGC mas também faziam o mesmo em relação a nós, se quiséssemos. Vendiam armas a quem lhes pagasse.»<sup>4</sup>

Entretanto em Lisboa, é anunciada oficialmente a realização da «Manifestação da Maioria Silenciosa» para o próximo sábado, em apoio ao presidente da República. Ao mesmo tempo, no Jockey Club do Campo Grande decorre um Concurso Hípico Internacional, com a presença do PR provisório general Spínola e do presidente da JSN e CEMGFA general Costa Gomes.

- «Quando, no dia 25 de Setembro, se realizou o Concurso Hípico Internacional de Lisboa, ao qual assistimos os dois [Costa Gomes e Spínola], – e onde lhe fizeram várias manifestações, sobretudo umas meninas que empunhavam uns posters e davam vivas ao modo como ele pretendia dirigir a revolução –, ele perguntou-me se tencionava ir à tourada, organizada dois dias [i.e, um dia] depois, com a finalidade de angariar fundos para a Liga dos Combatentes da Grande Guerra. Disse-lhe que não e ele insistiu. Disse-lhe que não, porque sabia que a tourada era um pretexto para a tal "maioria silenciosa" lhe fazer uma manifestação. Ele respondeu-me: "As maiorias silenciosas são como as minorias estridentes, ambas são válidas em democracia". Contestei: "Não quando têm uma finalidade política como esta. O que se pretende é que uns tantos recuperem um certo número de privilégios". Entretanto chegou o general [i.e, coronel] Vasco Gonçalves, a quem ele também convidou a ir à tourada. Aconselhei o Vasco Gonçalves a não ir, porque o general Spínola iria ser aclamado e ele apupado, havendo mesmo o perigo de confrontações entre os apoiantes de um e de outro.»<sup>5</sup>
- «Costa Gomes, [...] embora não me dissesse directamente que não fosse, afirmou-me contudo que, por parte dele, não ia: o que era a mesma coisa que me dizer para eu fazer o mesmo. O certo é que decidi aceitar o convite de Spínola [...] sobretudo para evitar a realização da manifestação da maioria silenciosa.»<sup>6</sup>
- «Spínola aprovara a festarola esperando que uma grande movimentação de massas pudesse legitimar a sua ditadura e, simultaneamente, travar o processo de descolonização de Angola que supunha ser controlado pelos comunistas. Liquidar-se-ia a esquerda festiva [...], proibir-se-ia porventura o PC; poder-se-iam arranjar as coisas para que Portugal continuasse fiel aos ditames da civilização ocidental e cristã. [...] A esquerda borbulhava impaciente pelas ruas na manifestocracia; a direita buscava organizar-se através do Movimento Federalista/Partido do Progresso e de vários jornais que, denunciando o sistema e o regime, denunciavam da mesma maneira a sua incapacidade de unir a direita num projecto coerente comum. Como quer que fosse, a reacção – como se dizia – alargava-se e estreitava as suas malhas do Minho ao Algarve. Quem parecia comandá-la era um membro da Junta de Salvação Nacional, o "general" [graduado Carlos] Galvão de Melo que, em duas ou três aparições televisivas, apelou "pompidounicamente" para que a maioria silenciosa se manifestasse em favor de Spínola. Juntaram-se ao sujeito o coronel Fernando Cavaleiro e o general Anacoreta Viana, presidente da Liga dos Antigos Combatentes. Para lhe proporcionarem a manifestação, convidaram o lunático chefe do Estado para uma tourada de beneficência a favor da Liga, como anteacto de um grandioso ajuntamento de massas que, no dia 28 de Setembro, deveria realizar-se diante do palácio de Belém para o aclamar.»<sup>7</sup>
- «Um dos que estava por dentro da conspiração [?] era o [membro da JGA, adjunto do CCFEA e comandante da RMA general graduado] Altino de Magalhães. Tinha-me pedido para ir a Lisboa, por causa da mãe que estaria muito doente [em Ribalonga, concelho de Carrazeda de Ansiães] em Trás-os-Montes. Soube depois que nem sequer a fôra ver, pois ficara em Lisboa à espera do resultado do que estava em preparação. [...] Foi cerca de quatro ou cinco [?] dias antes do 28 de Setembro.»<sup>8</sup>
- «Dois ou três dias antes [do "28 de Setembro"], eu fui chamado a Lisboa pelo [CEMGFA] general Costa Gomes. [...] Fui recebido pelo general Costa Gomes, a quem fiz uma descrição da situação vivida em Angola. Ele telefonou ao general Spínola a comunicar aquela conversa, tendo o presidente dito para eu ir a Belém falar com ele. [...] Essa conversa foi completamente inócua, já não serviu para tratar de qualquer assunto objectivo. A conversa decorreu no meio de um rodopio de entradas e saídas de pessoas, de telefonemas e de interrupções contínuas. [...] Não aceitou a sugestão do general Costa Gomes de eu participar num "briefing" no dia seguinte

na Cova da Moura [EMGFA], para expôr a situação em Angola. [...] Fui [no dia 26 ao "briefing" na Cova da Moura], mas não para expôr a situação de Angola: tratou-se de uma exposição geral da situação, feita pela 2ª Divisão [Informação Interna e Segurança do EMGFA]. A certa altura foi referida por um oficial, a notícia de ter sido recebido numa unidade [militar] de Lisboa, um telefonema em português arrevesado dizendo ir acontecer não sei o quê, que agora já não me lembro. O então [conselheiro de Estado, oficial do gabinete do CEMGFA e membro preponderante na 5ª Divisão] major [i.e, tenente-coronel] Franco Charais, presente nessa reunião, virou-se para o general Costa Gomes e disse: "Está a ouvir, meu general, falava "português arrevesado" e depois dizem que a CIA não anda metida nisto!". Então levantou-se um alvoroço muito grande contra a CIA. Em termos de humor, não pude deixar de referir: "Que raio de CIA era esta, que não tinha um tipo a falar bem português para fazer telefonemas anónimos...". [...] Estavam mais preocupados com o que decorria em Lisboa, do que em Angola. De tal maneira que nem cheguei a falar nesse "briefing".»<sup>9</sup>

- «No dia 26, militares da mesma 5ª Divisão assaltam o mesmo prédio [na Rua Braamcamp] e procedem a buscas [na sede do Partido Liberal], enquanto revistavam e encostavam à parede sob a ameaça de fuzilamento as pessoas presentes, apresentando depois um relatório completamente falso. [...] No próprio Governo provisório, Vasco Gonçalves e os ministros Álvaro Cunhal, Melo Antunes e Salgado Zenha, em 26 de Setembro não têm receio de se manifestar contra a projectada manifestação a favor do presidente da República. Eles trabalham em ligação estreita com o conjunto "Comissão Coordenadora do Programa - Partido Comunista", que vai resolver a situação sem dificuldade de maior a seu favor, embora à custa de astúcia e do aproveitamento passo a passo dos erros em cadeia cometidos pelo general Spínola que, tendo tido tudo na mão, tudo deixou fugir.»<sup>10</sup>

Na noite seguinte realiza-se na Praça de Touros do Campo Pequeno a prevista «tourada à antiga portuguesa», com as presenças do PR provisório general Spínola e do PM provisório coronel Vasco Gonçalves. No final, eclodem no exterior confrontos entre spinolistas e gonçalvistas.

- «Fui lá perfeitamente consciente de que podia ser objecto de uma provocação e não obstante os conselhos directos e indirectos que algumas pessoas me deram. [...] Durante a primeira parte do espectáculo os promotores da corrida [...] solicitaram a Spínola um minuto de silêncio pelos combatentes portugueses mortos na guerra colonial e então ele quis saber se eu concordava. Respondi-lhe que só se fosse também em homenagem aos combatentes dos movimentos de libertação e ele achou por bem que os promotores desistissem da ideia. No intervalo da corrida ofereceram um beberete, demorei-me um pouco mais porque fiquei a falar com alguém (já não me recordo de quem) e não regressei com Spínola e com os outros convidados. Distraí-me, voltei sozinho e então aproveitaram a oportunidade e vaiaram-me enquanto aplaudiam Spínola, mas os apupos não me impressionaram porque sabia que era uma orquestração reaccionária. O general é que aproveitou logo: "Vê, vê? Afinal o povo está comigo!". Almeida Santos procurou apaziguar os ânimos.»<sup>11</sup>
- «O primeiro-ministro transmitiu-me, bem como ao ministro da Defesa, Firmino Miguel, o convite do presidente para esse espectáculo, pelo que pudemos assistir, do camarote presidencial, às ovações e às vaias, consoante o destinatário. Quem não gostou nem de umas nem de outras foram grupos de activistas inspirados pelo PC, mas seguramente não só, que à saída encostaram os coletes a alguns dos reis ou supostos reaccionários tidos por responsáveis pela realização do espectáculo, se é que os não sovaram. Nessa mesma noite seriam levadas a efeito, com intuitos manifestamente intimidatórios, numerosas prisões sem culpa formada ou a formar.»<sup>12</sup>
- «A tourada transformou-se em comício: ao pregarem os ferros compridos, os cavaleiros desfaldavam a bandeira nacional e outros símbolos significativos das suas intenções reaccionárias. Instado no camarote presidencial, Vasco Gonçalves foi vaiado e insultado. Só viu metade da corrida; saiu corrido. No exterior, a União dos Estudantes Comunistas [UEC] promoveu uma contra-manifestação que, provocando tumultos, fez feridos entre manifestantes e contra-manifestantes. Os dados estavam lançados.»<sup>13</sup>
- «Ele (VG) foi e aconteceu o previsto: a manifestação a favor do general Spínola, por gente que tinha entrado com bilhetes gratuitos, distribuídos pelas meninas que, dois dias antes, haviam estado no hipódromo. Houve distúrbios fora do recinto, agressões físicas entre os apoiantes de um e de outro, a ponto de ter sido necessária a intervenção da Guarda Nacional Republicana.»<sup>14</sup>
- «O general [António Ferreira de Carvalho Freire] Damião, comandante da GNR<sup>15</sup>, também nos apoiava. Lembro-me que, de um modo geral, a PSP tinha simpatia pela nossa iniciativa. [...] Lembro-me do então capitão [de infantaria comando Rogério] Coutinho Ferreira<sup>16</sup>, na PSP da Praça da Alegria. Foi justamente nesta Praça em que ocorreu um incidente com um dos meus homens, que foi perseguido por um grupo do MRPP, tendo acabado todos na Esquadra. Fui lá buscar esse homem. Acabou por ser este o motivo evocado, para o general Costa Gomes me passar um mandado de captura no dia 26 de Setembro. Por coincidência, era o dia em que eu ia passar à disponibilidade. Assim, nesse mandado constava, entre outras, estar no activo e ter actividades políticas. Tive conhecimento dessa situação em 26 à tarde, pelo que já não fui a casa. [...] Falei nessa noite com o capitão pára-queda António Ramos, ajudante-de-campo do general Spínola, que me disse não haver problema nenhum, aconselhando-me a ir no dia seguinte falar com o presidente. [...] As duas da madrugada [de 27], um grupo do MDP/CDE de Almada foi lá [à Trafaria], armado de G3, à minha procura.»<sup>17</sup>
- «A segurança para a tourada de 26 de Setembro no Campo Pequeno, já corra mal. Eu tinha cerca de cinco grupos dentro da Praça e mais umas equipas no exterior, onde me encontrava. Às tantas, vieram de dentro dizer-me que tinham posto a música do "Avante camarada"; disse-lhes para irem "correr" com os tipos do som. Entretanto puseram o "Grândola Vila Morena", por fim colocaram uma marcha popular quando aconteceu a vaia ao primeiro-ministro. [...] Quando os comunistas cá fora apareceram a fazer os conhecidos distúrbios, a espantar os cavalos da GNR e a dar pancada nas pessoas que saíam da Praça, apareci eu isolado mas depois tive de fugir senão matavam-me!»<sup>18</sup>

<sup>1</sup> (Sambú, op.cit pp.51/2); <sup>2</sup> ("Le Monde Diplomatique" Out74; cit. Enders, pp.111); <sup>3</sup> (Luís Cabral em 02Jul94 ao Expresso; cit. MacQueen, pp.141);

<sup>4</sup> (Fabião, em 30Jan95 a Freire Antunes); <sup>5</sup> (Costa Gomes, op.cit pp.252); <sup>6</sup> (Vasco Gonçalves, op.cit pp.100); <sup>7</sup> (Múrias, op.cit pp.305,303/4);

<sup>8</sup> (Rosa Coutinho, em 14Dez97 a Bernardo); <sup>9</sup> (Altino de Magalhães em 14Mar96, idem); <sup>10</sup> (Ferreira, op.cit pp.441,440); <sup>11</sup> (Vasco Gonçalves, op.cit);

<sup>12</sup> (Almeida Santos, op.cit vol.1 pp.366); <sup>13</sup> (Múrias, op.cit pp.304); <sup>14</sup> (Costa Gomes, op.cit pp.252/3);

<sup>15</sup> (pós-30Set74 saneado e destituído do comando, substituído pelo ex-comandante do CIGE-Dondo e ex-chefe do MFA-Beira, coronel de infantaria José da Silva Pinto Ferreira, graduado em general e nomeado comandante-geral da GNR e PSP); <sup>16</sup> (em Jun66-Jan68 na Guiné alferes da 3ªCCmds, em 67 agraciado com CG de 1ª classe; em Mar71-Mar72 com o posto de capitão, segundo-comandante do CI no CIC-Luanda); <sup>17</sup> (Francisco van Uden, em 15Dez94 a Bernardo);

<sup>18</sup> (Clementino Pais em 04Jul96, idem)

1974 – Setembro.27

No Vaticano são abertos os trabalhos da *III Assembleia-Geral do Sínodo dos Bispos*, que durante um mês vai discutir «a evangelização no mundo contemporâneo».

Entretanto na Cidade da Praia, a delegação caboverdeana do PAIGC declara três dias de greve.

- «O PAIGC deixou de provocar as Forças Armadas. Só a polícia. Se alguém é preso, aparecem a manifestar-se em frente da polícia, atirando pedras e garrafas. Aparecem soldados com camisolas com as iniciais PRIP (Pedimos regresso imediato à Pátria). O PAIGC diz às Forças Armadas que o entendimento com ele é o caminho de casa. Há reuniões, entendimentos, líderes do PAIGC transportados em carros militares, etc. As reivindicações operárias são constantes, quase diárias. As pessoas andam atemorizadas: espancam-nas, se saem à noite; por receio, nem sequer apresentam queixa. Seguem a curta distância as pessoas que querem amedrontar. Há algumas que aderem odiando o PAIGC.»<sup>1</sup>
- «Tensões sérias entre as Forças Armadas portuguesas e os activistas do PAIGC. Mas estes mudaram de estratégia e, em vez de hostilizá-las, lançaram-se à conquista. [...] Logo em Setembro se verificaram confrontos entre populares e forças do Exército, que levaram à declaração do estado-de-sítio na Cidade da Praia, durante uma semana. Depois o PAIGC mudou de estratégia: em vez de hostilizar as Forças Armadas, tratou de seduzi-las. E o MFA local aceitou a sedução. [...] João Pereira da Silva [comissário local do PAIGC] chegou mesmo a reconhecer que, "se a tropa portuguesa quisesse, punha-nos a andar daqui". Mas não quis. Por fim, "em desfile pelas ruas da Praia, os soldados portugueses clamavam: Esta terra não é nossa, deixai-nos ir embora". E Pedro Pires viria a reconhecer: "A polícia [chefiada pelo comandante militar de Santiago capitão Torres Mendes] também passou para o nosso lado". [...] Na reunião da Comissão Nacional de Descolonização de 6. 11.74 [i.e, 07Nov74], o novo governador [Sérgio Duarte Fonseca] viria a reconhecer que o PAIGC tinha "uma acção directa no arquipélago e desenvolvia uma política com bastante incidência nos destinos de Cabo Verde...". Acrescentou: "A sua representatividade é sem dúvida muito grande, com os seus elementos em plena luta". [...] O governador chega a conceber um governo local com representação de todas as forças políticas. Mas o PAIGC, já forte de mais, recusou a "esmola". [...] Silvino da Luz diz que o PAIGC tinha o governador "sob controle", graças à cumplicidade de elementos do MFA no palácio do governo. [...] "Sabíamos tudo o que se passava com ele. Chegámos a entrar-lhe no gabinete e a retirar-lhe os blocos de notas. [...] Foi muito fustigado nos nossos comícios. Houve um dia em que os nossos rapazes tomaram umas armas e decidimos devolvê-las ao Sérgio. Fomos a casa dele e dissemos-lhe: não precisamos destas armas! Já tínhamos feito o desembarque de armas em São Vicente, Santiago, nomeadamente na Praia Baixo, e mesmo no porto da Praia chegámos a descarregar armas. Em São Vicente, na Salamanca, lembro-me de que o mar estava agitado nesse dia. Também descarregámos em São Pedro." [...] Curiosa é a versão do governador, sobre o episódio da entrega das armas: "Mandaram então roubar no quartel da companhia de caçadores uma espingarda G-3, para o que pagaram, segundo meios meus de informação, a um soldado caboverdeano em situação de licença registada, quatro contos e quinhentos... Seriam treze e quinze. Pelas catorze horas apareceram na minha residência o senhor Silvino da Luz e mais outro correligionário para me fazerem entrega, pessoalmente, como prova de boa vontade e consideração, da G-3 que tinham obtido, desarmando o elemento que a havia roubado, o qual, segundo informação dos mesmos, se pusera em fuga. Recebi e agradei." Comentários para quê? Tínhamos desistido de lutar. Tínhamos decidido pactuar.»<sup>2</sup>

Por essa ocasião em Libreville, decorre uma reunião secreta entre dois dirigentes do MSLTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe) e uma delegação enviada pelo MNE português.

- «As primeiras [i.e, terceiras] conversações a respeito do futuro do MLSTP realizaram-se no fim de Outubro [i.e, Setembro] de 1974, mas numa propositada discrição. Mário Soares enviou a Libreville uma delegação para se avistar com Pinto da Costa, bem como com outros grupos não ligados ao MLSTP. Tão discreto foi este encontro que até Almeida Santos parece [?] não ter tido conhecimento da sua realização. A reunião realizou-se depois das conversas que Soares tivera com Miguel Trovoada em Nova Iorque, no início da Assembleia Geral das Nações Unidas. Entretanto, o MFA também pressionava no território. [...] Finalmente no fim de Outubro, Lisboa concordou em avançar com negociações concretas.»<sup>3</sup>

Enquanto isso nas instalações do MCI em Lisboa, o PR provisório general Spínola recebe 20 representantes de partidos e organizações angolanas – desafectas a *movimentos de libertação* –, de entre eles se destacando: o dr. António Luís Ferronha, secretário-geral do PDCA e Ruy Secca Correia de Freitas<sup>4</sup> (proprietário do jornal *Província de Angola* e director do *Diário de Luanda*), também dirigente do PDCA; o eng. António José Baptista Cardoso e Cunha e o advogado Joaquim Fernandes Vieira, das «associações económicas da estrutura produtiva»; o dr. Emílio Simões de Abreu, nascido em Angola e director-geral de Finanças; o bacongo Angelino Alberto<sup>5</sup>, presidente da UNA; e o jornalista Teófilo José da Costa da *Tribuna dos Muceques*, antigo órgão de imprensa regional do CITA.

- «Esta comitiva ao chegar à Portela deparou com uma manifestação de simpatizantes do MPLA, protestando contra a sua presença em Lisboa, com palavras-de-ordem que iam desde "fora com os reaccionários de Angola" até à afirmação de que "só ao MPLA deve ser reconhecida autoridade para negociar a independência". Tudo parecia perfeitamente ensaiado para seguir o caminho definido pelos revolucionários da descolonização, onde se devia incluir a "inventona" da maioria silenciosa cuja força tinha sido objecto da distribuição de panfletos que surgiram em vários pontos da capital. Em Luanda as notícias eram escassas ou intencionalmente escassas e só na imprensa apareciam pequenas referências à projectada manifestação de apoio ao presidente da República e contra o primeiro-ministro. A comitiva proveniente de Angola teve uma primeira e última reunião com Spínola no dia 27, afirmando que pretendia, a todo o custo, "salvar Angola" segundo as suas próprias palavras.»<sup>6</sup>
- «26 [?] de Setembro - O general Spínola recebe, em Lisboa, representantes de duas dezenas de associações políticas angolanas.»<sup>7</sup>



- «No dia 27 de Setembro, perante as suspeitas da comissão coordenadora do MFA e de membros do Governo Provisório, reuniram-se devidamente em assembleia no Ministério da Coordenação Interterritorial em Lisboa, 23 [i.e, 20] "líderes de pensamento" de Angola. Eram na sua maior parte membros dos grupos de "terceira força", que haviam aparecido em Angola depois do 25 de Abril, muitos dos quais tinham ligações com o Zaire. Não estiveram presentes representantes de quaisquer movimentos dos movimentos de libertação ou grupos de brancos liberais.»<sup>8</sup>
- «Para tentar "salvar Angola", o presidente cometeu em meu entender dois erros fundamentais. [...] O primeiro terá sido a aceitação da indicação do almirante Rosa Coutinho como presidente da nova Junta Governativa. [...] O segundo erro terá sido o de, como primeiro acto de salvação de Angola, ter promovido uma reunião com representantes das "forças vivas" do território, deixando de fora, como se não existissem, os movimentos de libertação. Essa reunião teve lugar no Restelo, no edifício do meu ministério [MCI]. Do Governo, apenas assisti eu e o ministro da Defesa coronel Firmino Miguel. Com escassa participação de convidados, o presidente reafirmou as linhas gerais do programa de descolonização de Angola que já anteriormente havia anunciado.»<sup>9</sup>
- «Naquele encontro com as forças vivas de Angola, tinha sido previsto destituir-me de presidente da Junta Governativa e nomear o [comandante da RMA general graduado] Altino de Magalhães. [...] A intenção era tomar o poder em Angola com as tropas e apresentar em Lisboa um ultimatum. Nessa altura os militares passariam a obedecer apenas ao presidente da República e a comissão coordenadora [do MFA] teria que ser afastada. Essa era a intenção do general Spínola, desde o primeiro dia.»<sup>10</sup>
- «Spínola procurou que fosse cumprido um plano que levasse [em Angola] à realização de eleições para uma Assembleia Constituinte e entabulou [por emissários seus] contactos com Jonas Savimbi e Mobutu, presidente do Zaire. Promoveu depois em Lisboa uma reunião com "os elementos mais representativos das forças vivas de Angola", reunião que se efectuou a 27-IX; três dias depois renunciava à presidência. [...] É opinião de muitos que o afastamento de Spínola foi precipitado, precisamente por ter querido interferir no caso angolano.»<sup>11</sup>
- «No dia 27, sob a pressão do general Spínola que ameaçou Vasco Gonçalves de não despachar mais com ele enquanto não fizesse uma declaração ao País de que a manifestação estava autorizada, o Governo foi forçado a declarar que a manifestação se realizaria. No mesmo dia 27 [...] autorizada a manifestação pelo Governo e o próprio governador civil de Lisboa (arquitecto Mário Bruxelas de obediência comunista), [...] diversas personalidades, incluindo o ministro [i.e, líder do PPD] Sá Carneiro, tentam demover o general Spínola da realização da manifestação tendo em conta a posição de fraqueza deste e a afirmação do Partido Comunista de que, houvesse o que houvesse, a manifestação seria impedida. [...] Para as prisões dos dias 29 e 30 de Setembro, o chefe executivo da Comissão de extinção da PIDE/DGS, comandante Conceição e Silva, preparara como o COpCon mandados de captura já impressos com a sua chancela, deixando em branco o local para os nomes que os militantes do Partido Comunista preenchiam à sua vontade. Avalie-se o que era a sinceridade do ministro da Justiça dr. Salgado Zenha e a sua isenção, e no conjunto de todos estes acontecimentos quem eram os governantes e detentores do poder que dominaram o povo português. [...] Ao ser feito o inventário dos presos políticos no dia 26 de Abril de 1974, soube-se que havia menos de centena e meia que fossem de facto presos políticos; mas no dia 29 de Setembro esse número era já superior a mil e tinham de ser amontoados em celas superlotadas. O número e o amontoamento consequente aumentou com as prisões de 30 de Setembro, 1 e 2 de Outubro.»<sup>12</sup>
- «Logo após os tumultos do Campo Pequeno, Vasco Gonçalves tomou providências, enquanto em Lisboa milhares de pessoas se organizaram para avançar sobre Belém empunhando caçadeiras de canos cortados, porretes, mocas, correntes de bicicleta e outras armas de arremesso e esfaqueação; na província tentava-se o mesmo. Se se conseguisse chegar à capital, venceria a contra-revolução.»<sup>13</sup>
- «Em 27 de Setembro [ao fim da manhã], foi o declarante [Otelo Saraiva de Carvalho] convocado de urgência para uma reunião extraordinária na residência oficial do primeiro-ministro em São Bento, na qual se encontravam presentes elementos da comissão coordenadora do MFA, o CEMGFA [general Costa Gomes], o primeiro-ministro [coronel Vasco Gonçalves] e os majores Melo Antunes e Vítor Alves, tendo sido comunicado por oficiais em serviço na 2ª Divisão do EMGFA – primeiro-tenente Queirós de Lima e major Domingues Arruda – que, por denúncia casual haveriam chegado ao contacto com elementos civis que procuravam, a todo o transe, obter para aquele mesmo dia elevado número de armas automáticas e munições, tendo eles relacionado essa actividade com a preparação da manifestação da "maioria silenciosa". [...] Reconhecida por fim a necessidade de efectuar prisões, foi então decidido pelo general CEMGFA [Costa Gomes], com o apoio de todos os presentes, que forças militares sob comando do COpCon efectuariam as prisões, tendo sido cometida ao declarante como comandante-adjunto daquele órgão de comando, a responsabilidade das assinaturas dos mandados de captura que fossem necessário emitir. Foi decidido ainda nessa reunião efectuar as prisões preventivas [dos três grupos anteriormente seleccionados], de elementos proeminentes do anterior regime, dada a sua potencial periculosidade e possível implicação no golpe que se adivinhava, mas de que se desconhecera a trama e a organização. Fez-se uma lista que incluía, entre outros, o general Kaulza de Arriaga, [o último presidente da comissão executiva da ANP Francisco] Elmano [Martinez da Cruz] Alves, [o ex-MI] César Moreira Baptista e [o ex-MDN Joaquim Moreira da] Silva Cunha [que na noite de 05Set74 haviam sido libertados do forte da Trafaria pelas autoridades militares]. [...] Em consequência, na tarde e noite desse mesmo dia foi preparada a acção, distribuídas as missões por equipas militares que foram chamadas e acorreram ao COpCon, e dada a ordem para o seu desencadear ao amanhecer do dia 28. Foram utilizados ainda, no caso das detenções dos elementos da ex-LP, os mandados de captura assinados pelo presidente da Comissão de Extinção [da PIDE/DGS e LP] comandante Conceição e Silva, tendo o declarante assinado os restantes, lembra-se que em impressos solicitados àquela Comissão por não existirem no COpCon. [...] A Repartição de Informações [do COpCon, major António Cardoso e capitão da FAP José Carlos Alvarez Tasso de Figueiredo], responsável pelo rigoroso controle dos mandados de captura, apresentava ao declarante [Otelo Nuno Romão Saraiva de Carvalho], vários exemplares destes em branco, já numerados, sendo cada exemplar em triplicado. O declarante rubricava-os, cabendo a responsabilidade àquela repartição durante as horas de serviço: da

emissão de mandados ou da entrega, totalmente em branco e só com a assinatura do declarante, a uma força captora para a realização de uma prisão; e da entrega, de um pequeno número de impressos assinados em branco, ao oficial-de-serviço para utilização fora das horas de expediente em caso de reconhecida urgência e necessidade, avaliadas pelo oficial ou em caso de dúvida com o aval do CEM [do COpCon tenente-coronel de infantaria Artur Fernandes Baptista] ou do próprio declarante, solicitado pelo oficial de serviço quando considerasse que o assunto o transcendia. Finda a captura, a força captora entregava o original ao detido, o duplicado na prisão e, apresentando-se no COpCon, fazia a entrega do triplicado como sinal de missão cumprida. [...] Todos os dias o oficial encarregado da sala sete – Informações, major António Cardoso ou capitão Tasso de Figueiredo –, recebia do oficial-de-serviço os mandados não utilizados que recolhiam à sala sete, à responsabilidades daqueles oficiais. [...] Era lançado no triplicado para arquivo, a identidade da equipa captora e a anotação da entidade que solicitara a captura. De entre estas, cita: o Conselho da Revolução [pós-11Mar75 sucessor do "Conselho dos Vinte" institucionalizado em 02Out74]; o gabinete do primeiro-ministro [coronel Vasco Gonçalves, por intermédio do seu "adjunto para os assuntos económicos" primeiro-tenente Rosário Dias]; a 2ª Divisão do EMGFA [sob supervisão do major de artilharia Domingues Arruda] e depois o seu substituto [em 23Mai75], o SDCI [dependente do CR vice-almirante Rosa Coutinho e presidido pelo CR capitão-tenente Carlos de Almada Contreiras, sendo os respectivos pedidos de captura coordenados pelo capitão-tenente Manuel Marques Pinto e pelo segundo-tenente Rodrigues Soares]; a Comissão de Extinção da PIDE/DGS e LP [presidida pelo capitão-de-fragata Guilherme Jorge Conceição e Silva, e pós-23Mai75 pelo CR primeiro-tenente Miguel Judas, sendo os respectivos pedidos de captura coordenados pelo comandante Nápoles Guerra]; comissões de inquérito ao "28 de Setembro", "11 de Março" e claro o próprio COCPON [que, sob a supervisão do capitão da FAP Tasso de Figueiredo, distribuía os mandados de captura em branco] face a denúncias recebidas e investigadas e depois de identificado o denunciante. [...] No que se refere a prisões, passou o COpCon a actuar como um agente de polícia captor, com a diferença de que os mandados de captura eram emitidos pelo próprio COCPON, a fim de evitar uma dispersão perigosa de entidades autorizadas a tais missões. Como por outro lado era o COpCon o órgão de comando das forças militares, além da centralização de mandados accionava também a própria captura. As pessoas detidas eram conduzidas à prisão, ficando à ordem da entidade que solicitava a sua captura. O COpCon porém, não tinha nem aparelho judicial nem competência legal oficial ou oficiosa, nem desejava tê-la, para instruir qualquer processo. Tão pouco as entidades que solicitavam capturas possuíam esse aparelho ou competência.»<sup>14</sup>

- «A pretexto dos mandados [de captura assinados em branco] contra os então denominados sabotadores económicos, [...] numa reunião anterior do MFA no governo militar de Lisboa, quando pretendiam que o [comandante da RML e comandante-adjunto do COpCon brigadeiro graduado] Otelo fizesse isso contra a sua vontade, um oficial afirmou: "Tu aqui não tens querer, és o delegado do MFA e fazes aquilo que a assembleia quiser!". Assim mesmo!»<sup>15</sup>
- «Nunca dei uma ordem ao Otelo que ele não tivesse cumprido. Nunca interferi, no entanto, na parte civil [?] do COpCon, razão pela qual desconhecia [?] a maior parte das prisões e os mandados de captura. A ser verdade o que se diz, é bastante grave a assinatura de mandados em branco. Não se pode brincar com a liberdade das pessoas. Aí, o comando [que é o próprio CEMGFA] tem de assumir a responsabilidade. Não devia delegar essa função em ninguém. Ele tinha a sorte de poder contar com um belíssimo chefe de Estado-Maior, o [tenente-]coronel Artur Baptista. Militarmente, era um oficial com grande prestígio. Ele esteve na Guiné como chefe de operações e, dos três oficiais que o general Spínola teve sob o seu comando nesse sector, ele foi o melhor juntamente com o major Firmino Miguel. [...] O general Spínola andava muito preocupado com o Otelo Saraiva de Carvalho. Apenas falava na necessidade de se remodelar o COpCon. Penso que não terá tomado qualquer resolução nesse dia. Ainda que indirectamente, comandeí sempre que quis as forças do COpCon. O chefe de Estado-Maior do COpCon (o [tenente-]coronel Artur Baptista, que tinha servido na Guiné com o Otelo e que era um oficial da sua inteira confiança), sempre fez aquilo que eu pretendia. Refiro-me à parte militar e não à parte social [?], onde não tinha qualquer acção.»<sup>16</sup>
- «Mandados de captura assinados em branco apenas para aliviar a "burocracia" em tempos revolucionários. "Poderá parecer ingénua ou irrealista, mas esta é a verdade dos factos", garante o [CEM do COpCon] coronel Artur [Fernandes] Baptista.»<sup>17</sup>
- «Quando concluímos que Spínola não desistia da manifestação, tomámos precauções. Antes do próprio dia 27, realizámos uma reunião na residência oficial do primeiro-ministro, presidida por Costa Gomes, com os ministros militares do MFA, a Coordenadora, o comandante-adjunto do COpCon, os oficiais da 2ª Divisão do EMGFA e outros destacados camaradas do Movimento, e organizámos uma operação de dissuasão que consistia em prender, ou no mínimo neutralizar, os promotores ou maiores activistas da manifestação e sua previsíveis ligações. Assim enfraquecemos a organização fazendo-lhe perder o ímpeto mobilizador inicial. [...] Na manhã do dia 27 de Setembro [...] houve uma reunião do Conselho de Ministros [...] do qual faziam parte, além dos militares e civis independentes, ministros do PS, PPD e PCP, alguns deles destacados dirigentes dos respectivos partidos. Nessa reunião apelei a que esses responsáveis dessem instruções aos seus militantes e simpatizantes para de demarcarem da manifestação da "maioria silenciosa", de modo a evitar confrontos, lutas, pretextos para a declaração do estado-de-sítio. [...] Pedi portanto que fizessem o possível para que não houvesse confrontos, para que os manifestantes ficassem isolados, até porque pensava que a "maioria silenciosa" não teria essa força que lhe estavam a atribuir. [...] Exceptuando talvez o Sanches Osório, portanto a ideia que tenho é que o Governo estava contra essa manifestação. [...] Os dirigentes partidários não se comprometeram a desmobilizar os seus militantes nem lhes pedi tal compromisso. Álvaro Cunhal foi quem tomou uma posição mais clara: depois de chamar a atenção, com uma argumentação consistente e muito veemente, para os perigos que resultariam, para a instauração da democracia, da realização de tal manifestação, afirmou que o seu partido tudo faria para a desmobilizar ou desorganizar. Então o Governo solicitou a reunião com o general Spínola, para essa tarde. [...] Fez uma crítica cerrada da situação e do Executivo, falou mais uma vez da política de terra queimada feita com o objectivo de certas forças antidemocráticas (denúncia encoberta do Partido

Comunista) implantarem sobre os escombros do país uma nova ditadura, tudo isto para justificar o que ele considerava uma justa reacção popular a essa situação. Com tom ameaçador, insistiu pois na legitimidade e na justeza de tal manifestação e na obrigação que, como presidente da República, tinha de a aceitar. Tratava-se portanto de uma argumentação muito hábil, uma vez que era ele o seu principal incentivador. Contrariei ponto por ponto a sua intervenção. Por sua vez [o secretário-geral do PCP e ministro sem pasta] Álvaro Cunhal, [a católica-progressista e ministro dos Assuntos Sociais] Lurdes Pintasilgo e [o historiador maçom e ministro da Educação e Cultura] Vitorino Magalhães Godinho, opuseram-se-lhe desassombrada e frontalmente, não temendo ameaças e denunciando os perigos e consequências para a consolidação da democracia e da paz social. Ao contrário, [o advogado socialista ministro da Justiça] Salgado Zenha, em nome do PS, não se opôs uma vez que essa manifestação era da vontade do presidente da República. [...] No fim da discussão, o general afirmou que a manifestação da "maioria silenciosa" se iria realizar. Curiosamente, como a reunião terminou muito tarde – e pela única vez durante todo o tempo em que trabalhámos juntos –, Spínola convidou-me para jantar com ele no palácio e aceitei.»<sup>18</sup>

- «Essa reunião deu azo a fortes discussões e ameaça de demissões por parte de Raul Rego [?]<sup>19</sup>, ministro da Comunicação Social, e de Vitorino [Barbosa de] Magalhães Godinho, ministro da Educação<sup>20</sup>. Foi terrível porque Jaime Silvério Marques [i.e. Galvão de Melo] e Vasco Gonçalves quase se pegavam. Entre os presentes – estava eu, alguns ministros, o Otelo Saraiva de Carvalho, etc. –, a impressão que se foi colhendo era a de que o general Spínola pretendia reter-nos no palácio para poder accionar as suas forças.»<sup>21</sup>
- «No dia 27 de Setembro [antes das 16:00] fui ao palácio de Belém, onde estavam também os comandantes-gerais da GNR [general António Freire Damião], da GF [brigadeiro Henrique Calado]<sup>22</sup> e da PSP [brigadeiro Neves Cardoso], o coronel Fausto Marques comandante dos Pára-quedistas e julgo que o comandante do Regimento de Cavalaria da GNR [tenente-coronel Xavier de Brito]. Estivemos lá cerca de três horas, sem ninguém nos dizer nada. Às tantas eu, que já estava farto de esperar, entrei pelo gabinete do general Spínola dentro, onde se me deparou a falar com o então CEM da Marinha [e membro da JSN vice-almirante Pinheiro de Azevedo]. Quando o interpelei, [o PR provisório Spínola] disse-me que já tinha dado instruções ao [conselheiro de Estado tenente-coronel] Almeida Bruno. Pois estivemos lá aquele tempo todo e ninguém nos deu indicações nenhuma. Assim, às 19:00 disse para os outros oficiais, depois de ter verificado a ausência nos gabinetes dos militares que trabalhavam na presidência da República: "Não estamos aqui a fazer nada, vamos mas é embora!". E assim aconteceu.»<sup>23</sup>

Ao princípio da noite no palácio de Belém, reúnem os membros da JSN convocados de emergência pelo PR provisório general Spínola, que pouco depois comparece acompanhado pelo PM provisório coronel Vasco Gonçalves.

- «Depois do jantar ele já tinha combinado uma reunião com a Junta, da qual só tive conhecimento quando ele me convidou para assistir. Quando entrei no gabinete do presidente da República já lá estavam Costa Gomes, Jaime Silvério Marques e Galvão de Melo. [...] Porque [eu PM] não permitira nessa tarde a transmissão na TV e na Emissora Nacional de um comunicado gravado por Galvão de Melo, de apoio à manifestação, há um conflito entre mim e esses generais, com excepção de Costa Gomes. Abandono o gabinete e ao passar à sala de reuniões da JSN encontrei Diogo Neto e Sanches Osório que acabara de "cozinhar" um papel que entregou a Spínola, acusando-me de que durante a manhã impulsionara no Conselho de Ministros os partidos a montarem as "barricadas". Spínola mostrou-me o papel com ar comprometedor e foi então que eu disse ao Sanches Osório, em palavras muito duras, que ele estava propositada e intencionalmente a faltar à verdade. Há uma nova discussão exaltada com os generais (exceptuando sempre Costa Gomes), que exigem a minha demissão. Respondi-lhes que era primeiro-ministro com a confiança e em representação de uma entidade muito superior a eles, o Movimento das Forças Armadas, e que só este me podia exigir essa demissão. [...] Depois destes incidentes fiquei em Belém. Primeiro, devido à discussão com Spínola e a Junta em torno de um comunicado que Sanches Osório fizera em nome do Governo. [...] Ele afirmava que a montagem de "barricadas" era uma provocação e eu retirei essa expressão. De resto, o teor do comunicado – que a aliás foi lido pelo Sanches Osório, frisando que era uma manifestação de apoio ao presidente da República –, dizia que estavam asseguradas as condições para que a manifestação decorresse sem alteração da ordem pública [...] e nesse sentido solicitava-se às FA que fossem levantadas as "barricadas", que fisicamente não eram verdadeiras mas apenas barragens de pessoas determinadas a defender a Revolução e a impedir o acesso dos poucos manifestantes que pretendiam entrar em Lisboa, tal como eu próprio verifiquei. Feito isso, fiquei em Belém por causa de um incidente com o meu ajudante-de-campo, primeiro-tenente Lopes de Mendonça. [...] Ele informou o meu gabinete, em linguagem disfarçada, de que receava que eu estivesse preso. Esta conversa foi ouvida pela secretária do general Spínola que a denunciou e em consequência fui informado de que o Lopes de Mendonça não podia abandonar Belém sem esclarecer o teor do telefonema que fizera. Por solidariedade com o meu subordinado e porque soubera por ele que a Coordenadora e outros camaradas já estavam em São Bento tomando as primeiras medidas contra o golpe, resolvi ficar mais tempo em Belém. [...] A certa altura decidi sair depois de um tempo de espera, apesar de ter sido aconselhado antes a não o fazer pelo coronel Robin de Andrade, chefe da Casa Militar do presidente da República, que temia que alguma coisa me sucedesse pois à volta do palácio de Belém estava montado, por uma companhia de pára-quedistas, um esquema de segurança à ordem de Spínola. Acabei por abandonar Belém já acompanhado pelo meu ajudante mas, enquanto lá permanecemos, penso que foram decisivos o tal telefonema que ele fez para o meu gabinete em São Bento, a acção da Coordenadora a partir da residência oficial do primeiro-ministro e a acção do RAL1 impulsionada pelo capitão Dinis Almeida; e sobretudo a grande movimentação popular na montagem de barragens por todo o País, em defesa da Revolução, a qual foi secundada pelas tropas do COpCon encarregadas de substituir os civis. [...] Houve uma grande participação popular em todo o País mobilizada pelo PCP, pelos sindicatos, pelo MDP e por muito socialistas e democratas, e essa acção foi decisiva [...] porque, enquanto eu estava em Belém, a Comissão Coordenadora acorreu à residência do primeiro-ministro. Suspeitando de que eu, Costa Gomes e Otelo estivéssemos presos, contactou com as unidades em Lisboa e no País, avaliou as forças, desenvolveu uma

- acção conjugada com os comandantes das unidades substituindo Otelo enquanto este estava retido em São Bento [i.e, em Belém]. E de tal maneira que, sendo a correlação de forças favorável ao Movimento, o COPCon e a Comissão Coordenadora proibiram a manifestação na manhã do dia 28 de Setembro. [...] Os comunicados sucederam-se em função do evoluir dos acontecimentos e da relação de forças entre Spínola e os seus seguidores, e o MFA apoiado maciçamente pelo movimento popular.»<sup>24</sup>
- «As cenas no palácio de Belém, entre a 'entourage' do presidente da República, roçavam as raia do homérico: um clima de desespero envolveu o general Spínola, impedindo-o de agir com lucidez na linha táctica mais adequada. Os spinolistas começam a manobra; os comunistas intervêm, aproveitam-na – e ganham. A partir desse momento ficam em posição de avançar com segurança.»<sup>25</sup>
  - «O general Spínola queria que se realizasse a manifestação da chamada 'maioria silenciosa' que envolvia diferentes organizações políticas, como o Partido do Progresso. Perguntou-me se as Forças Armadas e militarizadas eram capazes de garantir a integridade física das pessoas que se iriam deslocar dos diferentes pontos do País até Lisboa. Disse-lhe que não, já que tanto as forças militares [nomeadamente a PM], como policiais (GNR, PSP e até mesmo a Polícia Judiciária) se encontravam [desde 25Abr74] com o mínimo de eficiência operacional. Além disso, parte do Exército não queria colaborar, com o argumento de que não era missão sua proteger manifestações políticas. A conclusão era a de que não havia condições para manter a segurança dessas populações e ele teria de cancelar a manifestação. Demorou muito tempo a tomar uma decisão. Só quando se capacitou de que ela poderia realmente provocar uma confrontação alargada a todo o País é que decidiu dizer ao Sanches Osório, ministro da Comunicação Social, para informar os órgãos da imprensa do seu cancelamento.»<sup>26</sup>
  - «Eu havido ficado para o fim e, antes de sair, fui ao gabinete militar da presidência [da República], onde se encontravam, além dos seus membros inerentes, as seguintes pessoas: general Galvão de Melo, general [Jaime] Silvério Marques, general Diogo Neto [todos membros da JSN], [o chefe da casa militar da PR] general [oriundo de cavalaria Fernando Maria de] Fontes Pereira de Melo, tenente-coronel Firmino Miguel [MDN recém-chegado da missão a Kinshasa], tenente-coronel [de cavalaria Manuel Joaquim Martins] Engrácia Antunes, tenente-coronel [de cavalaria comandante do RCav-GNR, Fernando Alberto Cardoso Pinto] Xavier de Brito<sup>27</sup>, major [i.e, tenente-coronel de artilharia Vasco Augusto da Silva Pinto e] Simas, alferes Dinis de Melo e Castro (...). Foi então convocado o primeiro-ministro, que compareceu (...). Ao estender a mão ao general Galvão de Melo, proferiu o cumprimento habitual: "Como está, meu general?"; o general ficou imóvel. "O meu general não me aperta a mão?", perguntou [o coronel] Vasco Gonçalves surpreendido. "Não, eu não falo a filhos da puta", respondeu calmamente Galvão de Melo. "O meu general é um estupor", respondeu o primeiro-ministro. Para evitar o pior, Diogo Neto interpôs-se entre os dois e, de frente para o primeiro-ministro, levantou a mão e exclamou: "Tu és uma vergonha! Meu comunista ordinário, que queres levar o País para uma guerra civil. Se abres a boca, parto-te a cara". Nesta altura, e com a calma que me era possível, expus ao primeiro-ministro o problema da manifestação e disse-lhe textualmente: "O governo emitiu um comunicado. É verdade. Mas, por outro lado, incitou os partidos a isolarem a manifestação, o que é pelo menos desonesto. Corresponde à boicotagem da manifestação". Vasco Gonçalves respondeu-me: "Isso é uma calúnia. O senhor está a insultar-me". "Não estou", retorqui. "Isto são os factos como se passaram e eu não posso nem devo escondê-los". O general Diogo Neto interrompeu este diálogo e declarou, virando-se para o primeiro-ministro: "És um merdas".»<sup>28</sup>
  - «A cena canalha simboliza exemplarmente a qualidade social do chamado espírito do 25 de Abril... Eram todos os ordinários. Ninguém falava verdade: os "organizadores" da manifestação não afirmavam claramente os seus propósitos; os "desorganizadores" também não. [...] Com ternurenta ingenuidade, os organizadores contavam que chegassem à Praça Afonso de Albuquerque, vindas de todos os pontos do País, para cima de 300 mil pessoas. Os "desorganizadores", tendo tomado conta da televisão, da rádio, dos maiores jornais diários e de todas as autarquias e sindicatos, preparavam-se cuidadosamente, levantando barricadas nas estradas mais importantes, espalhando militantes comunistas pela berma dos caminhos por onde deveriam passar as camionetas e os automóveis manifestativos, e paralisando os comboios com uma greve geral dos ferroviários. [...] Em Belém, numa cena indecorosa, o "companheiro Vasco" envolveu-se em confronto com a maioria dos membros da Junta de Salvação Nacional por causa da manifestação da "maioria silenciosa" que ficara apazada para o dia seguinte. [...] Para apreciar a situação, tinha-se reunido o Conselho de Ministros que, depois de uma discussão estéril – conta o [então ministro da Comunicação Social] major Sanches Osório, no seu livro "O Equívoco do 25 de Abril" –, "ouve uma gravação da emissão da Rádio Ribatejo [sediada em Santarém], em que o povo era incitado a levantar barricadas de modo a evitar a manifestação prevista para o 28 de Setembro".»<sup>29</sup>
  - «Desde a véspera [do dia 28] que, nos acessos a Lisboa, o PCP incita à formação de barricadas populares. É particularmente importante a actuação de Otelo Saraiva de Carvalho: lidera uma operação que leva à prisão dezenas [i.e, centenas] de pessoas, sobretudo organizadores da "Maioria Silenciosa", entre os quais Kaulza de Arriaga.»<sup>30</sup>
- Pouco depois as emissoras radiofónicas (com excepção da EN), por ordem do PR provisório general Spínola são ocupadas pela PSP de Lisboa.
- «Na véspera [de 28], cerca das 23:00 fui chamado ao general Firmino Miguel, ministro da Defesa, que me disse ir ocorrer um golpe de Estado e para eu tomar conta das emissoras: Emissora Nacional, Emissoras Associadas de Lisboa, etc. Avisei o comandante-geral [da PSP], o então brigadeiro Neves Cardoso. Distribuí o pessoal pelos respectivos locais, depois fui chamado a Belém onde o Manuel Monge me deu conta de toda aquela confusão.»<sup>31</sup>
  - «Na noite de 27 para 28 disseram-me para ir ter ao n.º37-3.º da Rua das Praças [entre São Domingos à Lapa e o Quelhas na freguesia de Santos-o-Velho], casa do Sousa Machado Júnior. Juntou-se aí o pessoal empenhado naquele esquema. [...] Nessa noite estava lá o presidente da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar, o Vieira da Rocha, o [tenente-]coronel [de artilharia comando Gilberto Manuel] Santos e Castro, o fadista João

- Braga, o capitão Candeias (de cavalaria), o [ex-capitão graduado miliciano de infantaria comando] Francisco [Xavier Damiano de Bragança] van Uden e mais uns tipos. [...] Em Belém encontrava-se o genro do Vieira da Rocha, em contacto connosco para saber o que iria acontecer. Cheguei a falar com o ministro da Defesa, a quem disse ter à nossa disposição 300 ou 400 elementos.»<sup>32</sup>
- «Estávamos no palácio de Belém, onde desde o fim da tarde tinha ido acompanhar [o MDN tenente-coronel] Firmino Miguel, a quem, entretanto, o general Spínola responsabilizara pelo controle das Forças Militares e das Forças de Segurança. O 'brigadeiro' Otelo Saraiva de Carvalho tinha também sido chamado à Presidência e tinha sido 'amavelmente' impedido de sair. As notícias e os boatos eram constantes! As tropas leais ao COpCon controlavam esta e aquela posição-chave de Lisboa, as tropas da GNR de Firmino Miguel detinham outras posições. Chega a notícia de que no RAL1, junto a Sacavém, a tropa estava a instalar peças de artilharia apontadas para Belém. Sucediam-se telefonemas perguntando por Otelo e veladas ameaças de que o viriam buscar pela força; Otelo compromete-se com Spínola a evitar a abertura de hostilidades, mantendo o contacto com as unidades pelo telefone. Para isso Spínola cede-lhe o seu próprio gabinete e eu sou designado para 'acompanhar' Otelo; e ali ficámos os dois sozinhos no gabinete do presidente da República durante algum tempo, sabendo-nos mutuamente controladores e controlados! Otelo Saraiva de Carvalho tinha sido meu subordinado directo na Guiné, ambos servindo o general Spínola; dessa convivência na Guiné se estabeleceu entre nós alguma amizade. Recordo-me de lhe dizer nessa noite, palavras como estas: "Repare, Otelo, como o destino brinca com as pessoas e as coloca nas mais caricatas situações! Aqui estamos, você e eu, que há tão pouco tempo trabalhámos juntos e com grande confiança e lealdade mútua na Guiné, e agora você é o brigadeiro comandante do COpCon e eu o chefe-de-gabinete do ministro da Defesa, em campos opostos sem o dizermos, sem ninguém o referir e vigiando-nos desconfiados". Sorrimo-nos concordando e fomos gastando o tempo falando de outros assuntos. [...] Mais tarde, quando o general Spínola decidiu nada fazer contra as forças controladas pelo COpCon, apesar do grau de controle já conseguido por Firmino Miguel, e, em consequência 'libertar' Otelo para que ele assumisse em pleno o controle da situação, recebi nova e dolorosa missão: fui encarregado como delegado de Firmino Miguel, bem como o coronel Robin de Andrade como delegado do presidente da República, de acompanhar Otelo Saraiva de Carvalho até ao COpCon no Forte do Alto do Duque e aí cooperar na passagem do controle da situação. Lá ficámos até de madrugada [de 28], enquanto a GNR se retirava para deixar lugar às forças do COpCon.»<sup>33</sup>
- «Finalmente, no fim de Setembro de 1974, [o general António Sebastião Ribeiro de Spínola] dá origem à mais complicada série de acontecimentos político-militares de todo o pós-25 de Abril e da história recente do País, orientando-se da forma mais imprevista e inepta para os seus objectivos. Ao ter chegado à ruptura inevitável com as forças então designadas de "gonçalvismo" (PCP/MFA) e de "otelismo" (Otelo/extrema-esquerda), deixa desenrolar os acontecimentos da projectada "manifestação da maioria silenciosa" até ao ponto desta ser autorizada pelo Governo e logo ameaçada de impedimento pelo PCP (que veio de facto a mandar organizar as barricadas impeditivas), sem mobilizar os meios para a dissolução legal e radical destas. E quando na noite de 27 para 28 de Setembro consegue reunir no palácio de Belém os três grandes responsáveis directos pelos acontecimentos [o presidente da JSN e CEMGFA general] Costa Gomes, [o presidente do CC/MFA e PM coronel] Vasco Gonçalves e [o comandante da RML e comandante-adjunto do COpCon brigadeiro graduado] Otelo –, e os tem à sua mercê dominados por oficiais leais, em vez de os prender e assumir rapidamente todos os comandos que lhe competiam como presidente da República, dando ordens precisas a todas as Unidades militares e pondo na rua as forças da GNR e da PSP para ocuparem imediatamente as posições estratégicas nas grandes cidades (particularmente Lisboa e Porto) e a rádio e televisão, deixa que os três saiam do palácio de Belém tranquilamente, e que Costa Gomes acompanhe Otelo ao COpCon [sediado no Forte do Alto do Duque], e Vasco Gonçalves volte para a presidência do Conselho [na Rua da Imprensa à Estrela], a ultimarem o afastamento definitivo dele, general Spínola.»<sup>34</sup>

<sup>1</sup> (Sérgio Fonseca, governador-delegado de Cabo Verde; reunião da CND, Lisboa 07Nov74); <sup>2</sup> (Almeida Santos, op.cit vol.II pp.233-234,238,239-240);

<sup>3</sup> (MacQueen, op.cit pp.149,150);

<sup>4</sup> (em Luanda estudou no Liceu Salvador Correia; de seu tio António Correia de Freitas herdou o jornal que dirige; em 61 no noroeste, com o seu Cessna evacuou inúmeros civis trucidados pela UPA; em 67 condecorado por acções como piloto civil da FAV em apoio às tropas portuguesas); <sup>5</sup> (em 08Jan75 vai anunciar em conferência de imprensa a formação do MPA - "Movimento de Pacifistas de Angola" - , agremiação de organizações que entretanto aderem à FRA); <sup>6</sup> (Silva Cardoso, op.cit pp.418);

<sup>7</sup> (Paulo Guerra, op.cit pp.162); <sup>8</sup> (MacQueen, op.cit pp.207); <sup>9</sup> (Almeida Santos, op.cit vol.I pp.358); <sup>10</sup> (Rosa Coutinho, em 14Dez97 a Bernardo);

<sup>11</sup> (Mascarenhas, op.cit pp.411); <sup>12</sup> (Ferreira, op.cit pp.441,447,451); <sup>13</sup> (Múrias, op.cit pp.306); <sup>14</sup> (cf Otelo, ao juiz de instrução António Gomes Lourenço Martins; 27Abr76);

<sup>15</sup> (Alberto Ferreira, em 30Jul97 a Bernardo); <sup>16</sup> (Costa Gomes, op.cit pp.298,254); <sup>17</sup> (Paula Serra, op.cit pp.44); <sup>18</sup> (Vasco Gonçalves, op.cit pp.106/7,100-102);

<sup>19</sup> (foi o MCS no 1ºGP; mas nesta data, é o major Osório); <sup>20</sup> (maçon; em 18Jul74-29Nov74 ministro da Educação e Cultura; autor de "A Democracia Socialista - Um Mundo Novo e Um Novo Portugal", "A Educação num Portugal em Mudança", "Para a Renovação da Política Nacional", "Pensar a Democracia para Portugal Incomodamente", e "Um Projecto para Portugal", PEA 1978, vindo a ser "Os Descobrimentos e a Economia Mundial", a sua obra maior; em 1984 directo da Biblioteca Nacional, da qual vem a demitir-se por desacordo com a política cultural do PS; em 2005 afirma que "não se chegou a construir uma democracia", e em 2009 que "a nossa classe política é mais que lamentável"; virá a falecer em 27Abr2011); <sup>21</sup> (Costa Gomes, op.cit pp.253/4); <sup>22</sup> (virá a falecer em 12Nov2001, com 81 anos);

<sup>23</sup> (Jaime Neves, cmdt BCmds, em 22Fev95 a Bernardo); <sup>24</sup> (Vasco Gonçalves, op.cit pp.102-106); <sup>25</sup> (Azevedo, op.cit pp.33/4); <sup>26</sup> (Costa Gomes, op.cit pp.253);

<sup>27</sup> (em 24Nov61 era capitão e embarcou para Luanda como comandante do ECav253 do GCav345, comandado pelo tenente-coronel Spínola; em 25Abr52 foi gravemente ferido em combate e evacuado para Lisboa; em 63 agraciado com a CG. de 2ª classe; pós-30Set74 será afastado das suas funções na GNR);

<sup>28</sup> (Osório, in "El engaño...", pp.104/5); <sup>29</sup> (Múrias, op.cit pp.305,303/4); <sup>30</sup> (Duarte e Serafim, op.cit pp.59); <sup>31</sup> (Clementino Pais, em 04Jul96);

<sup>32</sup> (Casanova Ferreira, em 6Jan96); <sup>33</sup> (Lemos Pires, op.cit); <sup>34</sup> (Ferreira, op.cit pp.687/8)

1974 – Setembro, 28 (sábado)

No palácio da Cova da Moura, o CC/MFA proíbe a intitulada manifestação da *Maioria Silenciosa* em apoio ao PR provisório general Spínola e contra o PM provisório Vasco Gonçalves, enquanto os acessos à capital já se encontram cortados por barricadas de militantes comunistas e da extrema-esquerda. Simultaneamente e por ordem do COpCon, com mandados de captura em branco mas assinados pelo brigadeiro Otelo, começam a ser abusivamente detidas cerca de três centenas de pessoas, de entre elas se destacando os generais Arnaldo Schulz (antigo comandante-chefe da Guiné), Kaulza de Arriaga (antigo comandante-chefe de Moçambique) e Venâncio Deslandes (antigo comandante-chefe de Angola), e o ex-embaixador Franco Nogueira (antigo MNE).

- «Na noite de 27 para 28 [...], a comissão coordenadora do Programa e civis em ligação estreita com o Partido Comunista, põem em andamento o plano de impedimento preparado e que consistia fundamentalmente no estabelecimento de "barricadas" em diversos pontos do País e nos acessos a Lisboa com o apoio do COpCon, e

na "prisão" por este de um grande número de pessoas (cerca de 70 segundo uma lista elaborada anteriormente por Melo Antunes, Vítor Alves e Otelo com apoio dos órgãos de informação militar), que seriam considerados reféns e compreendiam legionários, elementos políticos dos partidos considerados reaccionários e personalidades ligadas ao anterior regime, em especial: os ex-ministros Silva Cunha, Moreira Baptista, Franco Nogueira; os generais Kaulza de Arriaga, Pereira de Castro; Barbieri Cardoso, comodoro Valente de Araújo, conde de Caria, [locutor] Artur Agostinho, [ex-deputado] Casal Ribeiro, [jornalista] Manuel Maria Múrias. São levados não para a prisão de Caxias mas para o RAL1, a unidade militar de Lisboa dominada inteiramente pelos militares radicais, onde alguns vieram [até às 12:00 de 28Set74] a sofrer maus tratos escandalosos que constituíram uma das vergonhas do regime de 25 de Abril, e foram mantidos [em Caxias] na situação de reféns até ao fim desta série de acontecimentos. Durante o dia 28, enquanto as barricadas são estabelecidas e tornadas invioláveis pela protecção do COpCon, o general Spínola chama a Belém o PM Vasco Gonçalves e o comandante do COpCon, e depois de cenas desagradáveis retém-nos aparentemente prisioneiros ao mesmo tempo que manda ocupar pela GNR os postos de rádio todos a emitir até então em nome dos revolucionários, e reforça o palácio de Belém com tropas de Lisboa e Tancos que lhe obedecem. O RAL1 de Lisboa chega a sair do quartel para contrabater a defesa de Belém mas recua imediatamente ao saber que as tropas convocadas pelo general Spínola se lhe mantiveram fiéis. Vasco Gonçalves é convidado a demitir-se, o que recusa; e Otelo é avisado de que está, à ordem do presidente da República, retido em Belém. Mas com a intervenção do general Costa Gomes tudo se desfaz num momento e Otelo volta para a sede do COpCon, e Vasco Gonçalves vai à sua vida. [...] Depois da queda de Spínola, Otelo ficou ainda mais à vontade porque o comandante efectivo do COpCon general Costa Gomes pôs-se inteiramente de lado, deixando-o actuar como entendeu. [...] Impedida pelas barricadas a manifestação, enquanto ainda autorizada, é durante a manhã do dia 28 desconvocada pelo COpCon depois de consentimento do cancelamento por Spínola, sendo de novo a rádio e televisão ocupadas pelo COpCon por ordem de Costa Gomes. E durante o dia são emitidos vibrantes comunicados falsos de apreensão de armas-de-guerra, incluindo o caso da urna que teria sido encontrada num transporte funerário cheio de armas e explosivos, e da existência de uma conspiração armada dos reaccionários fascistas para alterar a ordem democrática estabelecida pelo MFA. [...] As armas caçadeiras e de pressão-de-ar então apreendidas em todo o País, foram retiradas aos caçadores que na época as utilizavam. Não há referência a uma única arma-de-guerra no "Relatório" [oficial do "28 de Setembro" publicado em 1975], nem a explosivos.»<sup>1</sup>

- «Algumas violências, excessos e atropelos haviam sido cometidos pelas forças militares no acto da captura. [...] Tomou posteriormente [o declarante Otelo] conhecimento de violências despropositadas e de furtos cometidos em residências, o que na altura se revelou impossível de saber dada a urgência com que a acção tinha sido preparada, não possibilitando um eficiente registo das equipas captoras. O declarante atribui os excessos cometidos à total impreparação dos militares de baixa patente e das praças, para a execução de chofre de semelhante tarefa, bem como ao clima altamente emocional que nesse dia se viveu, considerando-se o primeiro ataque de forças reaccionárias ao processo revolucionário.»<sup>2</sup>
- «O COpCon actuou de acordo com a legislação que o criou. As [cerca de 300] prisões não tinham sido efectuadas no âmbito da luta anti-monopolista, mas sim da luta contra a corrupção.»<sup>3</sup>
- «Muitas das actuações do COpCon, em termos civis, significaram uma subversão das orientações iniciais. Foram praticadas acções difíceis de aceitar, tanto do ponto de vista social como político. [...] Foi necessário tomar algumas medidas drásticas, como por exemplo revistar as bagagens das pessoas que queriam emigrar, especialmente para o Brasil, levando consigo milhares de contos e valiosos objectos de arte. [...] A maior parte das pessoas que fugiam não tinham razão nenhuma. É certo que, no decorrer do 28 de Setembro, houve um número exagerado de prisões, talvez instigadas pelo primeiro-ministro ou pelo COpCon, mas estou convencido de que, com o tempo, tudo se resolveria. No Conselho da Revolução [pós-11Mar75] discutiam-se muito essas prisões e havia [?] um grande consenso em ordem à libertação de todas essas pessoas que tinham sido indevidamente presas.»<sup>4</sup>
- «Do Minho a Timor, repetem-se incessantemente as desordens, que no Ultramar são morticínios, guerras tribais que dizem as populações: era a soberania portuguesa que unia e solidarizava entre si as diversas etnias; abandonados por Portugal, os povos das antigas províncias comem-se uns aos outros. Lá como cá, não param as manifestações convulsas, as greves selvagens, as ocupações ilegais, os roubos de casas, os latrocínios e os saques. Continuam-se a fazer prisões por motivos políticos, patrocinadas pela tropa. [...] Nessa madrugada, com a prudência habitual, Álvaro Cunhal foi esconder-se na embaixada de Cuba [sita na Avenida Fontes Pereira de Melo nº19-6º]. O primeiro-ministro e os seus correligionários tinham, no entanto, preparado o contragolpe. Mais: tinham possibilidades de assumir o poder total, tanto que o COpCon, comandado por Otelo Saraiva de Carvalho, se prevenira contra todas as eventualidades. Na madrugada de 27 para 28 de Setembro, foram presas por todo o País centenas de pessoas, incluindo [o membro da JSN general] Galvão de Melo que ficou [durante algumas horas] em detenção domiciliária na sua sumptuosa casa de [Birre perto de] Cascais. Milhares de outras exilaram-se. As barricadas levantaram-se na maioria das estradas que poderiam conduzir a Lisboa e às portas da capital. Na portagem da ponte sobre o Tejo ficaram detidos 35 polícias, que vinham para a capital ocupar os seus postos depois de uma madrugada de exercício. Não houve manifestação. Houve sim a ameaça de fuzilar todos os presos caso Spínola não se demitisse.»<sup>5</sup>
- «As barricadas provaram que Portugal estava sob a pata comunista. Na noite de 27 para 28, um camarada [oficial fuzileiro] e amigo avisou-me: "Estão a formar barricadas nas ruas". Fui vê-las, de facto existiam. Tentaram deter-me, resistiram quando lhes apontei uma arma. O Largo de Belém estava deserto, detive-me por ali: queria saber os resultados da reunião que se realizava no palácio; queria igualmente verificar se alguma força impediria a manifestação nacional, marcada para a manhã seguinte [dia 28]. Outra vez se provava a justeza das teorias de Bakunine, no domínio das minorias organizadas. [...] Muitas afirmações quanto à possibilidade de o general Spínola desencadear uma revolta militar que fizesse regressar [?] o País a uma nova unidade democrática, são puras fantasias. A maior parte das unidades recusaram-se a agir. Por mim, como fui visto em

Belém por alguns ardentes oficiais da linha progressista, entre os quais o sr. Lobo de Oliveira, "premiaram-me" imediatamente com o congelamento da minha promoção. [...] Acontece que na noite de 27 para 28, me viram nas proximidades do palácio de Belém e chegaram à conclusão de que eu era, pelo menos, conspirador. Dentro da tão apregoada legalidade revolucionária (capa das maiores ilegalidades), além de me concederem a passagem à licença ilimitada, "congelaram" a minha promoção a capitão-de-fragata devida desde 9 de Maio.»<sup>6</sup>

- «Para mostrar aos que ficaram soltos, de que eles eram capazes de prender e tinham força para isso. Esta era a técnica dos comunistas. Em Santarém por exemplo, Mário Tomé (então oficial da EPC), veio de Lisboa com uma lista acordada com o MFA para efectuar prisões. Dessa relação constava um general de idade muito avançada e um coronel reformado e deficiente, que tinha feita a Guerra de Espanha. Bastou estarem dois dias presos pois não era necessário mais tempo, o que interessava era impressionar de modo a toda a gente ver que até eram capazes de prender generais e coronéis.»<sup>7</sup>
  - «Voltei [da conversa com o major Manuel Monge no palácio de Belém] para o meu comando [da PSP de Lisboa] e cerca das 06:00 telefonou o Sanches Osório, a dizer-me que o ministro [MDN] já não era o Firmino Miguel mas um outro oficial qualquer, do grupo do Vasco Gonçalves. Tive o trabalho de ir recolher os agentes da PSP deslocados para as emissoras. Houve também problemas com o Banco de Portugal, donde chegaram a sair barras de ouro no meio daquela confusão. Estava lá o [advogado e funcionário do Banco de Portugal] Mouta Liz, que depois [em 07Abr78-18Set84 como "tesoureiro" da OUT, da FUP e das FP-25] foi sócio do Otelos.»<sup>8</sup>
  - «As reservas monetárias [que em 25Abr74 nos cofres do banco central eram 889 toneladas de ouro fino] acumuladas pelo "fascismo", pagariam a "revolução dos cravos".»<sup>9</sup>
  - «Lisboa encontrava-se completamente cercada pelas barreiras comunistas. A certa altura o Sanches Osório fez uma comunicação na Rádio a dizer que se desistia da manifestação, ficando todo o pessoal descoroçoado. Então pude verificar o tipo de gente que me rodeava. Tudo a fugir: uns, como o dono da casa [eng. Sousa Machado Júnior], dizia ter centenas de contos para mandar para fora; outros já tinham passagens de avião para embarcarem para Londres, como o coronel Santos e Castro; outros ainda, eram portadores de bilhetes para as viagens para o Brasil, como o Vieira da Rocha. [...] Fiquei ali, com o dono da casa que já mandara sair a mulher, tendo um carro à porta cheio de cartazes, onde se encontrava o [membro do Partido do Progresso, arquitecto] Almeida Araújo. [...] Foi um dos jovens presentes que se ofereceu para levá-los [os restantes cartazes] para fora de Lisboa e acabou por os descarregar em Monsanto. [...] Às nove horas passei pelo Ministério da Defesa, que ainda estava fechado, e depois fui para casa. [...] Peguei na mulher e nas filhas e saí para fora de Lisboa, onde estive quinze dias.»<sup>10</sup>
  - «O COpCon ordena prisões por "inspiração própria", já que na altura só a JSN tinha competência para ordenar prisões e instaurar processos-crime por actividades contra a ordem pública então estabelecida. O general Arnaldo Schulz foi preso em condições humilhantes. Cerca de 300 pessoas foram igualmente detidas por elementos do COpCon sem acusação formulada. Algumas [76] estiveram incomunicáveis por mais de um mês. Isto consta, entre outros factos igualmente graves ocorridos no período em referência, no "Relatório das Sevícias", um documento oficial [publicado em Nov76 pela Presidência da República e editado pela Imprensa Nacional, mas] pouco divulgado na comunicação social. [...] Otelos foi [só então] acusado publicamente de assinar mandados de captura em branco, que foram utilizados contra gente honrada e patriota. Militares exemplares, como os generais Venâncio Deslandes e Kaulza de Arriaga; capitão Marcelino da Mata (oficial do Exército português mais condecorado), entre outros, sofreram torturas e o vexame do cativo ordenado arbitrariamente pelo COpCon.»<sup>11</sup>
  - «Tinha-se dito, por exemplo, que em casa do general Kaulza de Arriaga existiam uma série de mercenários armados até aos dentes e prontos a fazer operações. Eu liderei a equipa que fez a detenção desse general e cheguei à conclusão de que nada disso era verdade: o senhor estava a dormir descansado e as armas que existiam eram de colecção, tendo-lhe sido oferecidas anteriormente. No dia seguinte ocorreu [no COpCon] um "de-briefing" sobre a maneira como tinham decorrido as várias detenções. Aí comecei a considerar estranhas as versões apresentadas, mas muito mais quando depois verifiquei que o referido naquela altura, estava longe da realidade com o conseqüente empolamento dado à referida situação. No meio daquilo tudo percebia-se a ingenuidade de parte do pessoal, incluindo o Otelos e as suas "boas intenções".»<sup>12</sup>
- Cerca das 15:00 é distribuído um comunicado onde, falsamente em nome da presidência da República, se afirma a «inconveniência da manifestação da Maioria Silenciosa».
- «Em 28Set74, quando comecei a ver os civis a revistar os militares, pedi para sair [do Exército]. Falava-se em saneamentos militares e eu defendia que ninguém devia ser saneado sem julgamento. Como isso não foi acatado, entendi que não podia ser solidário com aquelas Forças Armadas. Por isso, quis sair. Fiquei desempregado, com cinco filhos e a conta bancária a zero.»<sup>13</sup>
  - «A certa altura, apareci [no palácio de Belém] com o Otelos agarrado pelo pescoço, no gabinete do presidente [Spinola] e disse-lhe: "Aperto o resto ou quê?". Resmungou dizendo: "Lá está você com esses exageros...". Depois apareceu o Costa Gomes, que deu a "volta" completa ao general Spinola.»<sup>14</sup>
  - «Não me lembro de ter assumido o comando directo do COpCon, mas a acontecer foi na noite de 28 de Setembro. Violências nunca foram autorizadas por mim. A preparação das barricadas não foi da responsabilidade de forças do COpCon, mas de algumas unidades, de empresas como a Lisnave e a Setenave, e ainda de certos sindicatos. Era um período muito agitado, que não podemos considerar de democracia plena. Não faziam sentido manifestações daquele tipo que, em vez de ajudar, prejudicavam a vivência democrática. Em democracia fragilizada como aquela, tudo o que ultrapassasse um certo limite podia ser prejudicial, podia conduzir a confrontações que dificilmente seriam sufocadas sem elevada perda de vidas.»<sup>15</sup>

Ao fim da tarde no palácio de Belém, o CC/MFA e o Governo provisório exigem ao PR provisório que os generais Diogo Neto, Galvão de Melo e Jaime Silvério Marques sejam afastados da JSN.

- «Por decisão dos ministros militares, do MFA e da Coordenadora, na manhã do dia 28 fui encarregado de apresentar a Spínola as nossas posições com vista a salvaguardar a integridade do MFA e a ultrapassar a crise. Spínola marcou a reunião só para o cair da tarde. Eram três as nossas exigências essenciais: a primeira era que Spínola se cingisse às suas funções de presidente da República e não se intrometesse nas do CEMFGA nem das do Governo; a segunda era que Jaime Silvério Marques, Diogo Neto e Galvão de Melo não poderiam continuar na Junta porque o Movimento não lhes dava a sua confiança; a terceira era que fosse também afastado Sanches Osório dado o comportamento inqualificável que tinha tido. Mas durante essa reunião aconteceram dois factos muito interessantes: um foi um telefonema para Costa Gomes do brigadeiro [Manuel Carlos Pereira Alves Passos de] Esmeriz, comandante da Região Militar Norte, a comunicar que estava a decorrer frente ao quartel-general do Porto uma enorme concentração popular, que não era propriamente uma manifestação de "pés-descalços" porque eram pessoas como Rui Luís Gomes, Virgínia de Moura e outras destacadas personalidades do [PCP do] Porto, que a encabeçavam e que afirmavam a sua solidariedade com o MFA contra a manifestação da "maioria silenciosa". O segundo facto, que impressionou também muito o general Spínola, foi um segundo telefonema informando de uma outra manifestação defronte do Rádio Clube Português em Lisboa, com o objectivo de dar a conhecer ao oficial que tinha tomado essa estação de rádio em 25 de Abril, a solidariedade total com o MFA contra a "maioria silenciosa". Estas informações surgiam enquanto a reunião ia decorrendo. [...] Eu prestaria um serviço à FA e ao País se me demitisse: [...] "Você tem pontos de vista totalmente diferentes dos meus e eu assim não posso estar, vou-me embora entrego isto aqui ao Chico, entrego o lugar ao Chico" (Costa Gomes). Foram mais ou menos estes os termos em que se me dirigiu. Eu ouvi-o expor tudo aquilo e respondi-lhe: "O meu general pode ficar na história ou numa página ou numa linha, isso só depende de si". E depois comuniquei-lhe as propostas do MFA, fiz de conta que ele não me dissera nada antes. No fim, voltou a insistir que não, que não, que assim não aceitava. [...] Fiquei muito satisfeito porque [...] nesse momento cheguei à conclusão de que não era possível o diálogo e cortei. Não falei mais com Spínola. [...] Costa Gomes ouvia, ouvia e não dizia nada. [...] Fizemos então nessa mesma noite de 28 uma reunião [na residência oficial do CEMFGA] em São Julião da Barra, com a Comissão Coordenadora, o comandante-adjunto do COpCon, os ministros militares e Costa Gomes, naturalmente, na qual o procurámos influenciar o mais possível a aceitar a presidência da República. [...] Depois e ainda nessa mesma noite foi marcada uma reunião da Coordenadora com Spínola para o dia seguinte, mas nessa eu já não participei.»<sup>16</sup>
- «Tinhام decorrido 6 anos, dia por dia, sobre a data fatídica em que, finalmente, se apoderara do Governo o prof. Marcelo José das Neves Alves Caetano. [...] Spínola teimava – também a persistência na ambição o aproximava espiritualmente de Marcelo Caetano – e só a sua clara incapacidade, a sua insuficiência manifesta, o pararam definitivamente: em 28 de Setembro de 1974, Spínola fracassava completamente e, com ele, a sonhada conclusão do esquema que parece teria sido imaginado. Nem ele chegaria a ser eleito chefe do Estado, nem Marcelo a ser de novo chamado para chefe do Governo. O marcelismo morria de vez, o País desfazia-se em pedaços.»<sup>17</sup>
- «Na armadilha, vitoriosamente montada pelos "verdadeiros" revolucionários, também os representantes da nossa elite intelectual e de maior notoriedade do passado recente, são arrastados. A 5ª Divisão de Varela Gomes e o COpCon de Otelo Saraiva de Carvalho entram em acção e mais de duzentas, digo duzentas, personalidades, entre militares e civis, são aprisionadas: general Kaulza de Arriaga, general Deslandes, general Pereira de Castro, embaixador Franco Nogueira, dr. Elmano Alves e muitos outros "grandes reaccionários" e "inimigos da Pátria" como, por exemplo, [o jornalista Manuel Maria Múrias e o repórter futebolístico] Artur Agostinho! Presos sem culpa formada e libertados meses, e até anos mais tarde, sem qualquer julgamento e sem a mínima explicação. Era a entrada do PREC em força. Em Luanda houve euforia geral entre os mais destacados membros do MFA.»<sup>18</sup>

Entretanto em Luanda é distribuída a segunda edição do boletim *Abertura*, elaborado pelo Gabinete do CCPA que publica um editorial assinado pelo seu presidente major Pezarat Correia, com exortações «à coesão, disciplina e dignidade do aparelho militar presente em todo o território».

<sup>1</sup> (Ferreira, op.cit pp.441/2.505.445); <sup>2</sup> (Otelo, cf depoimento cit; Lisboa 27Abr76); <sup>3</sup> (Miguel Judas, conferência de imprensa do MFA, 02Jan75); <sup>4</sup> (Costa Gomes, op.cit pp.299.266.236); <sup>5</sup> (Múrias, op.cit pp.316.305); <sup>6</sup> (Galvão, op.cit pp.135/6.43); <sup>7</sup> (Ricardo Durão, em 14Abr96 a Bernardo); <sup>8</sup> (Casanova Ferreira, em 06Jan96); <sup>9</sup> (Nogueira Pinto, op.cit pp.62); <sup>10</sup> (Clementino Pais, em 04Jul96 a Bernardo); <sup>11</sup> (Adulcino, op.cit pp.41/2.23); <sup>12</sup> (Estevinho, em 20Dez97); <sup>13</sup> (Mariz Fernandes, op.cit pp.88; em 2003, o deponente é general e preside à Associação de Auditores da Defesa Nacional); <sup>14</sup> (Galvão de Melo, em 28Out96 a Bernardo); <sup>15</sup> (Costa Gomes, op.cit pp.255); <sup>16</sup> (Vasco Gonçalves, op.cit pp.107-108); <sup>17</sup> (Freitas da Costa, op.cit pp.118); <sup>18</sup> (Silva Cardoso, op.cit pp.419)

1974 – Setembro.29

De Lisboa, o PM coronel Vasco Gonçalves dirige ao País uma comunicação sobre a «Manifestação da Maioria Silenciosa».

- «Não houve manifestação, mas fizeram-se centenas de prisões. Decapitou-se concretamente a resistência aos avanços do Partido Comunista: o complexo de receio dos políticos face à aparente unidade indestrutível do Partido Comunista com o Partido Socialista, e à sua capacidade de mobilizar as massas, paralizou os melhores que, como se viu depois, nem sequer eram bons. A partir do "28 de Setembro", o PCP avançou naturalmente para a conquista de outros objectivos. Derrotado Spínola e apoiado em Costa Gomes, não lhe foi difícil ocupar mais posições no aparelho de Estado e na área do poder económico. O Partido Comunista sabia que a conquista do poder económico seria uma luta difícil e aconselhou sempre o MFA a não dar passos impensados nesse sentido. Advertia, sobretudo, contra a precipitação e a respeito das terras e das fábricas. Oviu eu a Álvaro Cunhal dizer: "Não se esqueçam que a Polónia ainda não fez a Reforma Agrária. O poder económico só se conquista com o auxílio das massas, numa revolução total". O Partido Comunista pretendia alcançar dois grandes objectivos: a conquista do poder económico e a descolonização. Mas a descolonização era o objectivo prioritário.»<sup>1</sup>
- «Este filme colorido só de vermelho, já era conhecido dos portugueses na versão a preto-e-branco na guerra das Províncias Ultramarinas e também do leste da Europa – Checoslováquia, Hungria, Polónia, Bulgária, Roménia, Estónia –, onde imperava o "último modelo" da URSS. [...] Em vez de divisões blindadas em apoio do terror, vieram umas quantas e poucas debulhadoras, ceifeiras e enfardadeiras; também vieram algumas viaturas e



- tractores. Tudo do tempo e modelo do czar Pedro "O Grande". Há anos que devem ter apodrecido algures no Alentejo... Mesmo assim, no período mencionado foram cometidos tantos crimes económicos que, passados 20 anos, ainda condicionam a vida portuguesa.»<sup>2</sup>
- «O mesmo quanto à Reforma Agrária, cujos intervenientes não pagaram empréstimos nem juros, contribuições fiscais ou para a Previdência, e que na opinião dos humoristas pouco mais fizeram do que participar nas manifestações do PCP, arregimentados sob a ameaça de sanções por toda a parte em que era preciso reunir massas humanas.»<sup>3</sup>
  - «Um dos exemplos mais flagrantes deste tipo de assalto às estruturas, para a utilização do Poder em benefício de um agrupamento político, é o que está a passar-se no Banco da Agricultura<sup>4</sup>. O processo de saneamento iniciou-se em Agosto de 1974, quando se conseguiu fazer aprovar o método das votações de braço no ar. Logo a seguir, foram objecto de medidas de saneamento: dois directores-gerais (um por despedimento sem indemnização); quatro subdirectores (um por despedimento sem indemnização); e três chefes de sector.»<sup>5</sup>
  - «No Alentejo, o latifúndio individual substituído pelo latifúndio cooperativo, tão mal sucedido quanto aquele. Deu emprego enquanto houve o que vender. Depois, mais liberdade mas não menos fome.»<sup>6</sup>
  - «Nacionalizar não é tudo. O problema da nossa economia é um problema político, porque essa fraqueza económica não é senão o resultado da carência política. A lei da reforma agrária é justa e boa, mas a aplicação deformou-lhe o carácter. Deveríamos ter-nos prevenido contra este género de coisas.»<sup>7</sup>
  - «Em Lisboa o PC e o MFA, valendo-se da hesitação de Spínola e contando com os apoios dos socialistas e com o silêncio cúmplice dos dirigentes dos outros partidos (que pensavam livrar-se de concorrentes "à direita"), faziam uma purga "antifascista" que, graças aos mandatos de captura "em branco" de Otelo, contra os membros de "associações de malfeteiros", neutralizava a direita. Foi aliás no 28 de Setembro que – como nesse Verão no "Conselho de Estado" –, se fez a última clivagem em Portugal entre "ultramarinos" e "rectangulares". Que estes venceram, pondo os outros na cadeia ou forçando-os ao exílio. [...] Vale a pena ver as declarações, a seguir ao 28 de Setembro, de dirigentes dos próprios partidos "moderados", orgulhando-se da presença de militantes "seus" nas barricadas.»<sup>8</sup>
  - «Tomei conhecimento do 28 de Setembro em Estrasburgo, quando usava da palavra na assembleia parlamentar do Conselho da Europa, vindo na noite anterior de Nova Iorque. [...] Foram buscar-me [no dia 29 em Lisboa] ao aeroporto, queria que eu passasse de imediato à "clandestinidade". [...] Perante o perigo de um golpe de direita, real ou fictício, houvera uma mobilização popular enorme para acelerar a Revolução. [...] O PPD e o CDS, nessa época, tinham realmente muito pouco peso específico. Eram as movimentações de rua e as pressões sociais sobre os militares, o que mais contava. Os partidos não se tinham ainda medido através dos votos. Ninguém sabia ao certo o que valiam, se não tivessem força no terreno das lutas sociais...»<sup>9</sup>
- Durante a manhã no palácio de Belém tem lugar uma reunião convocada pelo PR provisório general Spínola, com membros da JSN e do Governo provisório, e a presença do comandante-adjunto do COpCon brigadeiro Otelo. O general Spínola tenta, uma vez mais sem sucesso, o reforço de poderes.
- «1974.09.29 - Última reunião da Junta de Salvação Nacional e do Conselho de Estado sob presidência de António de Spínola, a quem este pediu medidas de excepção, que foram recusadas.»<sup>10</sup>
  - «O general Spínola [antes do "28 de Setembro" queria demitir o Costa Gomes]. Necessitava de demitir dois homens para controlar a situação: o Costa Gomes e o Rosa Coutinho, que era o homem das informações, ou seja, o que já naquela altura se designava por "Nova PIDE". Claro que, não tendo apoios para isso, acabou ele por cair. [...] No 28 de Setembro o general Spínola verificou que estava sozinho e tomou a atitude: "Ou me obedecem ou vou-me embora". Ele só tomou a decisão de se demitir porque a maioria dos comandantes militares com algum peso, lhe disse que obedecia era ao Costa Gomes e não a ele. [...] Foi essa a atitude que ele [Jaime Neves] tomou, eu sou testemunha: ele disse ao general Spínola, na minha frente, que o chefe directo dele era o CEMGFA [Costa Gomes] e só obedecia a ele. [...] Na questão das barricadas populares passou-se uma cena interessante. O general telefonou ao general Costa Gomes, chefe do EMGFA, e disse-lhe: "Tem que se acabar com isso, pois não faz sentido nenhum os civis estarem a fazer tal". Ele ficara muito incomodado pois a prof<sup>a</sup>. Isabel Magalhães Colaço e outras personalidades tinham-se insurgido com o que acontecera com eles (revistas, controle de viaturas, etc.), quando se deslocaram para a reunião do Conselho de Estado.»<sup>11</sup>
  - «Estava nesse dia em casa e cerca das 11:00 horas recebi aquele telefonema [do tenente-coronel de infantaria José Luís Almiro Canelhas] a dizer que estava lá tudo muito complicado; encontrava-se também no palácio o general Fontes Pereira de Melo. [...] Quando cheguei já tinha decorrido uma reunião da JSN, da qual resultou a demissão dos generais Galvão de Melo, Diogo Neto e Jaime Silvério Marques. Introduziram-me no gabinete do general Spínola, que me agarrou amistosamente dizendo que o general Costa Gomes o tinha atraído. Eu [CEM-2ºDiv/EMGFA] não sabia nada [?] do ocorrido anteriormente e disse-lhe para se acalmar, pedindo para esclarecer sobre o que estava a suceder. De repente entrou alguém que disse: "Está pronto o Conselho de Estado". Agarrou-me num braço e levou-me para a sala onde funcionava o Conselho, tendo apenas reparado que a prof<sup>a</sup>. Isabel Magalhães Colaço tinha acabado de chegar e estava a reclamar por ter sido mandada parar num controle de estrada, e que também estava presente o comandante da GNR general António Damião. [...] Spínola usou da palavra e afirmou que, na sua opinião, devia ser declarado o estado-de-sítio. Disse ainda: "Eu tenho aqui o chefe da 2ª Divisão do EMGFA e o comandante-geral da GNR, que vão fazer uma síntese da situação". Tudo isto improvisado, depois de saber o que sucedera na JSN e na presença dos membros do Conselho de Estado sem qualquer aviso prévio, senti que estava a ser aproveitado para qualquer coisa cuja finalidade desconhecia. [...] Então tive que apresentar o meu ponto de vista sobre a situação. [...] O que disse foi: "Os senhores, aqui, só podem decidir o que não fôr impopular e que não crie divisões nas Forças Armadas". Em relação ao que estava a ocorrer, não estava a dar novidades a ninguém pois a Rádio noticiava a montagem de barricadas e até a prof<sup>a</sup>. Magalhães Colaço já tinha descrito o que lhe sucedera. Nessa altura o general [i.e, o tenente-coronel, membro do Conselho de Estado e do gabinete do CEMGA] Franco Charais levantou-se e disse algo no género: "Considero que a situação não é tão grave como se julga e proponho que

- eu e o chefe do EMGFA [Costa Gomes] nos desloquemos ao COpCon, para lá avaliarmos a situação real do País. O Conselho poderá manter-se em reunião e quando voltarmos daremos conta do sucedido". O então general Costa Gomes afirmou: "A proposta do tenente-coronel Ciderais" – (enganara-se no nome, perante o olhar agastado do visado) – "parece-me pertinente e eu vou lá com ele". [...] Fui convidado para almoçar na Presidência da República, o que aceitei. Depois regresssei à Divisão, no palácio da Ajuda, e relatei aos meus chefes de Repartição o sucedido.»<sup>12</sup>
- «O [capitão da FAP e conselheiro de Estado, José Bernardo] Canto e Castro, que agora dizem ser extrema-direita, era de extrema-esquerda. Chegou a afirmar-me no COpCon que, se o Galvão de Melo não sáisse da JSN, armava o povo e mandava invadir os quartéis.»<sup>13</sup>
  - «O presidente da República já tinha preparado um lindo discurso ao povo, criticando tudo o que se passara a seguir à vitória da revolução, enfeitando as suas responsabilidades e pedindo a demissão. [...] Apenas queria agora imitar De Gaulle, retirar-se para a sua Colombey-sur-Deux-Églises em Massamá, onde o irmão possuía uma casa, e ser chamado mais tarde como o redentor do rectângulo... Vasco Gonçalves pretendia precisamente o contrário e tinha o COpCon consigo. Costa Gomes, por detrás dos óculos fumados só queria estar com o vencedor, fosse ele qual fosse.»<sup>14</sup>
  - «O que aconteceu, foi o facto do general Costa Gomes se meter num helicóptero pilotado pelo [afilhado do general Spínola] major [piloto-aviador] Jaime [Tomás] Zuquete da Fonseca<sup>15</sup> e ter sobrevoado as referidas barricadas, que foram devidamente realçadas por este oficial. No entanto quando aterrou no palácio virou-se para o general Spínola e disse: "Não há nada de grave, são os militares que estão a controlar as estradas. Está tudo controlado". E o Jaime Zuquete disse: "É mentira, meu general!". Então o general Costa Gomes retorquiu: "Lá estão vocês! Alarmistas, alarmistas!". E isto ficou assim. Nessa altura o general [Spínola] percebeu que não podia contar com o chefe do EMGFA para nada.»<sup>16</sup>
  - «Spínola chamou-o [ao "brigadeiro" Otelo] e colocou o COpCon sob o comando directo de Costa Gomes, encarregando-o entretanto de ir verificar como é que as tropas estavam a cumprir as ordens de substituir os civis nos locais das "barricadas". Costa Gomes regressou com a notícia de que a ordem estava a ser cumprida e na verdade os militares, após chegar às "barricadas" [...] confraternizavam com os civis e colaboravam com estes na fiscalização das entradas, facto que causou grande perturbação a Spínola. [...] Ainda nesse dia apareceu-me no palácio de São Bento o Firmino Miguel, muito amargurado a insistir comigo para me entender com Spínola: "Como pode ser isto, meu brigadeiro? A Coordenadora e o COpCon de um lado, e o general Spínola do outro lado? Como é possível esta divisão?". Estava visível e sinceramente chocado: "Então não fala mais com o general Spínola?". Respondi-lhe que não, que não falava mais com ele. Depois, Costa Gomes telefonou-me à hora do almoço a dizer: "O Spínola vai-se embora e quer despedir-se de ti". Então no gabinete do presidente da República, Spínola disse-me que se ia embora mas que pretendia não ser enxovalhado. Dei-lhe todas as garantias de que, da nossa parte não sofreria qualquer enxovalho; de que nós o respeitáramos e de que não seria molestado nem ofendido na sua dignidade, porque nós sabíamos o que ele tinha feito pelo Movimento.»<sup>17</sup>
  - «Foi de cedência em cedência até que, no dia 29 de Setembro [o general Spínola] afirmou ir fazer um discurso e, depois, pediria a demissão. Afirmei-lhe: "Se fizer esse discurso e apenas sair daqui a tiro, pode contar comigo até ao fim. Se se demitir, eu demito-me já". Como manteve aquela sua ideia, abandonei a sala.»<sup>18</sup>
  - «Nessa reunião esteve também o [coronel de cavalaria] Pedro Cardoso, enquanto chefe das informações [2ª Div-EMGFA desde 12Jul74]. [...] Estiveram, pelo menos, o Pinheiro de Azevedo e o Galvão de Melo [...] O Pedro Cardoso pouco adiantou sobre a situação geral do País. As notícias iam-se sabendo pelo telefone, pelo ministro da Comunicação Social ou ainda através de pessoas que chegavam ao palácio de Belém vindas de diferentes pontos do País, especialmente de Lisboa e arredores. E mais tarde o Firmino Miguel que, vindo da margem sul do Tejo, nos informou da existência de convulsões graves, sobretudo no Barreiro e em Almada. Houve mesmo quem tenha dito que o sangue já corria no asfalto. Quando o Firmino Miguel informou que havia convulsões no Barreiro e em Almada, houve alguém que referiu o derramamento de sangue nas estradas, próximo de Almada. Disse ao [coronel de artilharia CEM Manuel Ribeiro Franco] Charais para me acompanhar, metemo-nos num helicóptero que estava estacionado no Pátio das Damas e fomos dar uma volta sobre a região de Lisboa e localidades próximas, onde verificámos que nada do que se dizia era verdade. Passada cerca de uma hora, chegámos ao palácio e relatámos o que tínhamos visto. O general Spínola não gostou nada das nossas informações, porque ele esperava que a tal 'maioria silenciosa' tivesse tido um espírito mais aguerrido, não se tivesse acobardado. A Coordenadora queria retirar ao presidente da República uma série de prerrogativas, como a direcção directa da política externa e a possibilidade de designar qualquer cidadão para o desempenho de funções ministeriais. As discussões violentas desse dia aconteceram entre o general [i.e. coronel] Vasco Gonçalves, e os generais Diogo Neto, Jaime Silvério Marques e Galvão de Melo. A Comissão Coordenadora, ao retirar-lhes a sua confiança, fez com que eles tenham sido praticamente demitidos da Junta de Salvação Nacional. Assisti à forma como [a imediata exoneração dos três generais] foi feita: a Junta estava reunida no dia 29, quando entrou alguém da Coordenadora e comunicou a falta de confiança nos generais e a sua conseqüente demissão. Outra discussão importante foi a travada [dois dias antes] entre o general Vasco Gonçalves e o ministro da Comunicação Social, major Sanches Osório. Ficou bem claro que estavam ambos em campos totalmente opostos. [...] No dia 29 de Setembro ele [Spínola] disse-me que se ia demitir. Disse-lhe para não o fazer, pois iria prejudicar a evolução da situação. Pedi-lhe que me deixasse ler o discurso que iria proferir, para evitar que os países que se comprometeram a auxiliar-nos cancelassem esses auxílios.»<sup>19</sup>
  - «O general Spínola tinha tentado entretanto que fosse aprovado pelo Governo e Conselho de Estado o estabelecimento do estado-de-sítio em face do movimento das barricadas e doutrinas anormalidades surgidas, mas não consegue apoio e considera-se abandonado. Tenta finalmente uma intervenção da NATO, o que envolve durante a noite de 29 uma série complicada de diligências por intermédio do embaixador do Brasil, mas desiste sem se saber exactamente porquê [...] quando tudo estava preparado para afastar do poder os militares radicais e os seus parceiros comunistas, em nome dos interesse de defesa daquela organização.»<sup>20</sup>

<sup>1</sup> (Azevedo, op.cit pp.34/5); <sup>2</sup> (Alves Ribeiro, em 26Out95 a Bernardo); <sup>3</sup> (Freireira, op.cit pp.661);

- <sup>4</sup> (presidido por Jorge Manuel Jardim Gonçalves: nascido em 1936 no Funchal; licenciado em engenharia civil, em Abr61 mobilizado para Angola pela EPE, desembarcou em Luanda em 09Jun61 como alferes miliciano comandante do 3ºPel/CSap123, marchando para a Fazenda Tentativa; a partir de 15Jul61 toma parte nas acções de recuperação de itinerários danificados por bandos terroristas da UPA; em 08Jan63 agraciado com 1 CG.3ºcl e em Jul63 regressou a Lisboa; em consequência do citado "saneamento" no Banco da Agricultura, exila-se em Madrid, de onde vai regressar *alguns anos mais tarde, ao abrigo do apelo ao retorno de portugueses exilados, efectuado pelo então presidente da República, o general Ramalho Eanes*); <sup>5</sup> (A Luta, 28Ago75); <sup>6</sup> (Almeida Santos, op.cit vol.1 pp.484); <sup>7</sup> (Melo Antunes, *Le Nouvel Observateur* 20Nov75); <sup>8</sup> (Nogueira Pinto, op.cit pp.17/8,48); <sup>9</sup> (Soares, op.cit pp.359,360,362); <sup>10</sup> (Afonso e Gomes, op.cit pp.602); <sup>11</sup> (António Ramos, em 26Set96); <sup>12</sup> (Pedro Cardoso, em 01Fev96); <sup>13</sup> (Jalme Neves, em 22Fev95); <sup>14</sup> (Múrias, op.cit pp.306); <sup>15</sup> (em 1972 prestou serviço na BA12-Bissalanza; oficial piloto-aviador colocado no AB1-Figo Maduro; filho do falecido tenente-coronel de cavalaria CEM, Jaime Filipe da Fonseca, o qual ao fim da manhã de 13Abr61 foi nomeado subsecretário de Estado do Exército, em substituição do conspirador da *Abrilada* coronel Francisco da Costa Gomes que foi transferido para o comando do DRM3 em Beja; e precisamente nesta cidade ocorreu na madrugada de 01Jan62 a morte daquele membro do Governo, atingido «por engano da GNR» com um tiro mortal, momento em que, precavidamente, Costa Gomes estava «de férias» em Chaves); <sup>16</sup> (António Ramos, dep.cit); <sup>17</sup> (Vasco Gonçalves, op.cit pp.105,109-110); <sup>18</sup> (Galvão de Melo, em 28Out96 a Bernardo); <sup>19</sup> (Costa Gomes, op.cit pp.256-258/254); <sup>20</sup> (Ferreira, op.cit pp.442)

1974 – Setembro.30 (2ªfeira)

No palácio de Belém o PR provisório general Spínola, confrontado pela derrota em toda a linha da sua tese plebiscitária quanto ao que resta do Ultramar Português, manda reunir o CE e declara a sua discordância sobre a «*esquerdização do MFA que infecta todo o sector civil da sociedade portuguesa*», pelo que decidiu renunciar a todos cargos. Logo a seguir o general António Sebastião Ribeiro de Spínola, dirigindo-se ao País em emissão directa iniciada às 11:00 pela RTP e pela EN, pronuncia o seu discurso de renúncia (que no Buçaco já em meados do mês passado havia preparado) e que agora conclui deste modo:

- «*Ao dirigir ao Conselho de Estado e ao Povo Português esta mensagem de renúncia, desejo reafirmar a minha indestrutível vinculação aos ideais da liberdade e da democracia e a minha inabalável obediência a princípios básicos da ética militar que me inibe de participar em projectadas estruturas revolucionárias. E no momento em que uma vez mais o País está na iminência de ver esses ideais comprometidos, lanço um último apelo para que cada português conserve a necessária serenidade de espírito, se mantenha em paz, confie na força do voto secreto, a grande arma democrática dos homens ordeiros e livres, e jamais consinta que a sua consciência seja violada. Termina, formulando os mais ardentes votos para que a causa da liberdade e da democracia triunfe de facto sobre quantos delas se vêm apenas servindo. E levo comigo o conforto da certeza de tudo haver feito para manter intacto o espírito do 25 de Abril, de que me constituí intransigente defensor e garante.*»
- «*O general Spínola tinha feito [no Buçaco em 04-13Ago74] dois discursos exactamente iguais, com excepção da última frase [do penúltimo parágrafo lido hoje]. Um terminaria assim: "E portanto declaro o estado de sítio". No outro: "Portanto, renuncio ao meu cargo de presidente da República". Foi por este que optou, porquê não sei, mas na minha opinião foi a opção errada.*»<sup>1</sup>
- «*Quando o general Spínola me comunicou que se ia demitir, perguntei-lhe se tinha algum discurso preparado. Como me disse que sim, pedi-lhe que mo mostrasse, o que não fez [porque desde 22Ago74 era já conhecido do CEMGFA e MCI e em 05Set74 também do PM]. Vários países, entre os quais a França, Inglaterra e Alemanha e alguns nórdicos suspenderam as ajudas prometidas devido a esse discurso, classificado de exagerado por muitos, sobretudo pelos elementos civis do Conselho de Estado. [...] [Q: "O senhor marechal terá, uma vez mais, jogado de forma calculista e com alguma prudência, ao avançar (em 25 de Abril) com o nome do general Spínola. Depois de ele se queimar – os primeiros são para queimar – o senhor poderia entrar em cena numa posição bem mais confortável"]. Isso é uma interpretação demasiado sofisticada e completamente falsa. Nunca concordei com as constantes [i.e, duas] ameaças de renúncia que o general Spínola foi fazendo e que acabou por concretizar no dia 28 [i.e, 30] de Setembro. Se eu pretendesse substituí-lo, poderia ter aproveitado uma dessas oportunidades. [...] Só não o mostrou [o discurso com a recente adição do último parágrafo] quando realmente cumpriu a ameaça. Disse-me então: "Tu já conheces [desde 22Ago74] o texto". Respondi-lhe: "As tuas razões não têm razoabilidade alguma. Nós, como militares, devemos cumprir as nossas missões". Quando fomos para a reunião do Conselho de Estado e ele começou a fazer aquele discurso catastrófico, vários dos presentes me pediram para ordenar o corte da emissão. Não fiz, nem deixei que o fizessem. Quando ele terminou, fiz uma declaração dizendo que não concordava nada com a análise feita, já que a situação, apesar de realmente difícil, podia ser superada. [...] Quando ele pediu a demissão de presidente, apenas se encontravam em Lisboa dois [i.e, três] elementos da Junta: eu e o Pinheiro de Azevedo [e o almirante graduado Silvano Ribeiro]. Isso só aconteceu por causa da demissão [i.e, exoneração] daqueles três elementos da Junta, ficando esta praticamente reduzida a dois [?]<sup>2</sup>. O Rosa Coutinho [que já não exercia funções na JSN nem pertencia ao CE... e] estava em Angola e os outros afastados. O Conselho de Estado assumiu que a situação era muito grave e que o País não podia estar sem presidente da República. "Daqui tem de sair um presidente e a única pessoa que pode ser nomeada é o senhor general". Respondi que, além de mim, também estava presente o almirante Pinheiro de Azevedo, só que ele disse logo que não: "Não, o senhor é que deve ser o presidente da República. Podemos pedir a opinião ao Rosa Coutinho, a ver o que ele pensa sobre a situação". Telefonaram para Luanda e o Rosa Coutinho disse que a única pessoa que podia ser presidente era eu. A Comissão Coordenadora assistiu ao discurso do general Spínola e a esta conversa, tendo todos os elementos concordado na necessidade de se nomear de imediato outro presidente, e esse presidente ser eu próprio.»<sup>3</sup>*
- «*O discurso pessimista e tétrico de renúncia do general Spínola, deixou congelado o Conselho de Estado. Todos ficaram na sala, com excepção do general [i.e, tenente-coronel Almeida] Bruno e do brigadeiro [i.e, tenente-coronel Ricardo] Durão que saíram com o general Spínola. [...] Foi opinião geral que a situação era extremamente grave, sob os pontos de vista nacional e sobretudo internacional, e que o novo presidente da República deveria ser nomeado no mais curto espaço de tempo possível. Infelizmente fui praticamente forçado a aceitar essa nomeação, que não desejava.*»<sup>4</sup>
- «*Spínola tentara de novo, através da alegada "maioria silenciosa", tomar o poder autoritariamente. O resultado foi a renúncia emocional ao cargo de presidente da República sem qualquer acto preparatório que salvaguardasse os princípios democráticos definidos no Programa do MFA e, desta vez sim, abrindo completamente o flanco ao controle do PCP e à estratégia da União Soviética. Spínola não seguira o exemplo de Caetano, que a 25 de Abril não pretendia ver o poder "cair na rua". Mostrando-se definitivamente menos*

responsável que o homem que ajudara a derrubar, sairia precipitadamente da chefia do Estado permitindo ao PCP passar a controlar o processo, com a cobertura de alguns elementos conservadores [?] do Conselho de Estado. Costa Gomes, inicialmente considerado [em 58] um pró-americano de gema, far-se-ia eleger por uma Junta reduzida de dois elementos, [i.e, um] além dele próprio, contando para o efeito com o apoio militante do PCP e o parecer jurídico-constitucional [?] favorável dos conselheiros Isabel Magalhães Colaço<sup>5</sup>, [o presidente do CDS prof. Diogo] Freitas do Amaral e [o presidente do conselho de administração da Fundação Gulbenkian dr. José de] Azeredo Perdigão<sup>6</sup>. Além do general Costa Gomes, parte interessada na eleição, estariam presentes o almirante Pinheiro de Azevedo [...] e a "voz" do almirante Rosa Coutinho que, estando em Angola [Luanda, desde 24Jul74 afastado de funções na JSN], votaria [ilegalmente] a nomeação de Costa Gomes por via telefónica. Uma autêntica tragicomédia, juridicamente enquadrada pela direita [?], num ambiente de autênticos "rolhas". [...] Spínola afinal demonstrara também ser "politicamente analfabeto", não podendo o PCP ter tido melhor aliado nas suas pretensões. Freitas do Amaral [...] reconhecia que o PCP tinha tomado conta da revolução e se preparava para conduzir o País a uma nova ditadura, mas colaboraria no processo de legitimação jurídico-constitucional da nomeação "a dois" do presidente Costa Gomes. [...] Vinte [e até mesmo 27] anos depois, assiste-se em Portugal a uma série de elogios mútuos entre antigos "inimigos" políticos, que é no mínimo surpreendente.»<sup>7</sup>

- «Efectivamente ele [Freitas do Amaral, desde Mai95] tem estado a colaborar [com a publicação das suas memórias pospositivamente intituladas "O Antigo Regime e a Revolução"], numa "lavagem" da actuação do Costa Gomes.»<sup>8</sup>
- «Spínola resignou ao seu cargo, na sequência do malogro do seu apelo à "maioria silenciosa" contra os seus inimigos esquerdistas. Sucedeu-lhe, tanto na presidência da República como na da JSN, o general Costa Gomes, que assumia os cargos que declinara cinco meses antes, no 25 de Abril. O caminho para uma rápida transferência do poder em Angola [para o MPLA] estava agora desobstruído. [...] No seu discurso de posse como presidente da República, Costa Gomes avisou que "não nos devemos deixar paralisar por planos rígidos e preconcebidos" sobre a questão de Angola. Uma atitude mais flexível – em particular no sentido da total inclusão da escassa facção do MPLA dirigida por Neto –, beneficiou também do facto de a composição da JSN ter mudado radicalmente depois da resignação de Spínola. Os seus principais parceiros na Junta (os generais Diogo Neto, Jaime Silvério Marques e Carlos Galvão de Melo), saíram todos com ele e as referências a forças vivas e a processos eleitorais prolongados começaram a desaparecer, sem jamais serem explicitamente condenados.»<sup>9</sup>
- «Sempre [Costa Gomes] negou ser um político e sempre se afirmou um militar. Durante a sua presidência, perde a administração das colónias da Guiné, Cabo Verde e Moçambique. Em Angola eclodirá uma guerra civil, São Tomé ascenderá à independência e o território de Timor-Leste será ocupado pela Indonésia.»<sup>10</sup>
- «Após a resignação do general, os socialistas não tiveram alternativa: aproximaram-se de Costa Gomes, que representava ainda uma certa garantia de racionalidade e de ordem. [...] A partir da renúncia de Spínola – que nunca entendi –, joguei sinceramente o jogo com Costa Gomes.»<sup>11</sup>
- «Recordo-lhe a realização de uma reunião da comissão política do PS – alargada a outros membros –, ocorrida logo a seguir ao 28 de Setembro, onde Mário Soares quis tirar o pulso ao Partido e colocar a questão fundamental: "Era ou não a altura de fazer um pacto de regime com o PPD?". O desnorтеio foi evidente: Jaime Gama proferiu a mais brilhante e politizada defesa de uma aliança com o MFA; Cunha Rego e Jorge Campinos pugnaram por esse pacto com o PPD; Salgado Zenha falou pouco, mas repudiou o PPD.»<sup>12</sup>

Por essa ocasião no palácio do governo-geral em Luanda, o alto-comissário de Angola vice-almirante graduado Rosa Coutinho – tendo interdito a publicação do discurso de renúncia do general Spínola –, telefonou de imediato para o tovarich Costa Gomes pedindo-lhe «uma declaração sobre o assunto» e, após esta recebida por telex, autoriza então a publicação simultânea de ambas.

Entretanto no palácio de Belém, o presidente da JSN e CEMGFA general Costa Gomes usurpa as funções de PR provisório, justificando-se na renúncia do general António de Spínola e no afastamento voluntário da JSN dos generais Carlos Galvão de Melo, Jaime Silvério Marques e Manuel Diogo Neto (nenhum deles presente), sendo indicados pelo CC/MFA para os substituir, respectivamente: A. Pinho Freire<sup>13</sup> (comandante da 1ªRA), Nuno Fisher Lopes Pires (CEME interino), e Narciso Mendes Dias (CEMFA interino), todos tenentes-coronéis mas ficando desde já prevista a sua graduação em generais de quatro estrelas. Mas logo em seguida, no comité controlador do Programa do MFA surgem as primeiras cisões graves.

- «Saiu o general Spínola e entrou o general Costa Gomes para a presidência da República, além do afastamento dos generais Galvão de Melo, Jaime Silvério Marques e Diogo Neto, até aí CEMFA. Este oficial-general foi substituído pelo coronel [i.e, tenente-coronel] Mendes Dias [...], um oficial que vinha do comando de uma unidade, exercera anteriormente a chefia da Escola Superior da Força Aérea e frequentara um curso de Comando e Estado-Maior em França. [...] Contudo, os que o empurraram para o topo, provavelmente sabiam mais sobre ele, incluso as suas indecisões em situações de pressão ou de crise, etc.»<sup>14</sup>
- «Tomada do cargo pelo general Costa Gomes, que seguiu voluntariamente os passos anteriores sem preocupação de respeito pelo Programa do MFA e das suas próprias afirmações solenes durante os meses de Maio e Junho. [...] Estava aberta a porta para o reinado efectivo de Costa Gomes, de acordo com os objectivos da Comissão Coordenadora - Partido Comunista. Mas nas Forças Armadas havia muitos elementos que não concordavam com a actuação dos radicais e, embora em maré de derrota, causavam receio aos novos governantes. Uns e outros previam que a situação não se esclareceria definitivamente sem confronto. A população, fora dos grupos minoritários aderentes aos novos governantes, mantinha-se contemplativa como era seu hábito e nada disposta a intervir, aguardando que homens como Costa Gomes, católicos praticantes e flutuantes – os "rolhas" que não se costumam comprometer com situações extremistas –, encontrassem uma salvação para o País. [...] Ainda no dia 30 de Setembro, Costa Gomes foi designado [?] presidente da República, em substituição do general Spínola, pelos elementos da Junta de Salvação Nacional, agora apenas

três: ele, Costa Gomes, que ia ser designado; o almirante Pinheiro de Azevedo, chefe do Estado-Maior da Armada; e o almirante Rosa Coutinho, a [des] governar Angola. [...] Costa Gomes foi portanto designado presidente da República por dois portugueses, na altura ambos executores de ordens da comissão coordenadora do Programa. [...] Costa Gomes instala-se imediatamente em Belém e deixa a Vasco Gonçalves a governação, para o que este constituiu novo Ministério que será o terceiro provisório: dele faziam parte quase todos os elementos do governo anterior nas respectivas pastas, com algumas modificações. [...] Entretanto o general Costa Gomes, instalado em Belém e mantendo a chefia do EMGFA, facilita o apoio dado por Vasco Gonçalves aos elementos radicais militares e políticos que avançam, dentro da linha de orientação já definida atrás, diariamente na conquista do poder. [...] Com o general Costa Gomes na presidência da República, alargou-se rapidamente o dispositivo de censura ao nível de cada órgão de informação, e de prisão de pessoas mesmo sem mandado de captura, a partir de três centros organizados: Comissão de Extinção da PIDE/DGS; serviços informativos do COpCon; gabinete do primeiro-ministro.»<sup>15</sup>

- «Quanto tomei posse do cargo de presidente da República, pretendi nomear imediatamente um chefe de Estado-Maior. Segundo as instruções que havia, o CEMGFA devia ser um elemento da Junta e o nome do Pinheiro de Azevedo – o único disponível, já que o outro [?] membro estava em Angola – não foi aceite. Uma das soluções encontradas foi descentralizar um pouco os poderes do chefe do Estado-Maior, deixando este de acumular com o comando do COpCon, e passando o Otelo de comandante-adjunto para comandante do mesmo COpCon. A autonomia do COpCon só aconteceu depois do 28 de Setembro. Essa autonomia progressiva foi em grande parte sugerida pelo primeiro-ministro Vasco Gonçalves, designadamente as ocupações irregulares de casas e o apoio generalizado às comissões de moradores e de trabalhadores. É preciso sublinhar o facto de que quase não existia Polícia nem Guarda Republicana.»<sup>16</sup>
- «Traído pelo CEMGFA [e presidente da JSN general Costa Gomes], traído pelos Altos Comandos das Forças Armadas, porque ninguém se assumiu nos conflitos e movimentações de Setembro ao ver o Partido Comunista pelas ruas, perante as gargalhadas de todo o Portugal. Ninguém lealmente respondeu à chamada do chefe do Estado. Eis a razão porque renunciei à presidência da República, de um País sem Forças Armadas para impôr ordem, sem forças de segurança e apenas entregue à força das brigadas revolucionárias comunistas. [...] Não são aqueles inimigos que têm coragem de nos enfrentar pela frente. São aqueles que nos atacam pelas costas, que nos apunhalam pelas costas.»<sup>17</sup>
- «O meu conceito de traição é diferente do general Costa Gomes. Este classifica de traição a denúncia que fiz aos Portugueses e ao mundo, de que a revolução portuguesa se tinha desviado do seu rumo democrático e que o País caminhava para a anarquia, para o caos económico e para uma nova forma de escravidão. Esta previsão, então considerada pelo general Costa Gomes como uma visão derrotista, é hoje [menos de um ano depois] pelo mesmo apontada como principal causa da desconfiança dos investimentos e da inviabilidade dos financiamentos externos. O meu conceito de traição é diferente. Tenho para mim que traição à Pátria e ao Povo Português foi cometida pelo general Costa Gomes e seu Governo que, sabendo perfeitamente na data do meu discurso de renúncia a situação crítica em que o País se encontrava, teimaram obstinadamente em continuar a conduzi-lo para o caos económico, político e moral, preocupando-se nesse momento apenas em manter uma falsa imagem da situação, com vista a enganar o Povo Português e o mundo ocidental. O meu sentimento de dever para com a Pátria e para com o seu Povo, impôs-me a obrigação de denunciar a tempo a criminoso política revolucionária do MFA, política que conduziu o País à situação dramática em que se encontra. Esclarecida a minha posição e a do general Costa Gomes, competirá aos Portugueses julgar quem traiu a sua Pátria. [...] Sempre defendi o ideário democrático, que impus aos revolucionários de 25 de Abril como condição básica da minha colaboração, e por fidelidade a esse ideário renunciei à presidência da República. Será isso o gosto pelo poder? Nunca tive outra ambição que não fosse servir a minha Pátria.»<sup>18</sup>
- «Desta maneira torpe, Spínola desertou. Nos quartéis e no Partido da Democracia Cristã (dado que o Movimento Federalista/Partido do Progresso fôra ilegalizado), ficaram alguns dos seus amigos a conspirarem contra Vasco Gonçalves, a preparar o tal golpe ou o regresso triunfal do seu ídolo. Ao novo poder aderiram imediatamente as principais figuras partidárias, salientando-se uma congratulatória declaração de Mário Soares, aclamando a nova vitória sobre o fascismo e, ainda, uma carta extraordinária de Diogo Freitas do Amaral a Vasco Gonçalves reiterando-lhe a sua alegria e felicidade, um exemplo de covardia e sabujice política: fôra Gonçalves quem [três meses antes] lhe encomendara o CDS; o CDS partilharia com o PDC (onde já avultavam as personalidades de Nuno Abecassis e de Sanches Osório), os despojos do eliminado Partido do Progresso, agora em fuga ou na prisão. Spínola comportara-se mais uma vez como um imbecil: para alijar as suas responsabilidades na desgraça nacional, punha-se ao fresco como qualquer rapazola. [...] A deserção de Spínola e dos amigos permitiu não apenas que o grupo esquerdista do MFA se apoderasse de quase todas as posições político-militares importantes, mas também que o PC se achegasse aos comandos da máquina administrativa do Estado, principalmente através do MDP/CDE. Houve um momento em que a maioria das câmaras [i.e. comissões administrativas] municipais e muitas juntas de freguesia, grande parte das direcções gerais e os principais órgãos administrativos, estavam directa ou indirectamente nas mãos dos comunistas.»<sup>19</sup>
- E ao fim da tarde é divulgada uma lista com nomes de 76 pessoas, detidas desde a madrugada de 28.<sup>20</sup>
- «Aproveitando a maré favorável dos acontecimentos, o Partido Comunista e a comissão coordenadora do Programa divulgam informações em série, durante os dias 28, 29 e 30, que se verificou serem todas falsas, destinadas a intoxicar a opinião pública e a facilitar a onda de prisões políticas que se seguiram, mais de 2 mil, todas arbitrarias, sem fundamento, nenhuma tendo conduzido à incriminação de um só preso.»<sup>21</sup>
- «Tratou-se de uma discriminação muito desagradável e muito injusta, que chocou o antigo chefe do Estado e que os atingidos muito naturalmente sentiram: sobretudo e certamente depois da prisão iníqua que suportaram durante quase dois anos, em condições deploráveis e indignas. Um exemplo entre os muitos, de como são respeitados os direitos humanos pelos que se armam, abusivamente e com a maior desfaçatez, em campeões da sua defesa e da liberdade do homem!»<sup>23</sup>

Enquanto isso em Dar-es-Salaam, decorre uma reunião da OUA – onde a FRELIMO está representada por Samora Machel (acompanhado de Sérgio Vieira)<sup>24</sup> –, e logo após Mobutu ter discursado é veiculada a notícia da demissão do general Spínola.

Horas depois em Luanda é distribuído um «Manifesto ao Povo Português», do qual se destaca o seguinte:

- «O sr. general António de Spínola acaba de anunciar ao País a sua decisão de renunciar ao cargo de presidente da República. S. Ex<sup>o</sup> cava deste modo, um fosso entre a sua prestigiosa figura de militar e a camarilha dos traidores, que dilaceram a Pátria. [...] À hora a que isto sucede, sabe-se também que se afastaram outros membros da JSN. Agindo no meio de diversos condicionalismos, depressa esta Junta revelou a sua impotência para atalhar o curso, aparentemente implacável, dum destino que às vezes se entretém a jogar com as pessoas e com os projectos que elas levantam. E a alma sebástica deste Povo crédulo e simples, que a recebeu numa alegria desbordante, via esfumarem-se os seus luminosos anseios. [...] A Nação tem que acordar do letargo em que a prostrou a eloquência salivosa que a fúria jacobina de tribunos demagógicos e irresponsáveis que lhe vem lançando! A Nação, abafando o temor da ameaça duma democracia que cala as vozes que perturbam, tem de erguer-se sobre a reserva moral que nela reside e que, em épocas de crise, sempre soube encontrar. E não desdenhemos, nesta campanha de resgate, socorrer-nos do tesouro precioso da tradição. A tradição vem-nos do passado, é o tempo que no-la traz, como o resto de tudo o que de positivo já existiu e não pereceu. No seu culto desenvolve-se o amor da Pátria, no que esta tem de melhor do legado de valores espirituais, que recebemos e devemos transmitir. Deste património nunca somos proprietários, mas apenas administradores. Aqueles que constituem a geração viva não forma mais que os pilares da ponte que permite o abraço entre as gerações passadas e as vindouras. Assim se processa a passagem do testemunho, facho sagrado que alumia o caminho. O sopro que procura apagá-lo é criminoso ou demente. A tradição é a história que anda no coração do povo e a nascente donde jorra o imenso caudal de energias de que ele se alimenta para continuar no tempo essa história sentida. Viva Portugal!»<sup>24</sup>
- «Quando lá chegou [ao palácio do Governo de Angola] a mensagem, a dizer que o general Spínola se tinha demitido, muita gente da área da Junta Governativa ficou encantada, e nomeadamente o almirante Rosa Coutinho, afirmando que o general Spínola não deveria ter sido nomeado presidente da República no 25 de Abril, mas sim o general Costa Gomes. [...] No seguimento do 28 de Setembro, o almirante Rosa Coutinho e o major José Emílio da Silva passaram a apoiar, mais abertamente, o MPLA; os outros movimentos deixaram de lhes dar crédito por esse facto. Do lado dos brancos – como viram que o general Spínola (em quem ainda depositavam alguma esperança), tinha saído da presidência da República –, procuraram activar a FRA (Frente Revolucionária de Angola). Passou então a existir o confronto permanente entre o almirante Rosa Coutinho e a FRA.»<sup>25</sup>
- «No mesmo dia, a FRA espalhou em Luanda mais de 20 mil exemplares do discurso do Presidente. A renúncia de Spínola foi o golpe de misericórdia no futuro da democracia em Angola.»<sup>26</sup>
- «Com o "28 de Setembro" a coisa complicou-se e [o ex-alferes miliciano de infantaria comando Alfredo Pinheiro Marques Aparício] teve que fugir para a África do Sul, tendo seguido num carro com o [alferes miliciano] Jaime Nogueira Pinto [alvo de mandado de captura e depois considerado desertor] e a mulher [Maria José Avillez], para Windhoek através da fronteira sul de Angola.»<sup>27</sup>
- «Depois do 28 de Setembro, com mandado de captura em Lisboa, saímos para o Sudoeste Africano. Atravessámos Angola – a Zezinha, eu, o Alfredo Aparício – à boleia do [ex-alferes miliciano e advogado] Miguel [de Lucena e Leme] Côte-Real e do [ex-alferes miliciano 'comando' e dirigente da FRA] José Penha Rodrigues: de Carmona a Santa Clara na fronteira, passando pelo Alto Dondo, Cambambe, Nova Lisboa, Sá da Bandeira, Roçadas, Pereira d'Eça, [cerca de 1500km] em 24 horas. Depois a detenção no campo de Cullinan – os restos do Império, com os refugiados de Moçambique do 7 de Setembro –, tentámos em Pretória convencer os sul-africanos a ajudarem-nos a nós, portugueses, a impedir que os movimentos de guerrilha tomassem conta do poder em Luanda e Lourenço Marques. [...] Uma parte muito substancial da oposição que triunfa em 1974 não é democrática, nem liberal no sentido europeu-ocidental, comum do termo. O Partido Comunista e toda a esquerda radical gerada na mística do resistencialismo antifascista e da cultura da violência do leninismo teórico, ressurgida na Europa a partir de 1968, inspirada também por uma curiosa aliança de intelectuais euro-americanos e modelos de micro e macrotiránias terceiro-mundistas – de Castro a Mao, dos guerrilheiros da Fatah aos de Ho Chi-Minh –, são estes grupos e os militares que instrumentalizam, quem acabará por dar a tónica a partir do 28 de Setembro e até ao 25 de Novembro.»<sup>28</sup>

<sup>1</sup> (Paradela de Abreu, em 06Dez96 a Bernardo); <sup>2</sup> (trata-se de grossieira mistificação: quando Rosa Coutinho foi empossado alto-comissário de Angola em 24Jul74, cessou as funções de membro suplente da JSN e o seu lugar ocupado pelo capitão de mar-e-guerra graduado em vice-almirante Silvano Ribeiro, que desde então e até 24Fev75 se mantém em funções, não tendo no entanto este sido havido nem achado em todo este "processo");

<sup>3</sup> (Costa Gomes, op.cit pp.259,218/9,261); <sup>4</sup> (idem, em 15Out96 a Bernardo);

<sup>5</sup> (pós-75 presidente da "Comissão de Reestruturação" da Faculdade de Direito de Lisboa; em 89 admitida na Academia das Ciências e em 94 presidente do Conselho Científico da citada Faculdade); <sup>6</sup> (sua mulher Maria Madalena virá a falecer em 05Dez89; e ele em 10Set93, antes de completar os 97 anos);

<sup>7</sup> (Mateus, op.cit pp.65/6,81,66); <sup>8</sup> (António Ramos, em 26Set96); <sup>9</sup> (MacQueen, op.cit pp.208); <sup>10</sup> (Adelino Cunha, art.cit); <sup>11</sup> (Soares, op.cit pp.360,362);

<sup>12</sup> (Avillez, idem, pp.363/4); <sup>13</sup> (nascido em 1935); <sup>14</sup> (Lemos Ferreira, em 29Jul97 a Bernardo); <sup>15</sup> (Ferreira, op.cit pp.435,446-447,448,450); <sup>16</sup> (Costa Gomes, op.cit pp.293);

<sup>17</sup> (Spínola, discurso em 18Nov75 à comunidade portuguesa da cidade portuária de Elizabeth, perto de Newark; cit "Equívocos" vol.II pp.414);

<sup>18</sup> (idem, entrevista à ORTF, Paris 29Ago75); <sup>19</sup> (Múrias, op.cit pp.306/7,312); <sup>20</sup> (nos dias seguintes à posse do III<sup>o</sup>GP, serão divulgados os nomes de outros 73 detidos);

<sup>21</sup> (Ferreira, op.cit pp.445); <sup>22</sup> (Thomaz, op.cit pp.376);

<sup>23</sup> (ex-estudante da CEI, em 02Jun61 integrou o 1<sup>o</sup> grupo fugido para França sob patrocínio do CIMADE financiado pela CIA; em 63 radicou-se em Dar-es-Salaam e aderiu à FRELIMO; pós-25Jun75 surge em "Maputo" como "ministro da Presidência"; vd s/depoimento in "Independência Já!"; RTP2 05Out01);

<sup>24</sup> (Joaquim Maria Botelho de Sousa Cymbion, Luanda 30Set74); <sup>25</sup> (Altino de Magalhães, em 12Ago96 a Bernardo); <sup>26</sup> (Pompílio, op.cit pp.205);

<sup>27</sup> (Clementino Pais, em 04Jul96); <sup>28</sup> (Nogueira Pinto, op.cit pp.17,28)